

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO- EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO**

GABRIEL FERREIRA CARVALHO

**MÍDIA E ELEIÇÕES: O MEIO AMBIENTE NA CAMPANHA PRESIDENCIAL
DE 2010**

**PONTA GROSSA/PR
2013**

GABRIEL FERREIRA CARVALHO

**MÍDIA E ELEIÇÕES: O MEIO AMBIENTE NA CAMPANHA PRESIDENCIAL
DE 2010**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre na Universidade Estadual de Ponta Grossa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Édina Schimanski

**PONTA GROSSA/PR
2013**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

C331 Carvalho, Gabriel Ferreira
Mídia e eleições: o Meio Ambiente na
Campanha Presidencial de 2010/ Gabriel
Ferreira Carvalho. Ponta Grossa, 2013.
131f.

Dissertação (Mestrado em Ciências
Sociais Aplicadas - Área de Concentração:
Cidadania e Políticas Públicas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profª Drª Edina
Schimanski.

1.Mídia e Eleições. 2.Discurso
Socioambiental. 3.Retórica Verde.
I.Schimanski, Edina. II. Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em
Ciências Sociais Aplicadas. III. T.

CDD: 324.7

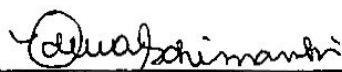
TERMO DE APROVAÇÃO

**"MÍDIA E ELEIÇÕES: O MEIO AMBIENTE NA CAMPANHA PRESIDENCIAL
DE 2010"**

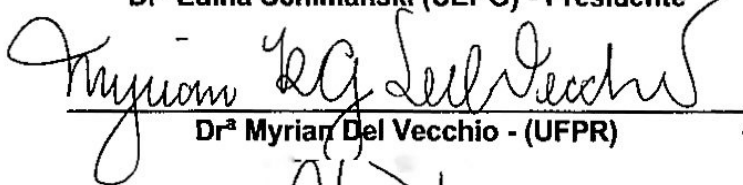
GABRIEL FERREIRA CARVALHO

**Dissertação aprovada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor
de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca
examinadora:**

Assinatura pelos Membros da Banca:



Drª Édina Schimanski (UEPG) - Presidente



Drª Myrian Del Vecchio - (UFPR)



Dr Carlos Hugo Rocha - (UEPG)

Drª Solange Ap. Barbosa de Moraes - (UEPG) - Suplente

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Dra. Édina Schimanski, pela orientação e pelo incentivo. Aos convidados da banca de defesa, Dra. Myrian Regina Del Vecchio e ao Dr. Carlos Hugo Rocha. Também agradeço ao Dr. Emerson Cervi, pela contribuição na banca de qualificação.

À minha família e a UEPG pela oportunidade de continuar meus estudos após a graduação.

Agradeço também ao Sr. Zé Pilintra, e a todos os colegas, servidores e docentes do programa de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

RESUMO

A presente pesquisa trata da temática do meio ambiente na eleição à presidência da república no Brasil em 2010. Isto porque, na ocasião havia a presença da candidata do Partido Verde, Marina Silva, a qual conseguiu cerca de 20 milhões de votos. Para tanto, tem por objetivo geral analisar a presença da questão ambiental nas matérias políticas durante o processo eleitoral em questão. O espaço escolhido para a análise foram as páginas do jornal *Folha de S. Paulo*, por ser o diário de maior circulação no país e, se configurar como a esfera pública midiática. A pesquisa nesse sentido traçou uma configuração da preocupação ambiental ao longo da história mundial, o meio ambiente no Brasil e na política. A pesquisa também traz as principais teorias que permeiam os estudos do jornalismo, para que possam ser analisados os textos jornalísticos a partir de seus enquadramentos, o agendamento temático e a opinião pública. O método elencado foi o da Análise de Conteúdo onde a partir de categorias foi possível identificar no material empírico as falas significativas compatíveis com as categorias (resultados qualitativos), com verificação da contagem e tratamento percentual das categorias do texto. Ao final, integraram-se os resultados qualitativos e quantitativos, demonstrando que a questão ambiental não é debatida nem pelos candidatos nem pelo jornal.

Palavras chave: Mídia e Eleições, Discurso Socioambiental, Retórica Verde.

ABSTRACT

The present research is an analysis of the environment theme during Brazil's presidential election in 2010. At that time, there was a candidate from the Green Party, Marina Silva, who received about 20 million votes. In order to do this analysis, this research aims at studying the presence of environmental issues in political articles published during the electoral process in question. The object chosen for analysis were the pages of the newspaper Folha de S. Paulo, which has the largest daily circulation in the country and is set as the public sphere. The research looks at the concerns regarding the environmental issues throughout world history, in Brazil and in politics. The research also presents the main theories underlying the study of journalism, so the articles can be analyzed as journalistic texts by their frameworks, scheduling themed and public opinion. The method used to analyze the articles was Content Analysis, which employs categories to identify in the texts speeches that are compatible with the categories (qualitative results) searched. Furthermore, it allows one to check the count and percentage of categories approached in the text (quantitative). At the end, integrated into the results were integrated, leading to the conclusion that the environmental issue was not discussed by the candidates nor the newspaper.

Keywords: Media and Elections, Environmental Discourse, Green Rhetoric.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Tipologia dos Partidos Verdes mundiais e seu “ecologismo”.....	38
Quadro 2	Propostas dos programas de governo frente a Agenda 21 brasileira.....	70
Quadro 3	Quadro de variáveis utilizadas na análise do jornal Folha de S.Paulo.	77
Tabela 1	Distribuição da temática Meio Ambiente por caderno no período da Campanha eleitoral para presidência da república em 2010 no Jornal Folha de S. Paulo.....	79
Tabela 2	Tema Geral das matérias coletadas no Jornal Folha de S. Paulo.....	81
Tabela 3	Tema Específico – temas da questão ambiental que mais apareceram na retórica verde – Jornal Folha de S. Paulo.....	84
Tabela 4	Cruzamento de dados entre a categoria de Tema Geral e a categoria de Tema Específico.....	86
Tabela 5	Índice de visibilidade das matérias relacionadas à política e meio ambiente.....	88
Tabela 6	Tabela de categorização dos dados coletados sobre política e meio ambiente e seus enquadramentos no jornal Folha de S. Paulo.....	91
Tabela 7	Total de votos por assunto nas casas legislativas em 2010.....	98

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - LISTA DE TÍTULOS COLETADOS PARA ANÁLISE NO MÊS DE JULHO.....	111
ANEXO B - LISTA DE TÍTULOS COLETADOS PARA ANÁLISE NO MÊS DE AGOSTO.....	115
ANEXO C - LISTA DE TÍTULOS COLETADOS PARA ANÁLISE NO MÊS DE SETEMBRO.....	121
ANEXO D - LISTA DE TÍTULOS COLETADOS PARA ANÁLISE NO MÊS DE OUTUBRO.....	126
ANEXO E - ARTIGO ANALISADO.....	131

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	MEIO AMBIENTE, ESFERA PÚBLICA E POLÍTICA ELEITORAL.....	17
1.1	UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DESASTRES E PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS.....	17
1.2	UMA RETÓRICA DE AMPLITUDE SOCIAL E GLOBAL.....	25
1.3	O DISCURSO AMBIENTAL E A PLATAFORMA POLÍTICA NO BRASIL.....	29
1.4	SURGIMENTO DO PARTIDO VERDE E SECRETARIAS ESPECIAIS...	33
1.5	O MEIO AMBIENTE NA ESFERA PÚBLICA.....	39
2	TEORIAS DA NOTÍCIA E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE...	43
2.1	IMPRENSA COMO FONTE DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DE OPINIÃO.....	43
2.2	RETÓRICA JORNALÍSTICA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE.....	48
2.3	NOTICIABILIDADE E RETÓRICA NOS JORNAIS.....	51
2.4	AGENDA SETTING E ENQUADRAMENTO.....	53
2.4.1	ENQUADRAMENTO.....	55
2.4.2	A OPINIÃO PÚBLICA.....	58
2.5	A COBERTURA AMBIENTAL.....	60
2.6	O MEIO AMBIENTE E AS CANDIDATURAS PRESIDENCIAIS EM 2010.....	61
2.6.1	Diferencial Marina Silva e as eleições 2010.....	61
2.6.2	“Juntos pelo Brasil que queremos” – Partido Verde.....	62
2.6.3	“Para o Brasil seguir mudando” – Partido dos Trabalhadores.....	67
2.6.4	“O Brasil pode mais” – PSDB.....	69
2.7	AS PROPOSTAS DE CADA PARTIDO FRENTE A AGENDA GLOBAL.	70
3	METODOLÓGICO E ANALÍTICO.....	72
3.1	TRAJETÓRIA DE PESQUISA E ESCOLHA DO ENQUADRAMENTO....	72
3.1.1	Escolha do jornal para análise.....	73

3.1.2	A análise de conteúdo nas pesquisas sociais e da comunicação.....	74
3.1.3	Escolha das variáveis e frequências.....	76
3.2	MEIO AMBIENTE E O DISCURSO POLÍTICO NO JORNAL FOLHA DE S. PAULO: ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	78
3.2.1	A questão ambiental nos cadernos da Folha.....	78
3.2.2	Grandes enfoques em que a questão ambiental aparece no jornal.....	81
3.2.3	Enfoques específicos.....	84
3.2.4	Cruzamento das informações entre os grandes temas e a especificidade temática.....	86
3.2.5	O que está e quanto está ao alcance de nossos olhos.....	88
3.2.6	O recurso do enquadramento no Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	91
4	CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
5	REFERÊNCIAS.....	105
	ANEXOS.....	110

INTRODUÇÃO

O discurso sobre economias sustentáveis, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, tendo como centro o meio ambiente, passou a ser mais amplamente publicizado e debatido a partir de 1992 (RAMOS, 1995), com a realização da segunda Conferência Mundial das Nações Unidas (ONU – Organização das Nações Unidas) para o Meio Ambiente, a chamada Eco-92 ou Rio-92. Muito embora a procedência de tais conceitos tenha uma ascendência anterior, considerando que a preocupação com o meio ambiente, pelo menos por parte de alguns grupos sociais minoritários, antecede o discurso ambiental das últimas décadas. A partir da década de 1960 emergem, com a contracultura, uma série de movimentos sociais trazendo, não só a crítica ao modelo dominante de produção, mas também ao modo de vida. Surgem, então, os movimentos das mulheres, dos negros, dos homossexuais, dos pacifistas e, entre eles, os movimentos ambientalistas, junto a hippies, movimentos culturais, políticos e de juventude.

Novos segmentos vão, aos poucos, inserindo-se no movimento ambientalista, motivados por diferentes fatores que identificam, em cada década, um novo segmento aderindo às preocupações ambientalistas. De acordo com Ione Góes ([S.D], p. 2) por um grande período de tempo, as questões ecológicas foram jogadas a segundo plano e ironicamente tratadas pela mídia como "inquietações de jovens desocupados" ou na melhor das hipóteses, "problemas para biólogo resolver". Com a ampliação dos debates acerca das questões ambientais, a busca pelas origens dos problemas ecológicos foi árdua e conflituosa e a adesão de indivíduos nestes tipos de movimentos começou a crescer.

Segundo Sousa (2002) a questão ambiental entra na pauta das lutas político-sociais no final dos anos de 1960. De acordo com o autor é quando a mídia, timidamente, primeiro na Europa, depois na América, se sente provocada pelo tema. A partir daí, o desenvolvimento dos meios de comunicação, segundo Sousa e Fernandes (2002), contribuiu para acelerar o debate ambiental. Enfatizando tragédias como as de Seveso (1977), Bhopal (1983), Chernobyl (1986), Basel, Césio 137 (BRASIL, 1987), vazamentos de petróleo no mar, degradação da fauna e da flora, imagens e textos percorreram o mundo globalizando um sentimento comum de revolta e preocupação com o futuro do planeta.

Para Castells (1999), a política informacional compõe o quadro de que as sociedades contemporâneas são fundamentalmente midiáticas, isto é, suas relações sociais e de poder são intermediadas pelas diversas modalidades da mídia. O jogo político (partidário) teria, segundo Castells (1999) de se adequar às regras definidas pela mídia, em que o espetáculo e o entretenimento se fundem com as notícias.

Castells (1999) aponta que desta forma o espaço público seria, em larga medida, agendado pelo sistema midiático, que daria os contornos do que seria ou não legítimo, e do que deveria ou não ser prioritário. Mesmo que a vida política seja mais complexa e conflituosa do que a mídia retrata, o fato - para Castells (1999) - é que o sistema midiático enquadra, emoldura em boa medida os próprios conflitos.

Em virtude da intensificação - devido a uma crescente demanda internacional, como será tratado no Capítulo 1 - da relação entre a esfera política e a midiática nos últimos anos, os meios de comunicação ganham papel de destaque e um espaço mais amplo na sociedade. Assim, a análise de um tema, ou assunto, a partir da forma como estão midiaticamente determinados, neste caso o meio ambiente, é justificável devido à importância que os meios de comunicação possuem no processo de agendamento dos temas a serem debatidos na sociedade (MCCOMBS 2009; HABERMAS, 2003). Entretanto, em decorrência de fatores que determinam a produção midiática noticiosa sobre temas de interesse público, aquilo que é reproduzido não consegue refletir a realidade (HABERMAS, 2003). A produção da mídia perpassa por determinadas rotinas produtivas - o que será destacado no Capítulo 2 - variáveis que são externas à redação e ao jornalista e impactam diretamente na forma de produção, como o mercado, a cultura e a sociedade. Para tanto, os meios selecionam o que será levado a público conforme alguns dos critérios de noticiabilidade, como exposto por Wolf (2006). Tais critérios serão discutidos mais a frente na segunda parte dessa dissertação.

Bezerra e Mundin (2011) relatam que de acordo com alguns estudos, os veículos de comunicação tratam as competições eleitorais de modo muito semelhante a outras notícias, com destaque para o drama, os escândalos, a formação de pares antagônico-adversários e as “fofocas”, o que se poderá confirmar no terceiro capítulo dessa pesquisa. O modo como as notícias são construídas e divulgadas também pode influir no seu consumo final. Em alguns casos, a informação política principal é apresentada sob acessórios tão intrincados, como relatam Bezerra e Mundin (2011) que podem dificultar a compreensão dos eventos

políticos e ambientais; em outros casos, a repetição de uma mesma história é tamanha, especialmente envolvendo escândalos, que os olhos do leitor podem se tornar refratários àquele assunto.

Entende-se que a partir do recorte da realidade - escolhido pelo produtor da notícia para narrar determinado assunto - apresentado pela mídia, esta irá influenciar e constituir o debate público, podendo alterar, com isto a agenda política. Devido à importância que os meios de comunicação assumem na esfera pública ao influenciar, direcionar e algumas vezes determinar o arrabalde de discussões sobre um assunto específico, esta pesquisa tem como objetivo geral buscar o que os meios de comunicação levam a público em relação ao meio ambiente em período eleitoral. Como este tema irá ganhar destaque e de que forma o jornal *Folha de S.Paulo* conduz os textos relacionados ao meio ambiente? O meio ambiente ganha visibilidade e aparece no cenário político para debate ou apenas na voz do especialista habilitado a falar sobre? Existe uma preocupação em debater plataformas de governo sobre o meio ambiente?

Um objetivo específico aqui é compreender como o debate ambiental se deu durante um período eleitoral marcado pela presença da ex-ministra do Meio Ambiente do governo Lula, Marina Silva. Acredita-se que por ser este um período em que projetos são mais amplamente discutidos sobre temas sensíveis ao país, o meio ambiente ganharia um maior destaque no debate público. Como este debate político é estruturado na página do jornal impresso *Folha de S.Paulo* é, também, um dos objetivos específicos desta pesquisa, que também tem por objetivo verificar a retórica ambiental por meio do olhar para as campanhas eleitorais.

Para que se possa afirmar que a questão ambiental é retórica foi realizado um trabalho de coleta de material que aborda temas socioambientais publicados no jornal de maior circulação no Brasil, a *Folha de S.Paulo*. Optou-se pela coleta durante o período eleitoral de 2010 por que, presumiu-se que o tema havia ganhado maior destaque na política, pela trajetória de Marina Silva. A história da então candidata, e seu envolvimento com a questão ambiental, leva a crer que o debate ambiental apareceria com maior destaque nas campanhas eleitorais em 2010. Outro fato que se esperava encontrar seriam os programas dos partidos, ao menos em relação ao meio ambiente, debatidos entre os candidatos e minimamente apresentados ao público leitor.

Nessa eleição (2010) o Partido Verde (PV), que possui uma postura preocupada com questões ambientais, ganhou uma expressiva votação, chegando a 20% do total de votos válidos. O jornal *Folha de S. Paulo* pode ter contribuído com isto levando o meio ambiente ao debate político? A partir da análise das notícias veiculadas pode-se verificar como o tema ganhou visibilidade e se houve influência de agendas. O período de coleta de dados foi de julho de 2010 a outubro de 2010, compreendendo o período de campanha eleitoral para presidência da República do Brasil. A escolha por uma abordagem metodológica, também a partir do enquadramento, para análise se dá ao que Porto (2004) observa que, desde 1994, esse tipo de análise recebe atenção crescente de pesquisadores brasileiros, relacionando diversos trabalhos realizados, principalmente sobre a cobertura jornalística de eleições e de movimentos sociais. Ainda de acordo com Porto (2004), a análise a partir do enquadramento permite salientar o caráter construído da mensagem, revelando a sua inclinação implícita, em textos aparentemente objetivos, imparciais e com função meramente referencial. O método para coleta e o quadro específico de temas e categorias de análise pode ser encontrado no Capítulo 3 deste trabalho.

A pesquisa se concentrou na categorização de material referente a qualquer aspecto ambiental, tendo sido coletadas notícias sobre queimadas em parques e florestas, desastres ambientais, preservação da natureza, aquecimento global e outros. Como há uma vasta gama de possibilidades de coleta referentes à questão ambiental o trabalho visa a retórica verde (aqui se leva a cabo o conceito de retórica midiática de Silverstone), como o jornal estrutura suas publicações referentes ao meio ambiente, do saneamento ao debate de projetos ambientais para o país, por meio dos programas de governo dos candidatos a eleição presidencial de 2010.

Conquanto exista uma discussão terminológica de ambientalismo e ecologismo, aqui elas foram incorporadas dentro de um tema maior, a retórica sobre o meio ambiente, que é o objeto de análise desta pesquisa. Isso deve ficar claro desde o início da leitura, pois há diferenças na utilização dos termos, variando também o uso que cada autor faz deles. No Capítulo 1 há uma breve explanação das diferenças entre ecologia e o ambientalismo, definidas por Manuel Castells. O estudo foca-se na referência ao meio ambiente, a questão socioambiental em si, como apresentada a ser debatida na esfera pública midiática.

O primeiro capítulo foi construído de forma a contextualizar a questão ambiental ao longo dos anos, demonstrando de onde surge a preocupação e o discurso midiático atrelado ao meio ambiente. Este capítulo traz, então, um retrato histórico das relações humanas com o meio ambiente, o surgimento de movimentos e contornos políticos que o assunto vai ganhando ao longo dos anos, passando por conferências mundiais da ONU até a relação da comunicação com o meio ambiente e a esfera pública, ao final deste capítulo. Nele também está relacionado o tracejo partidário político ambiental brasileiro, da forma como foi constituído e atualmente se encontra, das leis ambientais previstas na constituição brasileira de 1988. Nesse primeiro momento tem-se em vista que é preciso superar o cartesianismo e avançar para a construção de um olhar mais amplo, perceber a totalidade dos sujeitos e das relações presentes na realidade, sem fragmentá-la, entendendo que nenhuma teoria é completa, sendo, portanto, necessário que os saberes, dialoguem entre si de forma que a interdisciplinaridade aconteça de fato, o que se busca com este trabalho, que tende para além da visão estreita do meio ambiente, é mostrar que se trata de um tema complexo e interdisciplinar em sua essência.

Leff (2000) descreve a complexidade do saber ambiental e segundo ele a crise ambiental e do saber surgem como “um campo do real negado e do saber desconhecido pela modernidade, reclamando a internalização de uma dimensão ambiental através de um método interdisciplinar”. Somente desta forma, de acordo com Leff (2000) - do interdisciplinar - é que seria possível a reintegração do conhecimento para apreender a realidade complexa.

O capítulo dois desenvolve a relação da comunicação e do jornalismo com a retórica ambiental. Nele estão contidas as referências mais específicas que norteiam o estudo. Verifica-se também as linhas de pesquisa utilizadas para composição do estudo que enfocam questões ambientais como apresentadas no debate político, expressos no jornal *Folha de S.Paulo*. Neste capítulo estão as plataformas políticas para a questão ambiental dos três maiores partidos que disputaram as eleições presidenciais em 2010. O objetivo destas constarem neste trabalho é para que a partir de suas propostas, como plataforma governamental, possa-se verificar que pontos da agenda ambiental foram debatidos na esfera pública midiática.

Na sequência, o Capítulo três traz a descrição dos métodos quanti-qualitativos utilizados para a análise dos dados coletados, assim como as tabelas a serem analisadas através deste método. Para tanto, a pesquisa fará uso do método

da Análise de Conteúdo com o levantamento quantitativo do material coletado, verificando todas as entradas referentes ao meio ambiente em 120 dias de coleta. Após o levantamento dos dados passa-se a uma catalogação destes, no sentido de elencar categorias para a análise. Posteriormente, haverá a utilização qualitativa deste método, referente às matérias que estão diretamente enquadradas no tema política e, principalmente, aquelas sobre Marina Silva e meio ambiente e, atendem com maior grau de relação à retórica ambiental, ou seja, está relacionado com maior nível de intensidade ao discurso político sobre o meio ambiente referendando a plataforma política dos três partidos com maior votação no pleito de 2010.

Segundo leitura de Minayo e Rizzini (1998) sobre a análise de conteúdo foram organizados alguns passos seguidos no decorrer da análise:

- Leitura geral do material, necessária para se obter uma noção geral do que ele contém;
- Com o material transcrito, recuperar os objetivos e as categorias de análise elencadas, para adaptar o material empírico e estabelecer as categorias definitivas de análise;
- A partir das categorias, identificar no material empírico as falas significativas compatíveis com as categorias (resultados qualitativos), decompondo as informações da coleta;
- Verificar a contagem e tratamento percentual das categorias do texto (resultados quantitativos);
- A partir de um tratamento quantitativo, deve-se buscar desvendar o conteúdo subjacente ao que está sendo manifesto, voltando-se para ideologias, tendências e outras determinações características dos fenômenos;
- Integrar os resultados qualitativos e quantitativos, na construção do texto.

Ao final, o estudo mostra que as plataformas de governo e as propostas não ganham a visibilidade mínima para serem debatidas na esfera pública e que o jornal tende a abordar o assunto de forma superficial. Nessa reflexão epistemológica sobre a complexidade e a interdisciplinaridade nas relações sociedade-natureza, tem predominado uma visão naturalista, biologista e ecologista, como afirma Leff (2000). Foi pensado aqui, como enfoque para análise, uma perspectiva dialética da compreensão da realidade, a interdisciplinaridade da pesquisa é que permite

delinear historicamente a construção de uma retórica verde, buscando um olhar crítico, em que a análise das relações humanas e naturais seja vista na sua complexidade, na busca por superar a fragmentação da realidade que é aquela apresentada nas páginas do jornal.

Os discursos jornalísticos, veiculados nos meios de comunicação, sublinha Resende (2007), tendem a constituir expressões máximas do que é verdadeiro; e é com eles que os indivíduos constroem seus modos de compreender e ver o mundo e o outro. Como afirma Castells (1999), embora os conflitos permaneçam e se complexifiquem, tendo em vista a política ser um terreno aberto, seu enquadramento passa pela mídia, pois é ela o agente que faz a intermediação das relações sociais. O fato de haver poucos leitores de jornais no Brasil não é, nesse caso relevante, pois, como afirma Castells (1999), eles pautam a mídia televisiva e radiofônica e, de certa forma, a própria internet.

Reconhecendo-se, assim como expõe Leff (2000), que os problemas ambientais são sistemas complexos, nos quais atuam processos de diferentes racionalidades, ordens de materialidade e escalas espaço-temporais. Para Leff (2000) a problemática ambiental é o campo privilegiado das relações sociedade-natureza, razão pela qual seu conhecimento demanda uma abordagem mais ampla, dialética, e um método interdisciplinar. Somente assim, pode haver uma integração das ciências da natureza e da sociedade; das esferas do ideal e do material, da economia, da tecnologia e da cultura. Se por um lado, o Jornalismo como forma de conhecimento é capaz de revelar aspectos da realidade que escapam à metodologia das ciências (MEDITSH, S.D) por outro, é incapaz de explicar por si mesmo a realidade que se propõe a revelar. Dessa forma, se faz necessário lançar um olhar às outras formas de conhecimento, as ciências e a interdisciplinaridade na busca de compreender a realidade atual em sua totalidade.

1 MEIO AMBIENTE, ESFERA PÚBLICA E POLÍTICA ELEITORAL

1.1 UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DOS DESASTRES E PREOCUPAÇÕES AMBIENTAIS

O presente tópico delineia um traçado histórico de acontecimentos, fatos e datas relacionadas ao meio ambiente e sua articulação com sociedade. O intuito é contextualizar a temática e sua importância, principalmente a partir dos anos de 1960, quando movimentos e organizações ampliam o debate ambiental. A ideia é mostrar que desastres ambientais, preservação, conservação, filosofia e teorias sobre meio ambiente, política e sociedade são historicamente debatidos. Assim, os temas não são pautados hoje em dia por acaso. O debate ambiental ocorre tanto na esfera nacional, através de políticas e leis ambientais como, por exemplo, o capítulo VI, Art. 225, da Constituição Federal de 1988, a qual formalizou a proteção ao meio ambiente, quanto na esfera global, durante os momentos, conferências mundiais e posicionamentos da sociedade e governos sobre o meio ambiente. A partir de uma contextualização histórica percebe-se como as catástrofes e desastres ambientais, em grande medida, contribuíram para despertar a consciência ambiental.

Grupos de proteção ao meio ambiente já haviam sido criados na Grã-Bretanha em 1860 e nos Estados Unidos na virada do século XIX para o século XX - na época, devido em grande parte, à poluição ácida que prejudicava lavouras - porém não ganhavam muita atenção pública, pois o discurso não conseguia atingir a sociedade em grande escala. Esses grupos só conseguiram maior visibilidade e aclamação pública, quando cientistas passaram a dar maior mobilidade e visibilidade sobre a estrutura da natureza, conforme aponta McCormick (1992, p. 16).

De fato, a atenção que uma minoria despende ao meio ambiente data de mais de dois séculos, já com leis aprovadas para a defesa ambiental. Em 1893 já havia leis aprovadas na Grã-Bretanha e nesta data se deu a aprovação da “lei de amplo espectro” contra a poluição do ar. Ali foi também criado o primeiro órgão de controle da poluição. Ainda na Grã-Bretanha surgiu o primeiro grupo ambientalista privado no mundo, fundado em 1865, o chamado *Commons, Foot-paths and Open Spaces Society*¹ (McCormick, 1992, p.16).

¹ A *Commons, Foot-paths and Open Spaces Society* é uma instituição de caridade fundada em 1865. É o órgão mais antigo de conservação da Grã-Bretanha. Como fundadores e primeiros membros

Problemas ambientais que surgem no debate atual são tidos como novidade, porém, conforme escreve McCormick (1992, p.17) alguns são seculares, como a poluição ácida. No século XVII, já existiam suspeitas de sua existência e, em 1850, ela foi confirmada. Outras questões ambientais também surgiram muito anteriormente. McCormick (1992, p.17) cita estudos de Thomas Malthus² sobre o crescimento da população e da produção de alimentos e a ideia de que a vida pós-desenvolvimento industrial seria insustentável, como o discurso de uma preocupação com o uso do solo e espaço de plantio, pois haveria uma demanda muito grande para alimentar a população mundial, se perdurasse o desenvolvimento mundial em escala industrial.

Desde a criação da *Food and Agriculture Organization* (FAO), em 1945, órgão ligado a ONU, a assistência técnica a países menos desenvolvidos na área agrícola era destaque na agenda da organização. O discurso ambiental também primava pela proteção de coberturas florestais, contenção da erosão dos solos, proteção das águas, controle das cheias e cuidado com a vida selvagem. Por meio dos estudos da FAO, economistas e conservacionistas tomaram consciência de que o mau gerenciamento de recursos e o crescimento populacional seriam obstáculos para solucionar a crise de alimentos.

incluíram John Stuart Mill, Lord Eversley, William Morris, Sir Robert Hunter, e Octavia Hill. Os dois últimos fundadores da National Trust em 1895, juntamente com Canon Rawnsley. (McCormick, 1999)

² O escritor David Pepper na obra *The Roots Of Modern Environmentalism* (1984) dispõe um capítulo inteiro para tratar da raiz científica do ecologismo. De acordo com Pepper (1984), o início se dá com Malthus e os Neo-Malthusianos. Assim como o tecnocentrismo trouxe um lado do pensamento ambiental, a ciência ecológica também o fez. Com estudos de ecossistemas alguns teóricos e cientistas conseguiram chegar ao ecocentrismo² ou filosofia ecocêntrica, deslocando assim o ser humano do centro do universo para um sistema complexo de relações da vida natural (PEPPER, 1984).

Joseph Petulla (*Apud* McCORMICK, 1992, p.18) identificou três linhas principais de atividade e pensamento e, consequentemente, um discurso dentro do ambientalismo; a raiz biocêntrica, onde a natureza se encerra em si própria; a raiz ecológica, que entende que existe uma relação de interdependência entre ambos, ser humano e natureza; e a raiz econômica, que trata a utilização máxima dos recursos naturais com menor dano, esta apresentada como o conservacionismo.

David Pepper (1984) escreve que os estudos sobre a *Deep Ecology*, foram inicialmente realizados por Arne Naess (1984, P.17). Desde que este estudo foi iniciado, Pepper (1984) descreve que vários autores têm promovido a *Deep Ecology* como a base filosófica para a verdadeira prática ecológica e também estilo de vida. Os teóricos da *Deep Ecology* discutem a base antes de qualquer coisa. A tecnologia e a aplicação da técnica, só são debatidas quando questões fundamentais da base são feitas *a priori*. Por exemplo, na *Deep Ecology* antes de se perguntar como fornecer e suprir todos os bens à população mundial, faz-se necessário perguntar por que se precisa de tantos bens, com uma visão voltada para a diminuição da demanda de recursos naturais do planeta. Basicamente esta filosofia rejeita a visão de dualidade entre o ser humano e o planeta (PEPPER, 1984. P.18).

Após a Segunda Guerra foram realizadas conferências para criar uma organização internacional de preservação e conservação da natureza. De forma provisória a *International Union for the Protection of Nature* (IUPN) estabeleceu algumas metas a serem cumpridas. Ela facilitou a cooperação entre governos, pesquisas científicas, consciência pública, educação e a preparação de uma convenção global sobre a natureza. Foi solicitado à Unesco (órgão da ONU ligado à cultura e educação) que a IUPN participasse da realização de um congresso em Paris em 1948 e desta forma conseguiu-se que a mesma entendesse a necessidade da preservação da natureza e convocasse uma conferência técnica. Esta conferência foi realizada ao mesmo tempo que a Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e Utilização de Recursos (UNSCCUR), em 1949 (McCORMICK, 1992).

Muitos historiadores debatem ainda hoje sobre a verdadeira importância da UNSCCUR. A alegação é que a conferência colocou na agenda o debate sobre conservação ambiental em âmbito internacional, mas foi pouco representativa em ganhos reais de ações. A IUPN só conseguiu maior quantidade de dados para suas pesquisas em 1958, com injeção de dinheiro dos Estados Unidos; assim um pesquisador chamado Lee Talbot, viajou pela África, Ásia Meridional e Oriente Médio, para estudar mamíferos de uma lista que a IUPN possuía o que permitiu maior confiabilidade às fontes da IUPN e serviu para fins de educação e publicidade (McCORMICK, 1992).

Como a IUPN sofria por falta de recursos, novas formas de organização foram pensadas. Membros da própria IUPN propuseram a criação de um novo órgão que seria um consórcio registrado na Suíça, para administrar e capitanear fundos, com membros ricos e com apelos nacionais. Foi criado em 1961 o *World Wildlife Fund* – WWF. Em dez anos de WWF foram mais de 20 apelos nacionais para capitanear recursos. A WWF acabou por se emparelhar a IUPN, mais do que a garantir recursos para a mesma. Até o ano de 1967, a WWF gastava cerca de US\$ 370 mil por ano e já havia custeado integralmente mais de 180 projetos de conservação nas categorias às quais ela participava³ (McCORMICK, 1992).

Na década de 1960 os Estados Unidos puderam contemplar a publicação da obra *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson (1962). Até o surgimento dessa obra

³ Espécies individuais, áreas virgens, apoio a organizações existentes, educação para a conservação e o que chamavam de questões diversas de conservação.

grande parte da população norte-americana acreditava na necessidade da utilização das técnicas agrícolas (incluindo os agrotóxicos) e que a ciência só poderia ser utilizada para o bem da agricultura e da população. Mas, Carson (1962/2010) demonstrou por meio de investigações e estudos os malefícios que pesticidas como o DDT⁴ trazia à população humana, a fauna e a todo o ecossistema que pudesse ter tido qualquer contato com ele.

O fato de este produto químico estar sendo usado nas lavouras para o aumento da produtividade agrícola tinha efeitos colaterais; o pesticida estava envenenando os lagos, os rios e até o oceano. O DDT colocava a vida humana em risco, pois podia causar câncer, além de interferir diretamente na vida selvagem provocando a morte de insetos, e pássaros e, assim, sobre uma cadeia de vida da natureza. Após a publicação do livro, o governo americano se viu obrigado a investigar o uso do DDT e grupos de defesa do meio ambiente ganharam maior força e atenção perante a opinião pública. Desde a década de 1970, este pesticida foi banido de diversos países. No Brasil, o pesticida foi proibido apenas em maio de 2009, com a promulgação da Lei nº 11.936/09.

Todo o alarde conseguido com a obra de Carson (1962/2010) somou-se à discussão em torno dos efeitos da precipitação nuclear, que tinha sido discutida principalmente, em consequência de testes promovidos pela União Soviética (URSS), e pelos Estados Unidos desde 1949. As chamadas doenças da radiação que poderiam estar sendo causadas devido a testes nucleares dividiam a opinião da população e da mídia desde a década de 1950. A isto ainda se somaram uma série de desastres ambientais entre os anos de 1966 e 1972. Os acontecimentos estampavam as páginas de todos os jornais e acabaram influenciando opiniões sobre os temores ambientais. Como exemplo destes desastres destaca-se o ocorrido em 1948, quando uma nuvem sulfurosa matou vinte pessoas e deixou 43% da população da cidade de Donora, na Pensilvânia, doente (MCCORMICK, 1992).

Além da preocupação com o uso da energia e das armas nucleares, havia também a preocupação com desastres imediatos que podiam ser causados pela poluição gerada pelo uso do petróleo, sua perfuração e exploração, passando pelo

⁴ Sigla de Dicloro-Difenil-Tricloroetan - primeiro pesticida moderno tendo sido largamente usado após a Segunda Guerra Mundial para o combate dos mosquitos causadores da malária e do tifo. Trata-se de inseticida barato e altamente eficiente a curto prazo, porém a longo prazo de acordo com a pesquisadora norte-americana Rachel Carson, que denunciou em seu livro *Primavera Silenciosa* o DDT causava doenças como o câncer e interferia com a vida animal causando, por exemplo, o aumento de mortalidade dos pássaros. (ALVES, [D.]).

transporte, refinamento e uso final. A poluição causada pelo petróleo tem efeitos colaterais imediatos e visíveis. O primeiro grande desastre natural causado por navios petrolíferos aconteceu em 1967; mais de 117 mil toneladas de petróleo espalharam-se no mar da costa do extremo sudoeste da Inglaterra. Na época ainda foram utilizados detergentes para limpar o mar, que só aumentaram o dano biológico à vida marinha.

Em 1969, uma plataforma de petróleo em Santa Barbara, na Califórnia, espalhou petróleo por quilômetros do litoral - a plataforma encontrava-se em local instável e por isto foram gastos dias até que se controlasse o derramamento. Meses depois do acidente o litoral ainda continuava a ser poluído pelo derramamento de petróleo. Como as ações tomadas pelas empresas e pelo governo não foram tão enfáticas, a opinião pública sobre meio ambiente passou a se intensificar.

Outros grandes desastres ambientais também contribuíram para que o meio ambiente passasse a ser discutido mais intensamente pela sociedade, como o ritmo industrial japonês do pós-guerra, que gerava desperdício em larga escala e poluição do ar, com o efeito *Smog*.⁵ Grandes empresas mineradoras poluíam os recursos hídricos com mercúrio, o que levou ao surgimento da doença conhecida por *Itai Itai*.⁶ As preocupações ambientais que antes eram sobre a conservação da vida selvagem ganhavam novos contornos, com a apreensão sobre a poluição das águas e do ar.

O discurso ambiental mais contemporâneo ganhou contornos sociais, com pesquisas desenvolvidas em universidades com algumas teses debatidas, a exemplo daquelas do grupo do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) de 1972, o *Limits to Growth* – com o uso de supercomputadores, pesquisadores calcularam o dano causado pelo ser humano na natureza e concluíram:

⁵ A palavra reúne dois conceitos, os de smoke e fog, que em português se traduz sem ambiguidades como fumaça e neblina. O fenômeno ocorre principalmente nas grandes cidades, se caracterizando como a mistura de gases, fumaça e vapores de água, formando uma grande massa de ar. Mais precisamente, o smog é formado por óxidos de nitrogênio (NOx), compostos voláteis orgânicos (VOC), dióxido de sulfureto, aerossóis ácidos e gases. Os efeitos do smog podem ser fatais. Na Inglaterra em meados do século XX, misturas letais de smog mataram 600 pessoas em 1948, cerca de três mil em 1952, mais mil em 1956, e 750 em 1962.

⁶ Doença de itai-itai é traduzida como a “doença dói-dói”, denominação dada ao envenenamento de centenas de pessoas por cádmio ocorrido no Japão junto ao Rio Jintsu. Em 1955 foram registrados os primeiros relatos públicos da doença de itai-itai, anteriormente diagnosticada por um médico da Província de Toyama.

Agora, uma equipe de MIT e cientistas, com o auxílio de um computador gigante, completou o estudo do crescimento para o futuro, se o consumo presente continuar. Suas conclusões inevitáveis estão além dos medos mais sombrios das pessoas. Possivelmente em cerca de 70 anos, o nosso sistema social e econômico entrará em colapso a menos que mudanças drásticas sejam feitas em breve⁷ (SIMMONS, 2000, p.01).

Essas teses faziam parte da chamada era dos “profetas do apocalipse”, segundo a qual o mundo entraria em colapso. A crítica a essas teses é de que o não crescimento colocaria a indústria em recessão nos países mais desenvolvidos e iria frear o desenvolvimento nos demais países. O sucesso da obra *The Limits to Growth* (1972) era colocado como um modo das Ciências Sociais se beneficiarem, ao utilizarem modelos (limitados) de representação do mundo real por meio de computadores, que faziam enormes cálculos para relacionar o crescimento populacional com os limites da natureza.

No cenário composto por novos movimentos sociais, já nos anos 1990 o movimento ambientalista foi o que obteve maior destaque, principalmente por sua atuação de comoção aliada a estratégias midiáticas, como as ações diretas promovidas pelo Greenpeace. Castells (1999) descreve que, no último quarto do século XXI este movimento ambientalista se tornou o mais produtivo, ao levar em consideração os impactos na cultura e sociedade. Ele aponta que na década de 90, 80% da população norte-americana e mais de dois terços da europeia consideravam-se ambientalistas.

O fato de cerca de 80% dos norte-americanos e dois terços dos europeus se considerarem ambientalistas (CASTELLS, 1999), somado a cobertura de catástrofes ambientais interfere diretamente nos programas político-partidários. Dificilmente candidatos e partidos conseguiriam se eleger sem contemplar o que Castells (1999, p. 141) chama de “verdejar” em suas plataformas. As teorias políticas e ambientais se desenvolveram mais, desde os anos de 1970, e as projeções para o meio ambiente tem sido debatidas com um grau de intensidade muito maior. O Greenpeace é a maior organização ambiental do mundo e também uma das maiores responsáveis por popularizar questões ambientais globais. A organização adota métodos de ação direta, com foco na visibilidade da questão e o não uso da violência.

⁷ Tradução nossa.

Grande parte da visibilidade atribuída ao ambientalismo se deve ao fato do mesmo ter se mostrado dotado de grande capacidade de adaptação às condições de comunicação e também de mobilização suportada nos novos paradigmas tecnológicos, com as NTICs – Novas Tecnologias da Informação e Comunicação. Desde o início o ambientalismo procurou exercer influência direta na legislação e na postura política dos governos, não tratando assim apenas de um movimento de conscientização (CASTELLS, 1999).

Nos anos 1990 questões sociais passaram a compor o movimento ambientalista com maior intensidade. Populações de baixa renda passaram a se mobilizar contra o fato de estarem muito mais sujeitas à exposição de materiais tóxicos, degradação ambiental em seus espaços, poluição e situações de risco. Assim, o espaço “público” seria, em larga medida, agendado pelo sistema midiático, que daria os contornos do que seria ou não legítimo, e do que deveria ou não ser prioritário (CASTELLS, 1999).

Grupos de mulheres⁸ conseguiram demonstrar que podem estar mais sujeitas às consequências da poluição, por terem jornada de trabalho e ainda cuidado com a administração doméstica, demonstraram também a deterioração dos serviços públicos por conta de um desenvolvimento desenfreado. A miséria, em todos os lugares do mundo, pode também ser apontada como uma das maiores causas da degradação ambiental⁹. Para Herculano (1992) o mundo estaria longe de solucionar os problemas de degradação ambiental e social, uma vez que estes seriam causados pela própria lógica produtiva capitalista, que tende à concentração, à exclusão e ao consumismo. Com isto em países em desenvolvimento grupos ambientalistas têm se unido a grupos de direitos humanos, grupos de mulheres e organizações não governamentais, na busca de justiça ambiental e promovendo alterações em plataformas políticas (CASTELLS, 1999). Um exemplo atual pode ser

⁸ Ecofeministas, por sua vez, que buscam uma combinação lógica entre as preocupações feminista e ambiental, a partir da consciência aflorada nas mulheres, especialmente a partir da década de 1970. O ecofeminismo não segue uma crítica linear, mas percorre um curso dialético entre sua tarefa feminista de estabelecer o direito da mulher à voz política; sua tarefa ecofeminista de minar a base machista daquela validação política, desmontando a relação machista do homem com a natureza; e sua tarefa ecológica de demonstrar o quanto às mulheres são capazes de viver diferentemente em relação à natureza (ROSENDO, 2010).

⁹ A temática: gênero, pobreza e meio ambiente tem sido discutida de forma interdisciplinar no núcleo de estudos interdisciplinares, denominado “Questão ambiental, Gênero e Condição de Pobreza”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, inscrito como Grupo de Pesquisa do CNPq, com o mesmo nome. Os trabalhos do núcleo agregam docentes. Discentes e profissionais de diversas áreas sociais, como Serviço Social, Comunicação, Direito, Psicologia, Biologia, História, Educação e Economia.

visto na incorporação de diretrizes das Agendas 21 em programas de candidatos ao governo federal (pode ser visualizado ao fim do capítulo 2).

Em a *Modernidade Insustentável*, Leis (2004) apresenta um tracejo da crise da governabilidade do meio ambiente na atualidade. De acordo com o autor os maiores e mais poderosos países são atravessados por acontecimentos que os governos, em bora parte, não podem controlar (catástrofes naturais, desastres e poluição de outros países). A partir da década de 1980 passou-se há uma visão mais realista da política global, quando as profundas transformações demográficas, ambientais, tecnológicas, culturais e econômicas se atenuaram junto a um caráter transnacional. Nessa época o que acontece de mais promissor na política mundial ficou marcado como o fim do comunismo – e da bipolaridade mundial. A partir desse momento novos atores, não governamentais, destacam-se com a atenção á uma ameaça de caráter ambiental (LEIS, 2004).

Leis (2004) chama a atenção a retórica presente em grande parte dos documentos e dos discursos públicos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento – ainda que aqueles produzidos durante a década de 90. No contexto de grandes conferências globais sobre o meio ambiente essa retórica pode induzir ao observador incauto a refletir que todos os problemas agendados pelos governos mundiais já estão com as soluções encaminhadas. Apesar de haver resultados em tais conferências (avanços em acordos internacionais), eles permeiam o abstrato com muito pouco, de fato, concreto (LEIS, 2004).

Para Leis (2004) a crise ambiental extrapola uma possível falta de compreensão dos riscos ambientais ou uma falta de vontade política em tratar tais temas. Há uma complexa interrelação dos problemas ambientais com a economia, a cultura e a política, que Leis (2004), sugere que a resolução destes problemas deve passar pela compreensão de um amplo espectro de níveis de conhecimento e de práticas – inclusivas de cultura, filosofia e religião, para além das ciências naturais e humanas. Castells (1999, p. 154) destaca que: “é justamente essa dissonância entre teoria e prática que caracteriza o ambientalismo como uma nova forma de movimento social, descentralizado, multiforme, orientado à formação de redes e de alto grau de penetração”. Tamanha a complexidade do assunto, que se torna merecedor de convenções internacionais para que soluções sejam pensadas.

1.2 UMA RETÓRICA DE AMPLITUDE SOCIAL E GLOBAL

Ao considerar o que foi abordado no item anterior em relação à pobreza, ao meio ambiente e à degradação, a ONU convocou e realizou, em 1972, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Ela foi realizada na cidade de Estocolmo, capital da Suécia, e é tida como um dos marcos do crescimento e fortalecimento da questão ambiental no mundo. Nesta Conferência, pela primeira vez, problemas ambientais globais foram discutidos em conjunto com os problemas sociais e econômicos. A intenção deste Fórum intergovernamental era de empreender ações entre governos, objetivando algo maior para o desenvolvimento planetário, além de apontar ações que pudessem corrigir o que vinha sendo realizado no mundo em relação a exploração de recursos naturais.

A Conferência de Estocolmo findou-se com a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e com uma declaração contendo uma lista dos Princípios e Plano de Ação. Ela também fez emergir um pensamento mais racional sobre o meio ambiente e menos emocional acerca da política global. Participaram 113 países e 19 órgãos intergovernamentais, além de 400 outras organizações não governamentais. Como mérito, a Conferência de Estocolmo trouxe à tona o debate entre países desenvolvidos e menos desenvolvidos sobre as diferentes nuances e prioridades para o meio ambiente. A Declaração de Estocolmo foi dividida em 26 princípios que podem ser divididos em cinco subgrupos principais. A partir de Estocolmo, a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento chegou ao Relatório Brundtland, documento que utilizou originariamente o conceito de desenvolvimento sustentável.

De acordo com Sousa e Fernandes (2002), as conferências da Biosfera (Paris, 1968) e Meio Ambiente (Estocolmo, 1972) foram marcos importantes da agenda ambiental na mídia e exerceram influência sobre vários profissionais e pesquisadores. Segundo os autores, no Brasil esse foi o caso do jornalista Randau Marques, que chegou a ser preso pela chamada “Operação Bandeirantes”, no auge do Regime Militar, pela denúncia de contaminação de gráfos e sapateiros por chumbo, na cidade de Franca, um dos maiores curtumes paulistas. Sousa e Fernandes (2002) apontam que Randau também cobriu para o grupo Estado, entre dezembro de 1973 e março de 1974, no Rio Grande do Sul, uma das grandes

polêmicas ambientais: o fechamento da fábrica de celulose Borregaard, que estava poluindo o Rio Guaíba.

Os autores ainda descrevem que nesse período, a imagem mais forte da época não é a da chaminé lançando fumaça no ar, mas uma foto, publicada em vários jornais, de um estudante universitário em cima de uma acácia, enquanto tentava impedir o corte da árvore pela prefeitura, para a construção de um viaduto. Esse foi um dos reflexos das conferências mundiais sobre o meio ambiente (SOUSA; FERNANDES, 2002).

Ao final dos anos de 1960 e princípios dos anos 1970, a mídia aumentou consideravelmente o espaço dado ao meio ambiente. Nesse período, “pela primeira vez, as questões ambientais foram vistas pelos jornalistas na Grã-Bretanha e na América como uma categoria principal de notícias” (HANNIGAN, 1995, p. 85). A mudança de consciência deveu-se, em boa parte, pela visão que se teve da Terra fotografada a partir da Lua, em 1969. Com a imagem do globo terrestre, até então desconhecida e não imaginada, o meio ambiente ganhou destaque na esfera pública (GIRARDI; MORAES; LOOSE, 2012).

Vinte anos depois da Primeira Conferência da ONU foi realizada a segunda, desta vez no Rio de Janeiro, Brasil. A chamada Conferência Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi promovida para que se pudesse, entre outros assuntos, ter uma avaliação do que havia sido colocado em prática desde a Conferência de Estocolmo. A Conferência também ficou conhecida como Eco-92. Nela foram discutidos mecanismos para transferência de tecnologias não-poluentes para países em desenvolvimento, a cooperação internacional na prevenção de ameaças ambientais e o debate sobre a necessidade urgente da mudança de determinados comportamentos, tendo em vista a preservação da vida na Terra. A Eco-92 contou com a participação de 172 países, com mais de 10 mil participantes, mais de mil e quatrocentas Organizações Não-Governamentais e uma ostensiva cobertura midiática que credenciou cerca de 9 mil jornalistas.

A Eco-92 foi uma das responsáveis pelo comprometimento da mídia com o chamado jornalismo ambiental (ao menos em número de pautas, o que não reflete um aprofundamento do tema) e maior cobertura e debate midiático sobre o tema (SOUSA; FERNANDES, 2002). Foram assinados cinco documentos na Conferência do Rio de Janeiro, sendo eles a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento, a Agenda 21, Princípios para a Administração Sustentável das Florestas, Convenção da Biodiversidade e a Convenção sobre Mudança do Clima.

Hannigan (1995) aponta que ainda na década de 1990 as histórias sobre o meio ambiente passam a ter um caráter midiático mais global e complexo. Entretanto, ele aponta que, na maioria dos países, as pautas ambientais ainda demoram muito mais tempo para ganhar espaço - em muitos casos destacam-se apenas os grandes acidentes e desastres ambientais.

Em 2002 foi realizada a Conferência da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, na África do Sul. A conferência ficou conhecida como Rio+10 e tinha como principal objetivo a revisão das metas estabelecidas na proposta da Agenda 21¹⁰, e o direcionamento de esforços às áreas que necessitam de ânimo adicional para implementação, além de refletir sobre os demais acordos que foram tratados na Eco-92. Foram mais de 150 países participantes e a maioria deles apresentou propostas concretas para a implementação das diretrizes da Eco-92. A Declaração de Johannesburgo possui 37 princípios. Países desenvolvidos obrigaram-se a alcançar determinados níveis de assistência oficial ao desenvolvimento e a apoiar a criação de alianças regionais em promoção da cooperação internacional. Percebeu-se que não é possível um mundo unilateral - cada país precisa fazer sua parte. Porém, não houve grandes avanços concretos nos objetivos propostos pelas Nações Unidas. Em 2002, a mídia hegemônica realizou a cobertura do evento de forma apenas a tratar fatos ocorridos no próprio evento, a partir de uma agenda da própria conferência.

Em 2012, a ONU realizou no mês de junho uma nova conferência, outra vez no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ou Rio+20. As conferências da ONU têm tido fundamental papel na promoção do debate de políticas em meio ambiente, pois atraem a cobertura dos meios de comunicação sobre a temática ambiental.

Nos períodos em que ocorrem as conferências, que são grandes eventos globais, o fluxo de material referente ao meio ambiente cresce visivelmente nos meios de comunicação de massa. Os jornais pautam diariamente o evento tratando

¹⁰ Documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais. Cada país desenvolve a sua Agenda 21 e no Brasil as discussões são coordenadas pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS). (Conferência Rio-92)

de especificidades relacionadas ao meio ambiente. Durante a Eco-92, por se tratar de uma “novidade”, os jornais brasileiros se limitaram à cobertura factual sobre a conferência em si (FERNANDES, 2002), sem trazer visões múltiplas da questão ambiental. Na Rio+20 a quantidade de material informativo foi ainda maior, devido ao fluxo de informação da internet. Isto foi possível através da busca tanto pela cobertura do evento, como por informações sobre causas defendidas por diferentes grupos, principalmente em decorrência da cobertura midiática da Cúpula dos Povos. Os próprios jornais evidenciaram a retórica ambiental através de suas manchetes, onde se ressalta a falta de resultado da conferência. No tópico seguinte será abordada a relação do meio ambiente na esfera pública. Canais de TV e jornais pautaram diariamente os acontecimentos da Rio+20. A ONU disponibilizou (e ainda disponibiliza) em seu site o *clipping* de todo o material publicado pelos jornais sobre a RIO+20. Pode-se observar que este evento teve uma cobertura ostensiva por parte da mídia brasileira.

Um grande exemplo de matéria publicada que confirma a retórica verde no evento é **“Presidentes latinos criticam países ricos no segundo dia da Rio+20”** (21/06). Ou, ainda, outra notícia publicada no mesmo dia, que traz a ex-candidata do Partido Verde como fonte **“Documento final da Rio+20 privilegia a economia, diz Marina Silva”**, ambas foram publicadas em *“O Globo”*, e nos dois casos as matérias afirmam que o comprometimento com o desenvolvimento econômico está acima do comprometimento socioambiental. Já na *Folha de S.Paulo* no mesmo dia (21/06) as notícias eram **“Mídia: Eleição nos EUA rouba a cena da conferência”** e **“Na Rio+20, líderes enfatizam questões ambientais não citadas no texto final”**. Nas matérias da *Folha*, respectivamente, os textos destoam ainda mais da realidade e da emergência socioambiental. Os discursos oficiais dos líderes nacionais mostram que o mundo real parece ficar esquecido durante as negociações.

A retórica verde em âmbito global ajuda a pautar debates dos cidadãos em relação a questão ambiental, mas mesmo que incessantemente tematizada, não demonstra níveis de aprofundamento ou qualquer resultado prático. Quer dizer, o discurso existe, mas apela para a sedução e para a comoção global sobre a necessidade de salvar o Planeta. A retórica verde aparece em plataformas políticas, mas não recebe a atenção devida, como foi verificado, devido ao modo de produção capitalista, que exige uma demanda industrial em larga escala para manter o atual

sistema econômico em funcionamento, deixando a questão ambiental de lado, presente em documentos e falas oficiais, apenas.

1.3 O DISCURSO AMBIENTAL E A PLATAFORMA POLÍTICA NO BRASIL

Cader e Vieira (2007) colocam que na década de 1930 iniciou-se, com maior intensidade, no Brasil, um período de consolidação de investimentos públicos e privados em grandes obras de infra-estrutura. Os autores ponderam que neste momento era inexistente o conceito ou, ao menos, a ideia de desenvolvimento sustentável, porém, já havia uma vertente de política ambiental orientada à preservação. Cader e Vieira (2007) afirmam que na época havia um movimento de políticos, jornalistas e cientistas que se organizavam para discutir políticas de proteção ao patrimônio natural. Segundo os autores, esses grupos contribuíram para elaboração do primeiro Código Florestal Brasileiro, no ano de 1934, o qual foi posteriormente instituído pelo Decreto Lei nº 23793/1934.

Em 1937, o Código Florestal tornou possível a criação de parques nacionais como o de Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro. Em 1939 foram criados, respectivamente, os Parques Nacionais de Iguaçu (no Paraná) e da Serra dos Órgãos (Rio de Janeiro). A preocupação ambiental através de um plano político nacional só foi retomada na década de 1960, pela aprovação da Lei nº. 4.771 de 15/09/1965, que instituíu o novo Código Florestal Brasileiro. Nesse novo código estavam previstas as Áreas de Preservação Permanente ou APPs, as quais deveriam permanecer intocáveis para garantir a integridade dos serviços ambientais. Nele também foi instituída a Reserva Legal, que transferia compulsoriamente para os proprietários rurais a responsabilidade e o ônus da proteção. O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) foi criado em 1967, com o objetivo de fomentar a política florestal brasileira e adotar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis.

Cader e Vieira (2007) destacam que, após a Conferência de 1972, o país se viu diante de pressões externas, e da sociedade, que acusavam o governo brasileiro de defender o desenvolvimento a qualquer custo. Com isto criou-se um projeto ambiental nacional que pudesse contribuir para redução de impactos ambientais advindos do crescimento decorrente da política desenvolvimentista. Em 1973, foi

criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), para dividir funções com o IBDF.

Entre as décadas de 1960 e 1970, intensificou-se o desmatamento de florestas brasileiras, como cerca de quase 10% da floresta amazônica desmatada, em prol do chamado desenvolvimento econômico; houve o aumento da utilização de automóveis e o surgimento de grandes cidades com enorme potencial poluidor, como Cubatão (SP). Data desse período o início de movimentos com maior preocupação social e ambiental no Brasil (SIRKIS, 1992).

Jacobi (2003) situa a emergência do ambientalismo brasileiro na década de 1970. Primeiro pelo fato da realização da Conferência de Estocolmo; segundo, por ser a década da anistia aos exilados políticos, que retornam ao país, em 1979, trazendo novas ideias e concepções sobre o mundo; principalmente, em relação ao sistema desenvolvimentista da política brasileira. Anterior a isto existiam iniciativas pontuais; em 1955, foi fundada a União Protetora do Ambiente Natural (Upan), no Rio Grande do Sul, por um naturalista chamado Henrique Roessler.

Em 1958 surge no Rio de Janeiro, a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), voltada a ações conservacionistas e que, na década de 70, iniciou junto a IUPN e a WWF o Programa de Colaboração e Financiamento para Agências Ambientais. No ano de 1966 tem início a Campanha pela Defesa e Desenvolvimento da Amazônia (CNDA) e no ano de 1971 é criada a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), que possuía um perfil mais abrangente, tratando questões de impacto predatório da poluição industrial e formulando um programa para promoção da ecologia (JACOBI, 2003).

A partir da década de 1980 o ambientalismo no Brasil tenta implementar instrumentos legais de gestão ambiental; parte dos ambientalistas opta por ingressar na área da política institucional, enquanto as Organizações Não Governamentais (ONGs) buscam uma maior profissionalização e aproximação com as causas sociais. Com a eleição de um candidato que defendia estritamente uma proposta ambiental – Fábio Feldmann – possibilitou-se a formação, na Assembleia Constituinte de 1988, da Frente Parlamentar Verde, o que resultou na legislação ambiental brasileira como uma das mais avançadas do mundo (JACOBI 2003).

Data da mesma década a aproximação de ambientalistas com seringueiros da Amazônia e apoio de ONGs para criar reservas extrativistas, as quais ganharam maior notoriedade após o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes (1944 -

22/12/1988). As lutas encampadas por movimentos como a dos seringueiros e a recorrência de catástrofes de cunho ambiental têm mostrado a relação entre desigualdades ecológicas e sociais; neste esteio, o ambientalismo ganha um novo direcionamento, em que lutas sociais e políticas se juntam à luta universal pela preservação global (CUNHA; SCHIMANSKI; FERREIRA, 2010).

O socioambientalismo torna-se uma face do movimento no Brasil, na medida em que os grupos ambientalistas influenciam diversos movimentos sociais. Mesmo que estes grupos não tenham como objetivo principal a preservação ambiental eles agregam a ideia como parte importante no desenvolvimento de seus trabalhos. Um cadastro realizado em 1996 por três instituições, a *Mater Natura*, o Instituto de Estudo da Religião (Iser) e o WWF; levantou a existência de 985 entidades ambientalistas ou que produziam esforços correlacionados, das quais, apenas 260 não eram ONGs (JACOBI, 2003).

No início da década de 1990 estas organizações não conseguiam ter núcleos com ao menos 20 militantes, eram atuantes apenas de forma local, amadoras e sem sede, nem havia verba para remuneração de equipe. Mas o quadro passou a se profissionalizar quando grandes escritórios internacionais do Greenpeace e da *Friends of Earth* foram abertos no país. As organizações deixaram de atuar de forma genérica e iniciaram um trabalho mais específico e focado.

Durante a Conferência Rio-92 as ideias ambientalistas brasileiras se fortalecem e passam a inserir o movimento nacional na rede internacional. Em 1992, durante a Conferência, foi criada a Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA), e surgiram outras discussões sobre o ambientalismo no Brasil. Em análise dos cinco anos pós-Rio-92, Jacobi (2003) vai afirmar que se deu um avanço qualitativo do ambientalismo, e este ocorreu a medida que uma identidade crescente foi criada “entre o significado e dimensões das práticas, com forte ênfase na relação entre degradação ambiental e desigualdade social, reforçando a necessidade de alianças e interlocuções coletivas” (JACOBI, 2003, p.31).

Sirkis (1992) coloca, ainda nos anos de 1970, o movimento cultural musical Tropicalismo como um possível disseminador da cultura socioambiental brasileira, ao analisar o discurso lírico de composições musicais de Caetano Veloso e Gilberto Gil¹¹. O mesmo autor ainda coloca que o Brasil não viveu um crescimento do

¹¹ Em 1990 Gilberto Gil fundou a Organização Não Governamental Onda Azul, para preservação das águas brasileiras.

pensamento socioambiental com grandes organizações, como o Greenpeace ou a WWF.

A maior conscientização e o debate ambiental no Brasil começaram a se estabelecer após a chamada abertura política, com o fim da ditadura militar (1985). Sirkis (1992) descreve duas estratégias adotadas por ecologistas no Brasil; a do *lobby*, na qual as pessoas se aproximam de partidos políticos, como o fez Lutzemberg, que saiu do Rio Grande do Sul, e passando por partidos distintos chegou a Secretário Especial do Meio Ambiente durante o Governo Collor. E a estratégia política na qual o socioambientalismo toma uma posição política declarada. Durante os últimos governos brasileiros a posição lobista de alguns ambientalistas brasileiros tem aparecido, já que esta tendência procura influenciar qualquer que seja o partido no poder (SIRKIS, 1992).

No Rio de Janeiro, causas como a antinuclear, ganharam uma grande atenção, por conta das usinas atômicas em Angra dos Reis, que na época (1982) ficou conhecida como “Hiroshima Nunca Mais”. O movimento antinuclear no Brasil ganhou grande representatividade principalmente após acidente em Goiânia com a substância Césio-137 no ano de 1987. O acidente foi classificado como nível 5, em uma Escala Internacional de Acidentes Nucleares (a escala vai até o 7)¹². O caso foi repercutido mundialmente e a região, onde ocorreu o acidente, só pode ser revitalizada quase vinte anos depois.

A mídia brasileira repercutiu o incidente em larga escala, mas tratou boa parte de suas publicações pelo viés econômico, com manchetes como a da *Folha de S. Paulo* de 17 de outubro de 1987 – **“Papel trazido de Goiás é tratado com rejeito radioativo pelo Ipen”**; nesse caso, a notícia fala sobre as cédulas de Cruzeiros contaminadas e desvalorizadas. Muitas outras notícias também foram publicadas, como outra da *Folha de S. Paulo*, de 18 de outubro de 1987 – **“A contaminação radioativa: o Acidente já afeta a economia de Goiás, prejuízos são incalculáveis”**; ou do jornal *O Globo*, em sua manchete – **“Pânico dá Prejuízo de Cz\$ 530 milhões a Goiás”**, no dia 08 de novembro de 1987.

¹² Um dos maiores acidentes com o isótopo Césio-137 teve início no dia 13 de setembro de 1987, em Goiânia, Goiás. O desastre fez centenas de vítimas, todas contaminadas através de radiações emitidas por uma única cápsula que continha césio-137. Catadores encontraram uma máquina de Raio-X abandonada e abriram a mesma para vender suas partes. O dono de um ferro velho encontrou 19,26 g de cloreto de césio-137 (CsCl) e maravilhado com a substância ele a expôs para amigos e familiares. Curiosos levavam amostras para casa, ampliando o raio de contaminação. O acidente com Césio-137 foi o maior acidente radioativo do Brasil e o maior do mundo ocorrido fora das usinas nucleares. (CNEM)

A história de desastres e de lutas socioambientais marca o país, chegando às plataformas de governo de partidos políticos, que enxergam a necessidade de contemplar a questão de algum modo. A partir da década de 1980 uma nova visão social e ambiental começa a surgir na política institucional brasileira, com a criação de secretarias de meio ambiente e o Partido Verde.

1.4 SURGIMENTO DO PARTIDO VERDE E SECRETARIAS ESPECIAIS

A posição do ambientalismo no Brasil passou a encontrar barreiras nos partidos na década de 1980. Segundo relato de Sirkis (1992), apenas alguns partidos, como PMDB, PDT e PT abriam espaço para o socioambientalismo, na maior parte das vezes em período eleitoral, porém não consideravam as questões ambientais como prioridade ou sequer discutiam relações de métodos de desenvolvimento e produção. A discussão, segundo Sirkis (1992), não tinha muito espaço por conta da própria construção histórica destes partidos – para eles, o desemprego, a fome e a miséria eram a prioridade, pois não percebiam que estes problemas estavam diretamente ligados às questões ambientais.

Em 1981, devido à internalização de uma nova visão em relação ao meio ambiente na política brasileira, deu-se a promulgação da Lei nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente. Também foram criados o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Neste esteio surgiu a ideia do Partido Verde¹³ e antes que quaisquer pessoas pudessem apropriar-se da sigla, juridicamente, ele foi fundado, em 1986. Em sua ata de fundação estabelecia as diferenças entre um Partido Verde e o que é a linha da ecologia ou chamados “verdes” dos demais partidos políticos. Em uma coligação com o Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Gabeira concorreu a governador do estado do Rio de Janeiro em 1986, pela da sigla PV, chegando a

¹³ No final dos anos 1970, na Alemanha, ambientalistas e pacifistas se organizaram politicamente sob o nome Die Grunen (Os Verdes). Em janeiro de 1980, o partido foi oficialmente fundado, trazendo no seu programa eleitoral uma contundente oposição à poluição industrial, ao uso da energia nuclear e à estratégia militarista da OTAN. (SOARES, 2003). Segundo o parlamentar do partido verde alemão, Hans-Christian Ströbel, na Alemanha, os verdes surgiram como críticos do sistema partidário vigente. Eles não queriam ser como os outros e por isso criaram uma série de critérios formais. Pretendiam fazer algo substancialmente distinto dos outros e não queriam ser um partido no sentido tradicional do termo

15% dos votos – resultado positivo para um partido recém-fundado, tendo como base o meio ambiente.

A partir desta data, alguns dos chamados ambientalistas, conseguiram participação na política nacional. Fábio Feldmann foi eleito deputado federal pelo PMDB paulista e Carlos Minc eleito deputado estadual pelo Rio de Janeiro pela coligação entre o PV e o PT (mais tarde foi ministro do Meio Ambiente, entre 2008 e 2010). Feldmann foi o responsável pela elaboração do capítulo sobre Meio Ambiente na Constituição Brasileira de 1988. Cader e Vieira (2007) pontuam que por meio da Constituição de 1988 as políticas ambientais evoluíram e estados e municípios passaram a ter competência para formularem suas próprias políticas, ao mesmo tempo em que determinam ser direito de todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado e que é dever do poder público e da coletividade defendê-lo e preservá-lo.

Carlos Minc conseguiu planejar ações em que contou com a estrutura midiática para obter maior notoriedade à causa ambiental do país. No mesmo ano, 1988, em que a ecologia ganhava maior destaque, a imprensa mundial noticiava a morte do líder Seringueiro, Chico Mendes.

Chico Mendes surgiu no cenário do desmatamento da Floresta Amazônica durante o regime desenvolvimentista militar. Os fazendeiros tinham incentivos fiscais para colonizar ou promover o desenvolvimento da Amazônia. Com a devastação da floresta em busca de pastagens, os seringueiros da região tiveram seu trabalho comprometido e, com isto, sua própria sobrevivência. Os trabalhadores dos seringais se viram obrigados a migrar para outras regiões, como a Bolívia, porém alguns permaneceram, como foi o caso de Chico Mendes. Os que ficaram no local iniciaram uma resistência – de forma pacífica eles se colocavam entre os tratores e as árvores que iriam ser derrubadas, nos chamados “Empates”.

Eles conseguiram, além de resistir, também propor transformações econômicas para o desenvolvimento da região amazônica, sem que com isto a floresta precisasse ser derrubada. A ideia na época era fortalecer a economia extrativista de produtos da floresta, como o açaí, a borracha, a castanha do Pará e o babaçu, por exemplo. Assim, o chamado Conselho Nacional dos Seringueiros estabeleceu alianças com índios da região e depois firmou a Aliança dos Povos da Floresta, que recebeu apoio de entidades ambientalistas ao redor do mundo. Com a morte de Chico Mendes a causa da proteção da Floresta Amazônica ganhou

repercussão nacional e internacional. Chico Mendes havia sido candidato a deputado estadual pelo PT em 1986, no mesmo ano em que Marina Silva havia sido candidata a deputada federal, pelo mesmo partido.

O pensar no meio ambiente faz-se necessário a partir de uma visão da totalidade. Assim, Cunha, Schimanski e Ferreira (2010) escrevem que a questão ambiental foi introduzida na agenda política e, com isto, eleva-se o meio ambiente ao debate no cenário internacional, algo que causou estranheza ao ambientalismo, já que defensores do meio ambiente eram vistos como entrave ao progresso econômico. Da mesma forma, Santos (2009) menciona que ao incorporar o discurso ambiental, a classe política mais esclarecida aproveitou para ganhar um novo campo de atuação e legitimação. Assim o movimento dos seringueiros é responsável por iniciar um trajeto político inovador à época, através da proposta das reservas extrativistas como um fato social e real (CUNHA, SCHIMANSKI e FERREIRA, 2010).

Chico Mendes recebeu prêmios e atenção mundial por sua luta contra a destruição da Floresta amazônica e a notícia de seu assassinato fez com que a Amazônia se tornasse um centro de discussão ambiental em todo o mundo. Também pode ter sido um dos fatores que contribuíram para a realização da Eco-92 no Rio de Janeiro. A Morte de Chico Mendes e a realização da Eco-92 no Brasil são considerados marcos no ambientalismo no país, pois foi neste momento que o meio ambiente ganhou amplo destaque nos meios de comunicação nacionais, com a intensificação da cobertura do tema ambiental e da Amazônia como pauta dos veículos de comunicação (SIRKIS, 1992).

A eleição de Fernando Collor de Mello à presidência da República no ano de 1989, deslocou parte dos ecologistas brasileiros para o chamado *lobby*. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) foi criado em 1989; em 1992, foi criado o Ministério do Meio Ambiente, órgão de hierarquia superior que passa a ter a missão de formular a Política de Meio Ambiente no Brasil e o Ibama passa a ter uma atuação mais voltada à fiscalização (CADER e VIEIRA, 2007). Sirkis (1992) escreve que Collor assimilou discursos ambientalistas a sua imagem, porém sem avanços em qualquer área ambiental (SIRKIS, 1992).

Pouco antes da campanha eleitoral de 1994, que teve Fernando Henrique Cardoso (PSDB) como vencedor, o Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou no programa de governo do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, o que se tornou um dos capítulos do programa de governo do PT na época – “As bases ecológicas para um

projeto de desenvolvimento”. Esta proposta de inclusão ambiental no programa eleitoral do PT foi elaborada por um setor do partido conhecido por “Ecopetistas”. No ano de 1993 o PT havia formalizado a Secretaria Nacional de Ecologistas e Meio Ambiente (SNEMA); em 1995, Marina Silva do PT do Acre foi eleita como secretária nacional e o nome do órgão mudou para Secretaria Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento (SMAD). A mudança de nome se deu por conta da necessidade de diálogo de todos os segmentos do partido, para que as ações políticas e econômicas contemplassem também a dimensão ambiental, na tentativa da promoção do desenvolvimento sustentável. Em 1999, Gilney Viana assume a SMAD no lugar de Marina Silva.

Camargo (2004) escreve que o Brasil conta com uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo, também uma das únicas a contar com capítulo especial na Constituição Federal. Desde que a Eco-92 aconteceu foram editadas no Brasil leis como a Lei das Águas, para o gerenciamento dos recursos hídricos, junto a Política Nacional de Recursos Hídricos. Também foi editada a Lei de crimes ambientais, o Estatuto das Cidades e outros importantes dispositivos legais para a área de meio ambiente, que ainda não se converteram, contudo, em melhorias socioambientais ao país. Durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, os recursos da união destinados ao Ministério do Meio Ambiente sofreram diminuição gradual. Em 1995 eram de 0,51% chegando ao ano de 2000 a representar apenas 0,13% do orçamento nacional. A falta de recursos, no entanto, não é o único problema para uma maior atuação socioambiental no país, pois existem problemas estruturais que agravam ainda mais esses problemas. (CAMARGO, 2004)

Nos anos 2000 ocorreu a aprovação da Lei nº. 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), que divide as unidades de conservação em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

Em 2001, a SMAD, em conjunto com a Fundação Perseu Abramo, editou e publicou o livro “Desafios da Sustentabilidade”, obra em que há textos que relatam a emergência de um socioambientalismo. Em 2002, com a eleição de Lula, assume a SMAD o deputado distrital Chico Floresta. Os membros da SMAD lançaram em 2002 o caderno “Meio ambiente e qualidade de vida”, com propostas estratégicas sobre ações socioambientais para o Brasil. Em 2003, membros da SMAD passam a

integrar postos estratégicos no Ministério do Meio Ambiente no governo do PT. Em 2004 foi realizada a I Conferência Nacional de Meio Ambiente. Em 2008, Marina Silva se demitiu do Ministério do Meio Ambiente do Governo Lula, alegando falta de sustentação à política ambiental no governo.

Existem fronteiras entre partidos e políticos ecologistas que muitas vezes são difíceis de distinguir, devido ao seu caráter fluido. Reformistas, pragmáticos e idealistas são características dos partidos verdes mundiais. O brasileiro foi capaz de estabelecer alianças e é pragmático por ser conservador em questões como a homoafetividade e o aborto, apesar de ainda manter algumas características dos partidos verdes chamados de reformistas. Há uma necessidade de adequação do partido a sistemas políticos nacionais e de uma busca para estabelecer o diálogo com seu eleitorado. Ao mesmo tempo amplia-se o número de políticos tradicionais que buscam votos utilizando-se do discurso ambiental, fazendo uso de panaceias como o desenvolvimento sustentável ou ainda a qualidade de vida do cidadão – afinal são temas populares no debate eleitoral. A divisão pode ser melhor visualizada no Quadro 1.

Quadro 1 – Tipologia dos Partidos Verdes mundiais e seu “ecologismo”. (continua)

	Objetivos	Formas de Ação	Práticas Internas	Identificações
Idealistas	- substituição dos meios de produção e consumo; - alcançar uma sociedade “ecocêntrica”, baseada na autogestão e democracia direta;	- protesto, ativismo social, ação direta; participação eleitoral com “anticandidaturas”; acreditam no poder de uma minoria antissistêmica; identificam-se com movimentos de esquerda radical.	- democracia direta, rotatividade de poder, protestos midiáticos, rejeição a reformas de temas considerados “clássicos”; rejeição a entrada de políticos ditos “tradicionais” nos partidos.	- “românticos”, “radicais”, “fundamentalistas”, “sonhadores”.
Reformistas	- reforma dos meios de produção e consumo; - ampliar a consciência ambiental das pessoas;	- trabalho parlamentar, postos governamentais; defendem a criação de mecanismo de controle sobre a exploração dos recursos naturais; defendem a superação da dicotomia esquerda-direita como	- consolidação do poder interno a partir de alianças com outras correntes; revisão de temas clássicos em nome de maior inserção eleitoral e de alianças políticas; aceitação de políticos de perfil tradicional em	- “entreguistas”, - “revisionistas”, - “traidores”.

		justificativa para alianças amplas.	nome da "pluralidade";	
Pragmáticos	- defesa ambiental, com a ampliação da base eleitoral e da ocupação de espaços de poder.	- propostas e ações "ambientalmente corretas" com ênfase no crescimento eleitoral do partido; defendem um "capitalismo ecologizado"	- ênfase na temática ambientalista popular como "des. sustentável" e "qualidade de vida"; revisão de temas considerados "ruins de voto";	- "eleitóreiros", "antiecológistas", "oportunistas", "aventureiros".

Fonte: (CARNEVALE, 2006, p. 27)

No sentido discursivo a prática política está impregnada de significados que são construídos por valores e símbolos da sociedade sobre a qual se quer intervir, os quais formam categorias e significados universais, resultado da "dimensão global" do ambientalismo (CAMARGO, 2004). Um exemplo disto refere-se ao enunciado por Cader e Vieira (2007), os quais informam que no Brasil, a biodiversidade é responsável por aproximadamente 50% do PIB, o que faz com que questões voltadas ao meio ambiente se tornem categorias maiores e sejam de interesse econômico e político da sociedade.

Por outro lado, no que se refere a ação política, a construção histórica das leis de proteção ao meio ambiente e a criação de órgãos fiscalizadores mostram não surtir o efeito necessário para que estas práticas ambientais tornem-se vigentes na prática política.

1.5 O meio ambiente na esfera pública

A esfera pública moderna é conceituada por Habermas em sua obra "Mudança estrutural da esfera pública", de 1962; nela ele vai demonstrar uma visão crítica em relação à instituição de uma esfera pública construída anteriormente. Adiante ele irá descrever a decadência dessa esfera em associação à consolidação do capitalismo e a emergência de grandes conglomerados de comunicação de massa. O autor traça um panorama histórico de como se estruturaram a esfera pública e a privada até que as duas instâncias se misturam na modernidade. Com isto, chega-se à visão crítica que demonstra a decadência da vida pública. Para Habermas, ao longo dos séculos, a esfera pública foi progressivamente esvaziada

em decorrência da expansão do Estado intervencionista, de caráter semipúblico. Em favor da economia de mercado o Estado é forçado a intervir no setor privado (HABERMAS, 1984).

A esfera pública é o âmbito da vida social e sua primeira característica é a palavra, a comunicação. Ali se dá o espaço para os interesses, pretensões e vontades; é na esfera pública que os assuntos são colocados em discussão e, lá, pessoas privadas utilizam a lógica da argumentação para discutirem, reunidas em um público (HABERMAS, 2003).

A esfera é um local simbólico, que além de ser o espaço onde se forma a opinião pública também é o local de elaboração e legitimação de normas coletivas que sofrem pressões trazidas da realidade. A opinião pública não assume de imediato a forma de decisões políticas; mas antes, se verificam a formulação pública e os posicionamentos acerca dos temas, para só depois dessa assimilação transformar-se em decisão concreta (HANSEN, 2007).

Para Habermas (2003) ocorreu uma degradação da esfera pública moderna por conta de transformações na estrutura das sociedades, principalmente, as relacionadas à vinculação da esfera pública aos meios de comunicação de massa e a cultura de massa. No entanto, ao tratar o papel da comunicação e da esfera pública nas sociedades contemporâneas, Habermas apresenta uma perspectiva mais otimista. O enfoque é dado aos processos emancipatórios da sociedade civil, a qual tem forçado transformações em padrões hegemônicos da distribuição de riquezas, de padrões culturais e estatutos legais. Habermas, então, distingue o mundo sistêmico do mundo da vida (HABERMAS, 1984).

O mundo sistêmico se pauta pela lógica instrumental, relações impessoais, busca de resultados técnicos e administrativos do Estado, além da produtividade do mercado. No mundo sistêmico a relação dos indivíduos vai acontecer pela lógica do consumo de bens e serviços. No caso do mercado, pela venda da força de trabalho e no caso do Estado pela lógica do clientelismo e da cidadania política. Nele, os meios de controle e de integração se orientam para obtenção de resultados (HABERMAS, 1984).

No mundo da vida, Habermas descreve as tradições humanas, a cultura e a linguagem. Sua formação se dá através da coordenação da ação pela comunicação, da linguagem, como sujeitos da interação. Esta linguagem possui estruturas consensuais, de comum substrato, que irá permitir aos sujeitos através de

argumentos a busca do consenso. Predomina-se o agir comunicativo - que deve ser orientado para o entendimento mútuo onde a comunicação deve levar a busca do acordo. No mundo da vida nascem as demandas dos sujeitos por alternativas de vida, melhorias no mundo. Há aí, um espaço para a emancipação dos sujeitos, para o fortalecimento de laços de solidariedade e de construção de identidades plurais. O mundo da vida é carregado de uma riqueza comunicativa, expansiva e questionadora (HABERMAS, 1984).

Os processos comunicativos da esfera pública relacionam os problemas cotidianos do ser humano comum ao mundo sistêmico, a centros de decisão política e tornam visíveis aos cidadãos as decisões tomadas no mundo sistêmico, as quais alteram seu cotidiano. Habermas (1997) destaca que a comunicação entre cidadãos, em especial aquela intermediada por aparatos tecnológicos, adquire importância central na constituição do espaço público.

A esfera pública é dotada do caráter de uma arena discursiva, aberta à participação, livre, ao reconhecimento do outro como igual, *locus* de interpretação e negociação comparativa, esta esfera é tida como um *forum* onde debates de questões sociais relevantes são trazidos a luz por indivíduos e pela coletividade. Aí se dá o espaço onde sujeitos expressam pontos de vista e perspectivas consideradas justas na tentativa de convergir ideias a validação de seus propósitos. Dada a fluidez e dispersão do fluxo comunicativo a esfera pública tende a absorção daqueles que são mais tematizados (HABERMAS, 1997).

A informação através dos meios de comunicação cresce com o isolamento proporcionado pelas sociedades urbanas industrializadas e assumem “[...] a privilegiada condição de palco contemporâneo do debate público” (PENA, 2005, p.29). Os cidadãos necessitam recorrer ao jornalismo para apreender uma realidade muito ampla, que foge ao alcance dos sentidos. Tal caráter de mediador entre os diversos tipos de públicos confere ao jornalismo certos poderes, capazes de definir e recriar permanentemente um sentido de realidade.

Habermas (1984) aponta que uma esfera pública dominada pelas mídias tende, naturalmente, a assimilar as funções da propaganda, pois seus atores são seduzidos pela artimanha de encenar o prestígio e influenciar pessoas. Habermas apresenta, também, a existência de múltiplas esferas públicas, nas quais sujeitos permanentemente reestruturam suas relações, não havendo apenas a esfera pública

totalizante. A midiaticização dos meios de comunicação é que leva determinados temas à esfera pública, onde serão debatidos.

A existência de inúmeros fatos a serem pautados faz com que alguns ganhem maior destaque, de acordo com a percepção do jornalista, editor e critério de noticiabilidade. Ao publicar determinada notícia o jornalista irá tematizar os assuntos debatidos pelo cidadão, formar a opinião em relação ao mesmo (McCOMBS, 1997).

O meio ambiente irá ser, por consequência, um tema a ser debatido na esfera pública. Assim como os meios de comunicação conseguem consagrar valores consensuais em sua audiência, eles também colaboram para a transformação de comportamentos, de valores e de normas a longo prazo. Na área ambiental tal transformação é claramente percebida após a cobertura midiática da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro. A partir da massiva cobertura midiática e tematização ambiental das agendas, o assunto passou a ser mais conhecido e debatido na esfera pública, ao longo dos anos e os hábitos ditos ambientalmente corretos passaram a ser incorporados no dia a dia da população (SOUSA; FERNANDES, 2002).

Mais do que nunca a mídia continua a exercer um fascínio sobre os indivíduos (SOUSA; FERNANDES, 2002), consequentemente nas relações sociais, políticas e econômicas. Em determinados contextos discursivos, a ecologia aparece como objeto, em outros, como ciência, o que leva a observação da gravidade do tratamento do assunto, já que o termo ecologia aparece carregado de sentidos, de mensagens com apelos persuasivos, os quais podem ser reflexos apenas de interesses corporativos e não coletivos, como deveria se esperar, afinal o meio ambiente compreende a coletividade (SOUSA; FERNANDES, 2002).

Tal visão aplica-se a esta pesquisa por mostrar como a mídia pode obscurecer determinados assuntos de relevância social, ou então, não tratá-los com o valor devido, em decorrência de suas características intrínsecas e estruturantes. Todo o apanhado histórico sobre a preocupação ambiental, a formação de políticas para o meio ambiente e a relação entre o ser humano e a natureza é fundamental para que se possa compreender como a midiaticização desse tema está presente no cotidiano. Os chamados critérios de notícia, enquadramentos, opinião pública e tematização serão assuntos do próximo capítulo, no sentido de poder ampliar a

visão da produção de uma retórica ambiental e política nas produções jornalísticas e na construção social da realidade.

2 TEORIAS DA NOTÍCIA E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

Na concepção de Silverstone (1999) hoje em dia todos crescem cercados pela mídia, daí uma importância fundamental em estudá-la, como se configura e quais os significados de sua produção. Ainda para Silverstone (1999) deve-se estudar a mídia porque nela se pode buscar respostas a muitas questões, respostas estas que não podem ser conclusivas e que, de fato, não devem ser. O autor coloca que é evidente que a mídia causa efeitos na sociedade, no entanto, não há uma forma exata para que esses efeitos possam ser mensurados. Embora difícil de articular e apoiar, a mídia está presente.

Este capítulo tem o objetivo de elucidar as teorias do jornalismo e sua aplicação na construção social da realidade. Quer dizer, de que modo os jornais conseguem a partir de suas escolhas e planejamentos, pautar o debate público, trazer determinados assuntos para serem debatidos ou desviar a atenção dos mesmos. A construção retórica presente nos textos dos jornais possibilita que o leitor se sinta informado e apto a debater diversos temas, sem que com isso discuta de fato a raiz do mesmo. Como se pode verificar há planos ambientais nos programas de governo dos candidatos à eleição aqui estudados, porém essas propostas não chegam ao conhecimento do cidadão. Assim, o capítulo foi dividido em nove partes que demonstram a importância de se estudar a mídia, a comunicação e o meio ambiente, todo o percurso retórico para a produção de sentidos e os programas de governo com as propostas para o meio ambiente.

2.1 IMPRENSA COMO FONTE DE INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO DE OPINIÃO

Ao contrário do que é dito frequentemente, o alcance global dos meios de comunicação modernos auxiliam a enfrentar o mundo em sua alteridade, como nunca antes, e que o confronto pode mostrar e demonstrar (SILVERSTONE, 1999, p. 220), para o referido autor:

[...] é tudo sobre o poder da mídia. Em suma, o poder que têm os meios para estabelecer uma agenda. Seu poder de destruir. O seu poder de influenciar e mudar o sistema político. O poder de facilitar a comunicação. O poder de enganar. O poder de mudar o equilíbrio de poder entre o Estado e o cidadão, entre o país e do país, entre o produtor e o consumidor. E o poder que é negado: o Estado, o mercado, o público, o cidadão, o

consumidor ou contra superfícies resistentes. É tudo sobre a propriedade e controle: quem, o quê e como o dele. E questionar o gotejamento constante da ideologia e do evento brilhante. Este é o poder da mídia para criar e segurar significados; persuadir, unir e fortalecer. O poder de minar e reconfortante (SILVERSTONE, 1999, p. 227).

Pessoas que acompanham debates atuais sobre os temas que são ditos ecológicos, através dos meios de comunicação, conseguem verificar a existência de um hiato que separa a proposta original e científica da Ecologia, da atual, a ampla gama de ideais, projetos e visões de mundo que hoje em dia são erroneamente reivindicados pela palavra ecologia; originalmente o termo era utilizado pelo viés do estudo da biologia (MAGALHÃES, 2007).

A partir da década de 1970 surge uma popularização de conceitos ligados a questão ambiental, e isto se deve ao fato da evolução dos meios de comunicação de massa, que trazem a visibilização das pautas ambientais e possíveis prejuízos econômicos mais próximos ao público. Antes desta midiatização o discurso se mantinha apenas nos locais oficiais, que na época eram a academia e o governo. Assim, a relação de dependência entre ser humano e natureza passa a ter significação como uma relação de causa-efeito, por conta do papel democratizante da divulgação dos discursos, realizada pela mídia – isto é, a ação do ser humano na natureza ocasiona desastres ambientais. O espaço público midiático cria vozes diversas e também dá espaço a novos sujeitos do discurso verde, assim legitima entidades ambientalistas, agências ambientais, governos, entidades privadas, cientistas e tecnólogos. Todos estes novos sujeitos irão re-significar o discurso ecológico com horizonte voltado a realidade política e econômica (BONFIGLIOLI 2004).

Bernardo (2009) traz uma organização para o que chama de um conjunto de sistemas discursivos descontínuos, pois segundo propõe, a ecologia política¹⁴ é um tema multissetorial e assim tratado por toda a sociedade brasileira. A organização da expressão ecologismo compreende então, para Bernardo (2009):

¹⁴ A ecologia política é um campo de discussões teóricas e políticas que estuda os conflitos ecológicos distributivos, ou conflitos sócio-ambientais. Este campo nasceu a partir dos estudos de caso locais pela geografia e antropologia, porém ultrapassa os problemas locais e tem se estendido a níveis nacionais e internacionais. Esse campo teórico se fortalece principalmente a partir da década de 1980, em consequência da crescente articulação entre movimentos ambientalistas e sociais no enfrentamento da “crise ambiental” (MUNIZ, 2010).

(1) associações autodenominadas ambientalistas e o movimento ecologista *stricto sensu*; (2) setores ecologistas da comunidade científica, presentes, hoje, nas universidades e institutos de pesquisa; (3) indivíduos coletivos, formadores de opinião, que têm uma orientação ecologizante; (4) partidos verdes; (5) pequenos e médios empresários que incorporaram a dimensão ecológica na sua racionalidade microeconômica; (6) grupos e redes orientados para o desenvolvimento do potencial humano; (7) a comunidade dos técnicos das agências estatais voltadas para o meio ambiente; (8) movimentos sociais que não se identificam como movimentos ecológicos, mas que têm orientações valorativas e práticas ecologizadas; (9) setores minoritários-ecologizados de macroestruturas: agências estatais, corporações multinacionais, partidos políticos, associações profissionais (sindicatos e outros), associações empresariais e organizações religiosas; (10) camponeses cujo modo de produção leva em consideração a dimensão ecológica, seja por uma lógica histórico-tradicional, seja por um processo de aprendizado recente (BERNARDO, 2009, p. 9).

O discurso é desta forma, constituído também no interdiscurso que decorre do dialogismo e da heterogeneidade dos “ecologismos” existentes neste multissetorialismo do discurso ecológico.¹⁵ Cada um dos discursos inscreve interesses próprios de acordo com seus contextos sócio-históricos. Uma outra especificidade importante a se destacar sobre o discurso ecológico é que ele é produzido a partir do discurso capitalista/liberal, local das relações políticas e econômicas e da institucionalização da questão ecológica. Assim ele aparece com sentido da possibilidade do “gerenciamento ambiental”, dentro da prática tecnológica e administrativa na prática política, posição a qual os jornais auxiliam a manter.

Carey (2007) considera que a “sociedade dos cidadãos” é a “democracia do poder visível”, ou “o governo do poder público”. Para esse autor a visibilidade da democracia exige a publicidade dos fatos relativos à esfera pública. Dessa forma, os cidadãos precisam de acesso à informação pública para exercerem seus direitos de acesso ao poder político, e ao exercício pleno do conjunto dos direitos da cidadania. Para tal, buscam essas informações no jornalismo (CAREY, 2007).

A informação é decorrente da ação de atores que produzem sentidos, sensíveis, ou não, às múltiplas realidades e verdades existentes. Ora, o poder da informação se encontra basicamente resumido ao poder da linguagem jornalística e

¹⁵ Assume-se a existência de duas maiores correntes de pensamento referente ao meio ambiente, divididas entre ambientalismo e ecologia. Castells (1999) faz esta distinção de forma a colocar o ambientalismo como um modo de comportamento que tanto em discurso, quanto na prática, tenta corrigir a relação destrutiva do ser humano e o ambiente natural. Já a ecologia é entendida a partir do olhar sociológico, sendo ela dotada de teorias, crenças, projetos maiores que contemplam “o gênero humano” como componente do ecossistema, no intuito de manter um equilíbrio do sistema vivo através de perspectivas mais dinâmicas e evolucionárias.

publicitária e, esse poder, se encerra expresso e aplicado na forma como são construídos os discursos jornalísticos.

A linguagem jornalística é uma fonte padronizadora importante encarregada de normalizar a sociedade, é ela que traz em si modos de amenizar um possível caos social. Esta vai corresponder a uma ideologia de um grupo e vai atribuir visibilidade, ou apresentar suas ideias através da mídia, ela torna-se a ideologia dominante, o grupo que tem poder sobre a informação. O poder da mídia estaria, então, em fornecer temas que compõem o debate dos cidadãos, mostrar o que a sociedade deve, ou não discutir. Além disto, deve, também, apresentá-lo como se a definição tivesse acontecido baseado em critérios de noticiabilidade¹⁶ e que teria "a verdade" como princípio (NETO, 2006).

Especificamente. o jornalismo ambiental possui atribuições que lhe são próprias. Bueno (2007) ressalta que são três as principais funções dessa área do jornalismo. O autor destaca a função informativa – a qual deve preencher a necessidade cotidiana dos cidadãos em estar informados sobre questões ambientais, tais quais hábitos de consumo, processos como do efeito estufa e aquecimento global, agrotóxicos e qualidade de vida; a função pedagógica, que deve abordar causas e soluções para problemas ambientais, que devem necessariamente incluir a participação do cidadão; por fim, a função política, que deve extrapolar a político-partidária, mas abranger a mobilização dos cidadãos para fazer valer seus interesses. Nesta última, também está inclusa a vigilância permanente aos governantes; grupos privilegiados da sociedade; políticas públicas e demais ações para redução efetiva da degradação ambiental.

Para Bueno (2007) o jornalismo ambiental precisa incorporar uma visão interdisciplinar que deve extrapolar os limites das editorias e dos cadernos dos jornais, posto que uma fragmentação no sistema de produção só fragiliza a cobertura jornalística dos temas ditos ambientais – ele deve ser engajado, político, social e culturalmente. Deve ir além do jornalismo científico tradicional e não pode se confundir em hipótese alguma com o jornalismo econômico – aquele voltado ao

¹⁶ Segundo Mauro Wolf (2006) Critérios de noticiabilidade são o conjunto de requisitos que se exigem dos fatos para adquirirem a existência pública das notícias. Caso o acontecimento não se encaixe nos critérios de noticiabilidade ele não é publicado como notícia. Existem mais de 20 critérios de noticiabilidade como, por exemplo, celebridade, fator geográfico, interesse humano, importância e outros.

agronegócio, revoluções tecnológicas, aplicações rentáveis do capital financeiro e outros (BUENO, 2007).

Charaudeau (2006), em seus apontamentos, mapeou algumas questões que problematizam o papel do discurso das mídias jornalísticas na formação da opinião pública. Segundo o autor, elas passam pela (des)construção do que é informar, estratégias de encenação da informação, gêneros do discurso de informação e o debate sobre a capacidade de manipulação ou não das mídias sobre a opinião pública. Ainda, para Charaudeau (2006) o discurso jornalístico se volta a outro fim além das regras normativas de uso da língua. Segundo ele, esse discurso provém da combinação de circunstâncias – o que se fala e o que se escreve com o modo pelo qual se fala. O autor divide ainda três tipos de lógica que orientam as produções midiáticas. A Lógica Econômica que trata do jornal enquanto empresa; a Lógica Tecnológica responsável pela qualidade de transmissão das mensagens; e a Lógica Simbólica que é aonde vai se construir as estratégias discursivas. Para ele a análise do discurso político deve observar a dialética entre o conceito político – representado por ideais societários defendidos e que fundamentam essa discursividade, produzidos no âmbito da intelectualidade – e a prática política – as ações efetivas que ocorrem nas instâncias da governança, adversária, cidadã e midiática. Esta última abrange as estratégias político-discursivas de persuasão e convencimento, que visam, ora a conquistar, ora a manter, ora a derrubar um tipo de poder.

Charadeau (2006) afirma que o universo da informação midiática é, portanto, efetivamente um universo construído. Não se configura a partir de reflexos do espaço público, como se afirma, mas o resultado de uma construção. A transmissão dos fatos nunca é realizada em sua totalidade, ou no modo como ocorre, pois, anteriormente ao processo de transmissão ela sofre racionalizações, através dos critérios de noticiabilidade atribuídos pelos atores produtores. O momento midiático impõe ao cidadão a visão de mundo que foi previamente articulada e apresentada como se fosse, esta, a visão natural do mundo.

Habermas (1984) coloca que a produção jornalística deve perpassar pelo discurso ético, através da argumentação e do agir comunicativo, sendo os jornais, ou toda a mídia um modelo atual de esfera pública. Assim, para esta pesquisa acredita-se que o jornal, como local de fala, é por excelência o espaço onde as argumentações e a midiatização de fato acontecem.

Assim para melhor compreensão acerca do discurso ambiental presente na sociedade faz-se necessário lançar um olhar ao campo da esfera pública, com vistas ao entendimento da relevância dos meios de comunicação na divulgação do tema atrelado ao discurso político; assim como, o fomento ao debate público em relação ao mesmo. Por meio da análise do que está presente nas páginas do jornal, tentou-se compreender como o discurso constrói em grande medida a nossa realidade.

2.2 RETÓRICA JORNALÍSTICA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

Muito usado pelos meios de comunicação um recurso retórico considerado como básico é nomear coisas, fatos, situações, com sentido pejorativo ou elogioso. Ao dar nomes às coisas e aos fatos, o orador induz os ouvintes a se sentirem confiantes com um vocabulário prático para pensar e falar sobre as realidades tratadas (SOARES, 2009). O mesmo autor ainda afirma que o espetáculo das palavras na cena política é largamente dirigido por aqueles que detêm o poder e controlam o discurso estatal.

A retórica para Soares (2009), no entanto, não se resume às palavras isoladas, que é o primeiro degrau do processo persuasivo, mas ela avança sobre estruturas de organização mais complexas, como a da argumentação. O autor ressalta a argumentatividade como característica que fundamenta a interação através da linguagem, dessa forma se mostrando um princípio estruturante do discurso que dificilmente pode ser “neutro”.

Por exemplo, nas análises das campanhas eleitorais nos jornais impressos identifica-se o emprego de uma estratégia de comunicação política chamada como “sedução”; de acordo com Soares (2009), este tipo de estratégia mobiliza os sentimentos e os sentidos, buscando atrair a plateia por um encantamento das palavras. Trata-se de um discurso que se dá pela comoção e pelo espetáculo, visando o efeito estético, mais que o conteúdo. Dessa forma, ele se caracteriza por um modo retórico não argumentativo, mas sim, de uma representação sensível, estruturado em uma mensagem dramática, ou superficial, tentando obter uma adesão pela identificação emocional.

Para Hart (1990), a retórica se dá ao estreitar as escolhas da audiência sem que a mesma tenha a noção de ser cerceada, trata-se de engrandecer fatos, coisas

e pessoas, através de associações ou dissociações. Outro autor, Soares (2009) afirma que a retórica da comunicação social se dá quando as dramatizações presentes nos veículos contagiam os pequenos grupos e a partir destes se espalha para públicos maiores, o que sustenta o senso de comunidade das pessoas e a lança a uma ação, dando-lhes a necessária realidade social. A função retórica do jornalismo está em sua constituição da totalidade de forma e de conteúdo que consegue atribuir a determinadas questões um significado e um sentido, que direciona o julgamento e o raciocínio da audiência.

Os veículos de comunicação de massa, como o jornal impresso, possuem uma enorme importância nas democracias modernas, comprovada por pesquisas que apontam o poder desses veículos em pautar assuntos a serem discutidos na esfera pública (McCOMBS, 1997). O modo com que a mídia trata os temas influencia o modo como o público os recebe e os processa. Assim, do mesmo modo que os meios de comunicação trazem determinados assuntos ao debate público e destacam um ponto de vista sobre os mesmos, a mídia também deixa de tratar sobre outros temas de relevância social, ou os deixa em um local de menor visibilidade, obscurecendo tais temas¹⁷ (NOELLE-NEUMANN, 1995).

As informações e os temas destacados ou obscurecidos pela mídia de massa servem para que pessoas agreguem conhecimento e formem opiniões a respeito deles, fazendo com que os meios de comunicação de massa contribuam com a construção social da realidade (BERGER e LUCKMANN, 1985). Esta pesquisa, leva em consideração como a mídia influencia na construção social da realidade a partir do momento que coloca informações relevantes para o cotidiano dos cidadãos, ou as restringe. A análise de conteúdo dos discursos políticos mostra que eles pretendem menos demonstrar e argumentar do que “[...] seduzir, atrair, fascinar por figuras de estilo, por variações de vozes, intensidade expressiva e, sobretudo, por repetições de fórmulas simples, que podem ser retomadas em coro pelo conjunto das massas”. Os discursos funcionam como indicadores de ação e visam impedir qualquer reflexão contraditória (SOARES, 2009).

¹⁷ A ideia central desta teoria situa-se na possibilidade de que os agentes sociais possam ser isolados de seus grupos de convívio caso expressem publicamente opiniões diferentes daquelas que o grupo considere como opiniões dominantes. Isso significa dizer que o isolamento das pessoas, de afastamento do convívio social, acaba sendo a mola mestra que aciona o mecanismo do fenômeno da opinião pública, já que os agentes sociais têm aguda percepção do clima de opinião. É esta alternância cíclica e progressiva que Noelle-Neumann chamou de Espiral do Silêncio (LAGE, 1998, p. 16).

Berger e Luckman (1985) apontam que a vida cotidiana se apresenta como uma realidade que é interpretada pelo ser humano e também subjetivamente dotada de sentido à medida que irá formar um mundo coerente. Para estes autores a realidade parece objetivada e construída de um modo como se o mundo já estivesse previamente concebido. A ordem social é um produto da atividade humana, uma realidade objetivada, na qual o ser humano é um produto social. Assim, o conteúdo da socialização está determinado na distribuição social do conhecimento e o meio mais importante para a conservação da realidade está na conversação – é ela quem mantém a continuidade do real e também o modifica. Quanto mais se conversa, mais se fortalece seu poder como geradora da realidade, sendo que a troca de palavras é o que confirma a realidade subjetiva. (BERGER; LUCKMANN, 1985)

A importância disto, no caso socioambiental, é levar a perceber que a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade que é interpretada e dotada de sentido, em que a maior experiência partilhada com o próximo se dá pela comunicação (conversa). Os meios de comunicação são, então, auxiliares da manutenção da realidade, pois contam histórias sobre o cotidiano e agendam os assuntos que o cidadão pode discutir na esfera pública. Ao tornar um assunto público, os meios de comunicação estão dando visibilidade a ele na esfera pública. Habermas (2003) fala que não existe a publicização de um assunto privado – o que tende a ser noticiado são os assuntos de interesse público e com relevância social, não sendo qualquer informação apta a ganhar espaço na esfera pública.

Segundo aponta Thompson (1995), sobre o pensamento de Habermas, a comercialização da comunicação de massa destruiu seu caráter como uma forma da esfera pública, isto porque o conteúdo dos jornais foi despolitizado, personalizado e realocado na forma sensacionalista de produto vendável. Em consequência disto o público receptor passa a ser tratado como consumidor dos produtos midiáticos da mesma forma que dos produtos da publicidade. Na teoria da Ação Comunicativa, Habermas (2003) traz que o pensamento crítico surge à medida que os locutores e ouvintes são capazes de questionar as proporções de fatos que são externos a ciência e as normas externadas por outros sujeitos.

O desenvolvimento técnico dos meios de comunicação criou novas oportunidades para a produção e a difusão de mensagens, assim a informação tornou-se mais acessível e extensa no tempo e espaço. O comunicador, no caso o produtor da notícia pode atingir e influenciar um público jamais tido anteriormente.

Mas do mesmo modo que os meios de comunicação de massa criam novas formas de apresentação de assuntos, os líderes tornam-se mais visíveis e também vulneráveis à opinião pública e o poder da mesma. A implementação e a utilização dos meios de comunicação de massa dentro do processo de interação social modificaram o modo como indivíduos elaboram a percepção da realidade e a formação da opinião na esfera pública. Com a introdução dos meios de comunicação na interação social ela deixou de ser face a face para ser mediada, através de um processo, no qual os indivíduos formam vínculos através de trocas simbólicas (THOMPSON, 1995).

2.3 NOTICIABILIDADE E RETÓRICA NOS JORNAIS

A produção da notícia é um processo que se inicia com um acontecimento. É o sujeito observador que lhe dá sentido e, por este motivo, ela seria formada por aqueles elementos exteriores ao sujeito a partir dos quais ele mesmo vai recorrer e construir o acontecimento (ALSINA, 1993).

Como escreve Alsina (1993), o acontecimento constitui o referente de que se fala. O autor ressalta que o cidadão lê notícias acreditando que elas são um índice do real; “[...] lemos as notícias acreditando que os profissionais do campo jornalístico não irão transgredir a fronteira que separa o real da ficção”. (1993, p.81). Alsina (1993) destaca que a leitura funciona como um “acordo de cavalheiros” entre jornalistas e leitores, pelo respeito dessa fronteira que torna possível a leitura das notícias enquanto índice do real.

Determinados acontecimentos, ideias e temáticas são, de algum modo, os referentes dos discursos jornalísticos. Porém, o “acontecimento” ganha na competição, até porque o ritmo do trabalho jornalístico dificultaria que se desse uma ênfase semelhante às problemáticas e aos processos sociais invisíveis e de longa duração, o que contribui em grande escala para que a produção de notícias ocorra em maior volume sobre fatos pontuais e superficiais (FONTCUBERTA, 1993).

Para Mar de Fontcuberta (1993), a atualidade seria o fator determinante para a conversão de um acontecimento em notícia, ao ponto de o jornalismo se distinguir por difundir enunciados sobre acontecimentos atuais. A autora distingue, a

“atualidade curta” (acidentes...), da “atualidade média” (congressos partidários) e da “atualidade longa” (como existência da moeda nacional).

As rotinas produtivas jornalísticas, enquanto padrões comportamentais estabelecidos, são processos de construção da informação jornalística, trata-se de procedimentos que asseguram ao jornalista, sob a pressão do tempo, um fluxo constante e seguro de notícias e uma rápida transformação do acontecimento em notícia, isto é, permitem ao jornalista que “controle” o seu trabalho (TRAQUINA, 1988).

Os jornalistas parecem recorrer rotineiramente ao que Kuhn (1962) designou por paradigmas, ou seja, as formas de representação da realidade baseadas em suposições largamente compartilhadas sobre como processar e interpretar a informação. Esses paradigmas apenas fornecem informação sobre coisas que se consideram úteis em formas que se julgam como aceitáveis e são baseados em crenças correntes e expectativas compartilhadas – as pessoas tendem a considerá-los como dados adquiridos.

As rotinas jornalísticas podem ser consideradas como meios para se atingir um fim, elas se institucionalizaram e adquiriram uma legitimidade própria. Souza (2002) ressalta que é preciso ainda que não se esqueça que as notícias transportam em si os “enquadramentos” (*frames*) em que foram produzidas. Traquina (1988) descreve que não havendo outros enquadramentos disponíveis, os jornalistas usariam enquadramentos já usados anteriormente para interpretar os novos acontecimentos. Noelle-Neumann (1995) destacou que a poderosa influência dos meios de comunicação se deve ao fato de eles tenderem a coincidir em pontos de vista e nas argumentações (princípio da “consonância”) e de o fazerem continuamente (princípio da “acumulação”).¹⁸

Conforme explica Silverstone (1999), vivem-se em uma cultura em que é necessário cuidado com aquilo que oferece a mídia, ela incessante e insistentemente se mostra aberta: é comprometida, reclama, mas essencialmente chama a atenção para seu lado comercial, política e esteticamente. De acordo com

¹⁸ Consonância é um mecanismo que limita, por princípio, a seletividade dos receptores. Para a pesquisadora, há uma propensão à consonância no efeito dos meios de comunicação, que transmitem uma opinião majoritária. A teoria defendida pela pesquisadora alemã cogita três mecanismos condicionantes: o da acumulação, que relata o excesso de exposição de determinados temas na mídia; o da consonância, uma forma semelhante de como as notícias são produzidas e veiculadas e o da ubiquidade, que fala da presença da mídia em todos os lugares (NOELLE-NEUMANN, 1995).

Silverstone (1999), se pode ver a retórica em ação tanto nos meios de comunicação e, através deles, especialmente no aspecto do que ele chama de amplificação retórica, podendo começar a reconhecer seu significado político.

Os meios noticiosos e documentais trazem uma visão do mundo real, dentro de estruturas, formas, vozes e contornos para persuadir de sua veracidade e honestidade. Na maioria das vezes simplesmente se aceita aquilo que é dito ou no mínimo incorpora-se a sua agenda. Esta é a retórica estratégica na ocupação de setores chave do capitalismo global, conectando-se diariamente ao público e ao privado, pois sem adesão pública não há a comunidade (SILVERSTONE, 1999).

Neste sentido, outro conceito fundamental é o de agendamento. Através dele tem-se aquilo que é discutido e a forma como é discutido, como exposto na mídia através de critérios escolhidos pelos produtores. Verifica-se mais a fundo o conceito no próximo tópico.

2.4 AGENDA SETTING E ENQUADRAMENTO

O agendamento dos assuntos é o que Shawn e McCombs (1997) chamam de hipótese do *Agenda-Setting*, em que os meios de comunicação podem influenciar diretamente as pessoas, não apenas sobre o que pensar e discutir, mas também como pensar. Segundo os autores, muitas vezes as mensagens transmitidas pela mídia são as únicas informações disponíveis sobre determinados temas para os indivíduos.

As pesquisas de McCombs e Shawn (1972) verificaram que durante a campanha presidencial de 1968 (Nixon contra Humphrey), em Chapel Hill, nos Estados Unidos, os meios de comunicação conseguiram agendar a campanha eleitoral ao influenciar destaques direcionados aos assuntos políticos. Segundo os autores há uma altíssima correlação entre os assuntos que são classificados como importantes pela audiência e os que são veiculados nos meios de comunicação. Para eles, o resultado da pesquisa demonstrou que existe uma alta relação entre o destaque atribuído aos diversos assuntos eleitorais na mídia e a importância que os cidadãos irão atribuir aos mesmos temas. A pesquisa aponta que, de certa forma, é como se a opinião dos eleitores refletisse a cobertura da mídia. Os meios de comunicação tendem a reproduzir o mundo político de modo imperfeito, porém os

eleitores tendem a compartilhar a mesma definição por conta da teoria do *agenda-setting* (McCOMBS; SHAW, 1972).

Para os autores supracitados, os meios de comunicação se configuram como fonte primária de informação política, pois dificilmente os indivíduos têm acesso pessoal aos candidatos ou então participam das campanhas eleitorais. Assim, a mídia fornece acesso às informações sobre a realidade política e, de certa forma, com sucesso ao combinar as mensagens transmitidas com os interesses da audiência – por este motivo ocorre a existência da correlação entre os conteúdos que o público considera como importante e o que é veiculado na mídia. Segundo a teoria do agendamento midiático, o impacto das informações dos meios de comunicação no público é direto, mas seus efeitos são a longo prazo. Wolf (2006) alerta que a teoria não defende a ideia de que a mídia pretende persuadir, mas sim, descrever a realidade exterior, através de uma lista do que é preciso discutir ou formar uma opinião sobre, por este motivo tem grande capacidade de apontar ao público sobre qual tema ele deve pensar alguma coisa (WOLF, 2006).

McCombs (1997) acredita que o consenso é o modo pelo qual uma comunidade se organiza para poder definir seus interesses. Cabe a mídia o auxílio na criação de um consenso. Isto pode ser verificado no jornalismo em meio ambiente: o agendamento midiático sobre o tema contribuiu, ao longo das últimas décadas, para que uma maior parcela da sociedade despertasse a consciência para a reciclagem e para a preservação do meio ambiente, por exemplo. Para Wolf (2006) o maior consumo de mensagens transmitidas pela mídia televisiva não significa uma maior força no agendamento, diferente do que é percebido com a mídia impressa.

Para Cimadevilla (2005) a posição da mídia perante um público consciente é muito mais exigente e menos cômodo. Gonçalves (2010) expõe que a mídia tem capacidade de chamar a atenção dos indivíduos para questões públicas e também mantém um certo grau do que ele chama de discriminação seletiva de assuntos publicizados. Para Sampedro (2009), os meios de comunicação não podem ou então não querem sair do jogo governamental, assim consideram declarações oficiais como parte da realidade; e, enquanto jornalistas e políticos concentram as agendas em torno de temas mais distantes, os cidadãos tendem a se preocupar com assuntos de interesse mais pessoais (emprego, segurança e saúde). Existem jogos de interesses entre aqueles que serão a notícia e aqueles que produzem a

informação em amplas áreas da sociedade, contudo para tentar minimizar tudo isto, os jornalistas devem seguir o pragmatismo da profissão e utilizar critérios de noticiabilidade para dar continuidade a rotina produtiva, dando continuidade a retórica do discurso ambiental.

Noelle-Neumann (1995) destacou que a formação das opiniões maioritárias é o resultado das relações entre os meios de comunicação de massas, a comunicação interpessoal e a percepção que cada indivíduo tem da sua própria opinião quando confrontada com a dos outros. Ou seja, a opinião é fruto de valores sociais, da informação veiculada pela comunicação social e também do que os outros pensam. Uma forma de levar o indivíduo ou o modo como se deve pensar sobre determinado assunto se dá através dos enquadramentos noticiosos, que auxiliam a estruturar a retórica verde e a moldar a opinião do público, como se pode ver no tópico seguinte.

2.4.1 Enquadramento

Os enquadramentos são propriedades específicas de uma narrativa, neste caso, noticiosa, os quais encorajam percepções e pensamentos sobre determinados eventos, além de conduzir a compreensões particulares sobre os mesmos. O conceito surgiu na sociologia como *“framing”* e foi levado aos estudos de comunicação, empregados quando se refere às propriedades construtivas da representação jornalística. Goffman originalmente apresentou a noção em que enquadramentos se definem como marcos interpretativos, que são construídos socialmente e permitem às pessoas a atribuição de sentido a acontecimentos e situações sociais, a eventos cotidianos (GOFFMAN *apud* PORTO, 2004).

Já no jornalismo o enquadramento é a capacidade de produzir e de disseminar implicitamente uma interpretação do mundo, por intermédio de uma retórica já entranhada na estrutura das matérias publicadas nos jornais. Dessa forma, indica a função dos meios noticiosos na construção de representações públicas. Segundo Entman (1991) os enquadramentos noticiosos existem em dois níveis; como princípios mentais ou esquemas de processamento da informação e como características do texto noticioso.

De acordo com Porto (2004), os enquadramentos de notícias se constituem de palavras, metáforas, conceitos, símbolos e imagens visuais que são enfatizadas pela narrativa noticiosa. O autor ainda ressalta os trabalhos de Tuchman (1978) nos quais o enquadramento é defendido como uma característica essencial da notícia, definindo a realidade e o entendimento da vida contemporânea. Ele ainda ressalta que “enquadramentos da mídia são padrões, ênfase e exclusão [...]”, com eles os produtores e manipuladores dos símbolos organizam os discursos noticiosos (PORTO, 2004, p.4).

Entman (1993) define o enquadramento como a seleção de determinados aspectos de uma realidade percebida, tornando-os mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover definições de um problema em particular, uma interpretação causal, a avaliação moral ou ainda uma recomendação do modo de tratamento daquele tema.

Há, segundo Gonçalves (2010), uma capacidade da mídia em desencadear uma ação através de efeitos cognitivos resultantes das mensagens transmitidas. Trata-se de um modo de observar efeitos cognitivos dos meios de comunicação, pois tende ao estudo do conjunto de consequências resultantes da ação comunicativa. Segundo o autor, as notícias são informações socialmente funcionais, pois orientam atores sociais e a opinião pública e permitem a preservação e integração social de indivíduos e a conservação da sociedade.

Tematizar é chamar atenção do público para acontecimentos e dar a ele o seu grau adequado, com sua importância e significado em relação ao que não é tematizado. Um tema é maior que um acontecimento, pois na tematização vários acontecimentos são reunidos; por exemplo, para a discussão sobre o novo projeto do Código Florestal Brasileiro. Wolf (2006) esclarece que o fato de haver uma grande frequência de determinado assunto não define que o mesmo seja de grande importância para o contexto, sendo assim um modelo comunicativo hipersimplificado, pré-semiótico.

Benton e Frazier (1976) colocam a existência de três níveis de conhecimento, sendo eles: o superficial, no qual a informação está apenas no título da área temática; o segundo nível traz o conhecimento de certa área mais articulado, e apresenta aspectos do problema; no terceiro nível, as informações são mais específicas e argumentativas, contrapondo pontos favoráveis com outros

desfavoráveis, deixando que o leitor forme sua opinião a partir da exposição de diferentes pontos de vista (jornalismo interpretativo).

Utiliza-se o enquadramento, aqui nessa pesquisa para classificar as reportagens do pleito Presidencial de 2010. Nem todas as notícias são, portanto, enquadradas. Segundo Entman (1993), o enquadramento demonstra que textos jornalísticos têm poder comunicativo e ilumina o modo exato no qual a influência sobre a consciência humana é exercida, pela transferência de informações de uma localização, como a notícia, para a consciência. O enquadramento age, assim, na formação do discurso sobre o meio ambiente, a partir do modo como o discurso está enquadrado.

O enquadramento funciona, então, quando determinados pontos de informação são destacados e ganham maior visibilidade, ou saliência na notícia, assim também é válido para o oposto, quando pontos importantes são omitidos. Entman (1993) declara que uma mensagem pode se modificar por inteiro, dependendo dos aspectos que recebem destaque, dos aspectos que foram omitidos e de como as observações estão postas. Grupos privilegiados têm maior facilidade para enquadrar os temas da forma a garantir a defesa de seus pontos de vista, assim conseguem formar um consenso entre outros indivíduos.

O enquadramento torna possível observar se há intenção ou direcionamento das notícias para uma determinada opinião. Por ser o meio ambiente um tema de interesse público, esta pesquisa analisa a tematização e o enquadramento das matérias que tratam o assunto, por entender que o tema meio ambiente tem uma grande relevância social e política a ser discutida em eleições presidenciais, além de outras editoriais. Não basta observar os aspectos básicos do tema, mas sim, como eles estão colocados pela mídia. Assim este trabalho estuda a frequência e o modo como o meio ambiente aparece na mídia, bem como, a forma como são tematizadas. Entende-se, a partir do enquadramento que, ao mesmo tempo em que os meios de comunicação colocam determinado assunto em pauta, eles também direcionam o debate dependendo da interpretação que dão à notícia.

A partir do contexto até agora apresentado, percebe-se o meio ambiente como um tema de grande relevância social, aqui com olhar voltado ao discurso político, e como este foi veiculado pela mídia durante o pleito presidencial de 2010. Posto que a mídia pode agendar assuntos a serem discutidos, além de tematizar e enquadrar os fatos de acordo com a saliência ou proeminência de alguns pontos que

estão destacados nas notícias. O jornalismo serve como ferramenta vital para a troca de informações e para a participação dos cidadãos na sociedade, por isto o papel dos jornalistas torna-se crucial na sociedade. (TRAQUINA, 2005)

Para que um fato se torne noticiável ele deve se enquadrar em um dos chamados valores-notícia, ou estar estabelecido em algum critério de noticiabilidade. Rude e Gaultung (1965) estabeleceram 12 grupos para estes valores, que mais tarde foram revisados e reformulados por Harcup e Dierdre O'Neil (2001). Assim, ficaram estabelecidos que valores-notícia são o poder de elite, celebridade, entretenimento, surpresa, notícias negativas e positivas, magnitude, relevância, suítes e notícias de agenda. Essas características irão auxiliar a qualificar um acontecimento como notícia ou não. Deverá ser transmitido ao público algo que se enquadre em ao menos um critério de noticiabilidade ou um valor-notícia. (WOLF, 2006). Os valores-notícia irão fazer parte da análise de dados contidas nesta pesquisa.

Alguns autores como D'Angelo (2002) ainda relatam a existência de três paradigmas do enquadramento; o cognitivo, que traz uma negociação, quando busca um conhecimento anterior do indivíduo, fazendo com que o mesmo possa tomar decisões e formar suas próprias interpretações; o paradigma crítico, no qual o enquadramento é resultado de rotinas pelas quais os jornalistas produzem informações, sustentados por elites econômicas e políticas, restringindo o potencial de debate para a esfera pública democrática; por fim, o paradigma contracionista que afirma que jornalistas criam pacotes interpretativos com base em posições de fontes políticas, o qual se oporia a objetivos de grupos ligados a movimentos sociais e estabelece parâmetros para o debate político (não necessariamente democrático). Este paradigma traz a imagem da cooptação. A utilização dos enquadramentos ajuda a pensar como a mídia influencia na formação da opinião pública.

2.4.2 A opinião pública

A opinião pública, como resultado do processo de tematização, permite a comunicação entre os indivíduos e a intersubjetividade. Ela chama a sua atenção para um número limitado dos temas existentes no meio complexo, apontando

possíveis soluções e possíveis opiniões que esses temas podem gerar, mas distinguindo tema e opinião (SOUZA, 2002).

Segundo o autor o processo de seleção e de valorização de determinados temas de interesse introduzidos de forma contingente (isto é, incerta) na opinião pública, pode ser entendida como estrutura temática contingente, que reduz a complexidade social dos diversos subsistemas ou sistemas parciais em que opera. A opinião pública já não se define pela livre discussão de opiniões sobre temas, mas sim, através de uma atividade seletiva exercida pelos meios de comunicação que atribuem determinada relevância a determinados temas na comunicação pública. (SOUZA, 2002)

Ainda de acordo com Souza (2002) a opinião pública deixa de ser o resultado da livre discussão racional dos temas de interesse público por parte dos indivíduos integrados na sociedade civil; deixa de obedecer à expressão das atitudes manifestadas através da diversidade de opiniões por parte dos grupos sociais, políticos ou culturais a respeito dos temas de interesse público; a opinião pública deixa de ser considerada sob a perspectiva imposta pelo consenso dos temas gerais. Pelo contrário, a opinião pública manifesta-se como uma estrutura formada por temas institucionalizados, obedecendo a uma valoração de relevância por parte dos meios de comunicação em função das necessidades do sistema político.

A opinião é definida como um grupo de juízos, momentâneo e mais ou menos lógico, que responde a problemas reais e que se encontra reproduzida em numerosas pessoas do mesmo país, do mesmo tempo e da mesma sociedade (TARDE, 1986, p. 82). Para que isso seja possível, é fundamental a “regularidade” do jornal, que transforma um grupo de pessoas num público, garantindo-lhe que outros também conheçam as mesmas histórias e presumivelmente tenham as mesmas reações às mesmas histórias, isto é, formem uma “Opinião” pública a respeito delas. As pessoas tornam-se um público, através da formação da opinião pública, que advém da sua convicção simultânea de conhecer a mesma coisa ao mesmo tempo, fornecida por jornais regulares e acessíveis (SILVEIRINHA, 2004). A opinião também pode ser formada em decorrência da cobertura eleitoral e ambiental que o jornal realiza.

2.5 A COBERTURA AMBIENTAL

Leff (2001) argumenta que o meio ambiente não pode ser reduzido simplesmente aquilo que circunda os indivíduos e espécies biológicas, porque esse tipo de reducionismo escamoteia o fato de que o meio ambiente é também uma construção social. A problemática ambiental é de natureza social, pois supera o âmbito dos saberes e dos sistemas de conhecimento constituídos. Ao questionar as racionalidades econômicas e sociais dominantes, denuncia os efeitos da destruição dos recursos naturais, o aumento da pobreza e da degradação da qualidade e das condições de vida das majorias, em escala planetária (LEFF, 2001).

Segundo indica Alves (2002), a imprensa brasileira dificilmente trata dos problemas ambientais com profundidade e clareza na pauta das discussões públicas. Usualmente ganham enfoques superficiais ou distorcidos, por vezes, ganham destaque as “ecocatástrofes”, usando o terrorismo de manchetes do que o autor chama de “natureza na UTI”, isto é, ressaltam a ecologia sob a face do medo veiculado, tornando o discurso ambiental como algo inalterado ou inatingível.

Ao levar em consideração que a mídia pode influenciar diretamente as ações individuais durante o debate público, torna-se importante atentar para o que está sendo divulgado nos meios de comunicação e, também, como está sendo divulgado. Assim, este trabalho pretende entre seus objetivos específicos, trazer explicações de como os meios de comunicação impresso tratam as pautas ambientais, informam o cidadão com conteúdo de qualidade ou não, e, como retrata a questão ambiental durante as eleições, momento em que as atenções se voltam ao debate do que deveria ser de maior importância a um país, léxicos que compõe a narrativa discursiva dos candidatos. A mídia auxilia na divulgação de informações que possam aprofundar o debate público, político e permitir que o cidadão possa se munir de conhecimento e proporcionar transformações sociais. Como em períodos eleitorais, onde o eleitor necessita do maior número de informações qualitativas possíveis para exercer seu direito de voto de forma consciente. A partir daqui, serão percorridos sobre as características específicas da eleição presidencial de 2010, que contou com a candidatura de Marina Silva pelo PV e programas de governo para o meio ambiente que contemplam diretrizes da Agenda 21 brasileira.

2.6 O MEIO AMBIENTE E AS CANDIDATURAS PRESIDENCIAIS EM 2010

2.6.1 Diferencial Marina Silva e as eleições 2010

Nas eleições presidenciais de 2010 do Brasil, a comunicação política se dá priorizando, principalmente, ações de *marketing* político em detrimento de ações que permitam a efetiva interação democrática entre atores políticos e cidadãos. Os principais candidatos à presidência da República (Dilma Rousseff, do PT, e José Serra, do PSDB) centram suas ações em acusações e escândalos, não debatem os problemas da realidade brasileira e não apresentam propostas de governo – Com o cenário polarizado de PT e PSDB, surge um novo ator político, Marina Silva do PV, conforme levantamento realizado neste estudo, o qual será devidamente apresentado no Capítulo 3.

A candidata teve pouco tempo de exposição no horário político gratuito, nas emissoras de rádio e televisão, se comparado aos tempos de seus principais opositores. Frente às dificuldades financeiras e materiais, Marina Silva tentou usar a internet para promover sua candidatura. De acordo com sua proposta de candidatura a intenção era conseguir a mesma expressividade que Barack Obama conseguiu em sua candidatura, em 2008, nos Estados Unidos. Sua campanha eleitoral contou com recursos financeiros escassos, mas recebeu imenso apoio voluntário de seus simpatizantes. Marina Silva não logrou êxito em sua campanha pela internet, assim como desejava. Isto foi apontado por ROSSI (2011) que afirma que a expressividade política de Marina Silva se deu através de outras fontes, seus votos no 1º turno (quase 20 milhões) vieram de seu desempenho nos debates, em sua postura ética e coerência, muito mais do que pelos jornais. Além de postular a falta de opção dos eleitores que tinham no PT e no PSDB uma desgastada campanha de ataques.

O cenário composto entre o atual governo (PT), na época já há oito anos no poder, disputando uma continuidade da legenda na presidência contra o partido que governou o país praticamente desde sua abertura política. No cenário eleitoral de 2010 a candidata Marina Silva, do PV, não representa a ala direita e nem a esquerda da política brasileira. É uma força que surgiu, nos últimos anos, em defesa de novos posicionamentos políticos frente aos desafios que o Brasil tem no século XXI – o crescimento e o desenvolvimento econômico aliado a sustentabilidade.

Historicamente, Marina Silva percorreu um caminho muito próximo a questão socioambiental; somado a isso, sua trajetória religiosa tornou a candidata uma “terceira” via nas eleições de 2010.

Uma campanha eleitoral, qualquer que seja seu âmbito, tem, em teoria, o potencial de trazer para o debate público e democrático os temas mais candentes, urgentes e necessários no curto, médio e longo prazos. E a concorrência de diversos partidos e candidatos servem, a princípio, para trazer visões, perspectivas, modos de fazer política, que enriquecem o debate e que oferecem aos eleitores/as possibilidades diversas. Desta forma Marina Silva conseguiu se sobressair aos demais, de acordo com Rossi (2011) ao menos por não entrar em jogo de ataques pessoais, tendo sido este fato apontado como uma das explicações possíveis aos quase 20 milhões de votos.

Todo o primeiro turno das eleições presidenciais de 2010 foi destacado nos jornais como as eleições em que propostas foram esquecidas. Não há discussão de propostas, nem mesmo apresentação de programas de governo para qualquer que seja a área. Marina Silva, ainda tenta tematizar sua plataforma educacional para o país. Os demais candidatos não pautam em seus programas e nem suas propostas.

A partir do próximo tópico são abordadas as propostas de governo dos candidatos à Presidência da República em 2010 (que deveriam ter sido pautadas e debatidas no jornal pelos candidatos) em relação à questão ambiental. Aquilo que foi proposto nos planos e programas de governo, oficialmente registrados pelos partidos e candidatos, poderá servir para comparação com aquilo que foi debatido nas folhas dos jornais. Os programas estão apresentados conforme constam nos registros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); o de Marina Silva (PV), Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB), o qual teve problemas em registrar um programa de governo, apresentando em primeira instância um discurso proferido em ato público de sua candidatura. Diante as propostas ambientais dos planos de governo.

2.6.2 “Juntos pelo Brasil que queremos” – Partido Verde

Este título foi dado ao programa de governo do Partido Verde, que em sua abertura conclama a população haver chegado a hora de: “[...] **encarar as**

revoluções que o Brasil precisa fazer [...]” (p.2). O programa convoca, ainda, a nação a optar por um país: “[...] **estável, próspero e ambientalmente responsável [...]”** (p. 2). Na página 4, ainda em texto de convocação, o plano de governo de Marina Silva afirma ser uma tarefa imprescindível o posicionamento do país frente a realidade global, a qual é marcada por uma crise ambiental, social e econômica. A candidata propõe em seu plano modificar políticas dominantes, as quais são reféns da economia e não transfere os ganhos à coletividade, gerando transtornos como a **“[...] destruição de florestas e outros recursos naturais, do caos urbano e da falta do saneamento básico [...]”** (p.4).

O plano de governo da então candidata do PV explicita que a falta de investimento estratégico na conservação dos recursos naturais comprometem o desenvolvimento, pois estes são base fundamental a prosperidade. Segundo a apresentação inicial do plano o momento é propício para que se inicie a transição para o futuro sustentável, pois o processo atualmente em curso não assegura um futuro às próximas gerações.

Há, segundo o PV, uma dilapidação do patrimônio natural. O programa relata que o Brasil perdeu mais de 55 milhões de hectares de florestas nos últimos anos, uma área que pode ser representada pelo estado da Bahia, em comparação. O desmatamento passou a ser reduzido a partir de 2005 nos biomas amazônicos e da Mata Atlântica, no entanto, se intensificou no Cerrado e na Caatinga. Houve também aumento nas emissões provenientes da agropecuária, na geração de energia e principalmente nas indústrias e tratamento de resíduos sólidos. (Capítulo 1, p. 5).

O capítulo seguinte do programa se inicia com os dizeres: **“Queremos um Brasil justo e sustentável [...] Uso inteligente da natureza, indústrias limpas e eficientes, agricultura sustentável.”** (p. 6). O programa em referência a sustentabilidade traz que:

O país abriga parte significativa da biodiversidade e a maior quantidade de água doce do planeta, uma das três maiores superfícies agricultáveis, a maior insolação de superfície e o maior potencial de crescimento de biomassa do planeta. Tem um dos maiores potenciais mundiais das energias eólica e hidroelétrica, bem como uma rica variedade de formações naturais, cujo papel é fundamental no equilíbrio climático global. Precisamos construir o conhecimento que nos permitirá valorizar e conservar o nosso patrimônio ambiental. O grande desafio é agir imediatamente, definir prioridades, acelerar processos, unir forças, reunir recursos e demonstrar força de vontade e criatividade para fazê-lo (p.8).

Na terceira parte do plano de governo, chamada de “Aliança por um Brasil Justo e Sustentável”, fica caracterizado como desenvolvimento sustentável toda oferta do melhor para todos. Neste texto a referência explícita é da imagem de avanço construída no país, sempre atrelada ao crescimento econômico e ao poder de consumo (de acordo com o próprio programa); com isto, há a afirmação de que uma sociedade próspera é aquela que dá prioridade às pessoas e valoriza os recursos naturais, os quais são sustentáculo da vida. As diretrizes gerais e transversais estabelecidas pelo programa são: **“Um jeito novo de fazer política; igualdade de oportunidades e sustentabilidade”** (p. 10).

Os eixos das diretrizes programáticas postos como compromissos assumidos no programa de governo, no que se refere ao meio ambiente aparecem no tópico 3.2; das Diretrizes programáticas como item terceiro a Economia Sustentável; e no item sexto da Valorização da diversidade sociocultural e ambiental, os quais são descritos em tópicos subsequentes.

A sustentabilidade vai aparecer novamente em outras diretrizes como componentes da mesma, têm-se a responsabilidade como valor principal da sustentabilidade - em ações baseadas em valores e princípios. O tópico 3.2.3, iniciado na página 20 do programa, traz as diretrizes que tratam da economia do país, a qual segundo o tópico deve ser olhada de forma sustentável. O tópico conta com 13 subtópicos que especificam o compromisso do partido com cada setor da economia, colocados como a reforma da previdência, a justiça tributária e práticas cambiais entre outros. A economia sustentável proposta pelo PV vai aparecer no item “E” na forma de infraestrutura para a economia sustentável - o programa se compromete a realizar um melhor planejamento para pormenorizar impactos ambientais, para fazer a transição para economia de baixo carbono, para eficiência no uso sustentável dos recursos naturais. São colocados projetos de geração de energia, com aproveitamento hidroelétrico os quais necessariamente passariam por avaliação ambiental estratégica e audiências públicas. O PV se comprometeria a práticas políticas de incentivo à redução da demanda de eletricidade e introdução de alternativas renováveis (Item E, p. 22).

No item H, o capítulo irá versar sobre a promoção dos chamados empregos verdes, o que é colocado como trabalho decente e de baixo consumo e emissão de carbono. O programa prevê que estes empregos verdes estariam potencialmente nas áreas da construção civil, geração de energias limpas e renováveis, transporte,

indústria, agropecuária e uso sustentável dos diferentes biomas (p. 23). Estes trabalhos teriam estímulos tributários, para serem colocados em prática.

Os itens I e J vão tratar da gestão estratégica de recursos naturais, respectivamente, não renováveis e os renováveis. No caso do Item I o programa subentende que as reservas naturais devem ser geridas de modo estratégico. O acesso à exploração dos recursos minerais deve ser revisto para que se torne um processo mais transparente e competitivo, para melhoria de padrões de desempenho social e ambiental (p. 23). No item J o programa traz como maior riqueza nacional a diversidade social acrescida da maior reserva de água doce, diversidade de espécies animais e vegetais, área florestal e quantidade de biomassa. Assim, o programa afirma que o gerir estratégico desses recursos deve ser a base do processo de desenvolvimento econômico do país. Trata, também, da Política Nacional de Recursos Hídricos, do uso sustentável da água, da biodiversidade e florestas e da composição do planejamento para o desenvolvimento sustentável dos Biomas Brasileiros (p. 23).

O item K versa sobre o agronegócio sustentável afirmando que o mesmo deve ser orientado estrategicamente ao aumento produtivo junto à conservação e restauração dos recursos naturais, incluindo o desmatamento zero para todos os biomas e a redução de agroquímicos, e defendendo a transição para o modelo agroecológico. O PV acredita que assim poderá intensificar a utilização de áreas já ocupadas pela agropecuária e frear a expansão agrícola sobre as florestas (p. 23). O item I, também trata da agricultura, porém, na familiar. Nesse item, o programa de governo defende o fortalecimento desta modalidade de agricultura, a qual deve ter garantias de acesso à tecnologia e à terra, com políticas viabilizadoras da reforma agrária.

O tópico 3.2.5 sobre qualidade de vida e bem-estar dos brasileiros faz menção a cidades sustentáveis democráticas como um dos maiores desafios do século 21. Assim, o tópico trata no quesito meio ambiente, fundamentalmente, do amplo acesso as redes de saneamento básico, a criação de políticas de acesso à água potável e proteção de mananciais. O item F, deste tópico, versa sobre diretrizes dos Resíduos Sólidos, onde se afirma que haverá a criação de incentivos para implantação de programas estruturados para coleta seletiva e reciclagem, com vistas ao desenvolvimento da cadeia de produção e inclusão de cooperativas e de

catadores, além do fomento a programas de reutilização de resíduos industriais, em especial os resultantes da construção civil (p. 26).

O item J, diz respeito ao “Enfrentamento de mudanças climáticas e desastres naturais” (p. 27). Aqui, especificamente, é relatado:

Implantar um Sistema Nacional de Alerta de Desastres); regulamentar a Lei de Mudanças Climáticas; criar a Agência Nacional de Clima; reestruturar e fortalecer o Sistema Nacional de Defesa Civil com a criação da carreira de agente da Defesa Civil; reativar o Fundo Nacional de Defesa Civil; apoiar a criação de Conselhos de Defesa Civil (p. 27).

O tópico 3.2.6 é o da “Valorização da diversidade sociocultural e ambiental”. O item B do tópico ressalta a ampliação e intensificação na promoção de produtos da sociobiodiversidade, prometendo o uso sustentável da biodiversidade brasileira para a alimentação e finalidades diversas. Através dessa visão, seria possível um ganho na competitividade, além de permitir o uso sustentável dos ecossistemas. (P.28). Ainda neste tópico o item H versa sobre as garantias da transversalidade na questão ambiental, propondo a integração da questão ambiental ao planejamento de políticas e de projetos governamentais (p. 29).

O item C do tópico 3.2.7, “Política externa para o século 21: o reconhecimento da interdependência e a busca do interesse nacional aliado aos objetivos comuns da humanidade” (p. 30), traz desta forma a Sustentabilidade:

Se a interdependência nos leva a ter que investir na cooperação internacional, nenhum tema é tão "globalizado" quanto a sustentabilidade. O Brasil deve liderar o esforço internacional de implementação das convenções derivadas da Rio-92, em especial o combate às mudanças climáticas pelo risco que representam tanto para o país como para a imensa maioria dos países mais pobres do planeta.

Devemos dar o exemplo, incentivando internamente e entre nossos parceiros a economia de baixo carbono, aproveitando as vantagens comparativas do país, transformando-as em vantagens competitivas. Essa é uma oportunidade inédita de o Brasil sair na frente e se posicionar de forma privilegiada no cenário mundial, dando um passo fundamental na direção de garantir a prosperidade de nossas gerações futuras (p. 30).

O capítulo 4 do programa trata dos compromissos com a campanha eleitoral em si. O primeiro item traz o comprometimento ao debate de ideias e propostas sobre o país, evitando assim embates vazios e consensos. Mais adiante há o compromisso com a neutralização das emissões de carbono da campanha.

2.6.3 “Para o Brasil seguir mudando” – Partido dos Trabalhadores

Neste tópico apresenta-se o programa de governo, para Meio Ambiente, da candidata do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff. O plano de governo do PT, registrado antes do início da campanha, afirma em sua abertura ser ele um documento de caráter provisório e que poderia receber modificações conforme as coligações partidárias assim o desejassem.

O meio ambiente começa a aparecer no plano de governo de Dilma Rousseff a partir do tópico 18. Sob o título: **“O crescimento acelerado e o combate às desigualdades raciais, sociais e regionais e a promoção da sustentabilidade ambiental serão o eixo que vai estruturar o desenvolvimento econômico”** (p. 3). Neste capítulo a letra M, do item 19, traz a proposta: “Continuar, intensificar e aprimorar a reforma agrária de modo a dar centralidade ao programa na estratégia de desenvolvimento sustentável do país, através do cumprimento integral da função social da propriedade...” (p. 4). O item O, também faz menção a práticas de fortalecimento de políticas da agricultura familiar, agroindústria familiar e da ênfase a produção agroecológica. No Item S, afirma-se que o incentivo ao cooperativismo da agricultura familiar e da economia solidária será uma estratégia para o desenvolvimento sustentável no país.

O Capítulo 2 do programa de Dilma Rousseff versa sobre a “Infraestrutura para impulsionar o desenvolvimento agrícola, industrial e comercial do país”. Na letra A do Item 22, há a proposta para construção de novas hidrelétricas respeitando ao meio ambiente; na sequente B, há intenção de praticar políticas de desenvolvimento de polos de energia eólica e solar. Na letra G o plano trata da conclusão das obras do projeto de transposição do Rio São Francisco com trabalhos que complementem o mesmo, com isto recuperando o rio e também seus afluentes, tornando possível a irrigação de terras e abastecimento de água potável (p. 7).

Em “Melhor condição de vida nas cidades brasileiras”, no item 24, letra C, há menção ao saneamento ambiental básico a população, coleta e tratamento do esgoto, coleta e destinação final do lixo. Na letra E, desse item consta a necessidade de centrar esforços em programas de recuperação de áreas degradadas e de prevenção de acidentes nas áreas consideradas de risco (p. 8).

Na página 8, há o início do capítulo referente a **“Um desenvolvimento ambientalmente sustentável”**. O Item 25 inicia com os dizeres sobre a premissa da

sustentabilidade ambiental para o desenvolvimento econômico. Segundo consta nesse item, todas as propostas políticas do governo perpassam por esta premissa, nas opções energéticas, industriais, transporte, agricultura, habitação, educação científica e tecnológica, em favorecimento a “um Brasil mais verde” (p. 8). O item 26 aponta a credibilidade ao atual e ao futuro governo do país, referindo-se à posição tomada pelo país na última Conferência sobre a Mudança do Clima, em Copenhague, na qual o Brasil se destacou em **“matéria de desenvolvimento sustentável”** (p. 8). O restante das propostas do plano de governo para este capítulo está disposta no item 27 em 11 letras, a saber:

- a) consolidação da mudança de paradigmas para promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia e ampliação para os demais biomas brasileiros;
- b) intensificação de políticas integradas para o combate ao desmatamento;
- c) consolidação do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA
- d) adequação da matriz energética brasileira com ampliação da produção e do uso de energias limpas e renováveis;
- e) promoção de políticas de redução do consumo energéticos, com inovação tecnológica e combate ao desperdício;
- f) fortalecimento da legislação ambiental brasileira;
- g) ampliação dos programas específicos para proteção e uso sustentável da biodiversidade brasileira;
- h) aperfeiçoamento da gestão integrada dos recursos hídricos nacionais;
- i) priorização de ações de planejamento para a promoção de políticas urbanas e ambientais integradas;
- j) fortalecimento das iniciativas internacionais para implementação de um novo acordo global que amplie as ações para o enfrentamento do processo de mudanças climáticas;
- k) estímulo de polos industriais nas áreas de biotecnologia (p. 9).

O meio ambiente torna a aparecer no plano de governo do PT apenas no item 51 do capítulo sobre “A dimensão estratégica da juventude para um novo desenvolvimento”. Lá o plano afirma que o Governo de Dilma direcionará a juventude, dando impulso às reformas democráticas e populares que visem garantir a integração das novas gerações ao projeto de desenvolvimento sustentável.(p.16)

2.6.4 “O Brasil pode mais” - PSDB

O Plano de governo registrado pela coligação do então candidato a presidência, José Serra, do PSDB, constitui-se, na realidade, de dois discursos que o candidato havia proferido no momento do lançamento de sua candidatura, com 14

páginas. Abaixo a proposta para a questão ambiental disposta no plano de governo da coligação PSDB.

Por se tratar de um discurso registrado como plano de metas do governo, o tom utilizado é emotivo. O meio ambiente surge, no discursar de Serra, na página 6 de seu plano de governo. Ali, Serra brada a necessidade de tratar a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável com mais seriedade, aliando o crescimento do país à defesa do meio ambiente. Segundo o plano de governo, é possível preservar as florestas, a qualidade do ar e a contenção das emissões de gás carbônico aliados ao crescimento do país. Em seguida o plano traz que é um: **“[...] dever urgente dar a todos os brasileiros saneamento básico, que também é meio ambiente”**. O parágrafo que trata o meio ambiente menciona também que esgoto tratado e coletado e água encanada de boa qualidade não são luxos, são essenciais. O plano diz que a economia verde é uma possibilidade promissora ao país, que com ela muito se há a progredir (p. 6).

No parágrafo seguinte, o plano continua a atenção a proposições ambientais trazendo a proteção ambiental e o dinamismo “extraordinário”, da agricultura como não mútuos excludentes, por ser a agricultura a responsável pelo desenvolvimento do país (p. 6).

O plano retoma o tópico ambiental já ao final do segundo discurso registrado como plano de governo, onde Serra afirma: **“A maioria dos brasileiros quer um meio ambiente saudável, cada vez mais limpo, onde o ar que respiramos e a beleza de nossas terras e florestas sejam protegidos. Eu também quero”** (p.11).

2.7 AS PROPOSTAS DE CADA PARTIDO FRENTE A AGENDA GLOBAL

Em resumo as propostas podem ser comparadas como expostas no quadro abaixo:

Quadro 2 - Propostas dos programas de governo frente à Agenda 21 brasileira (Continua)

		Proposta dos candidatos		
Agenda 21	Grandes Temas	Dilma Rousseff	Marina Silva	José Serra
Objetivo 2- Eco eficiência e responsabilidade social das empresas	Mudanças climáticas e efeito estufa	Assevera que a política industrial levará em conta critérios ambientais.	Propõe turismo sustentável, agronegócio sustentável.	
Objetivo 04 – Energia renovável e a biomassa	Mudanças climáticas e efeito estufa	Propõe privilégios às fontes renováveis de energia e a iniciativa da pesquisa e do desenvolvimento de fontes limpas	Sugere diferentes fontes de energia renovável, como a eólica e biomassa	
Objetivo 09- Universalizar o saneamento ambiental protegendo o ambiente e a saúde	Resíduos sólidos	Propõe a ampliação da oferta de água, o esgotamento sanitário, a coleta e o processamento de lixo nas cidades brasileiras.	Propõe saneamento básico integrado ao direito à moradia digna e qualidade de vida. Também propõe a aprovação e regulamentação da política nacional de resíduos sólidos	“É dever urgente dar a todos os brasileiros saneamento básico, que também é meio ambiente. Água encanada de boa qualidade, esgoto coletado e tratado não são luxo. São essenciais”.
Objetivo 14 – Implantar o transporte de massa e a mobilidade sustentável	Mudanças climáticas e efeito estufa	Propõe programas de melhoria do transporte urbano	Dá ênfase às ferrovias, hidrovias e aos sistemas híbridos, combinando biocombustíveis e eletricidade	
Objetivo 15 – Preservar a quantidade e melhorar a qualidade da água nas bacias hidrográficas	Recursos Hídricos	Compromisso com as metas apresentadas voluntariamente em Copenhague	Propõe a gestão estratégica dos recursos naturais renováveis, através de planos estratégicos de gestão de bacias hidrográficas e os mapas de áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade	
Objetivo 16 – Política florestal, controle do desmatamento e	Biodiversidade	Propõe combate ao desmatamento e proteção dos biomas, ênfase	Propõe que o uso sustentável da água, da biodiversidade e	

corredores de biodiversidade		ao Cerrado, Amazônia e Mata Atlântica.	da floresta deve ser estimulado e fomentado, bem como deve ser estabelecido um amplo programa de pagamento pelos serviços ambientais.	
------------------------------	--	--	---	--

Fonte: próprio autor.

Aqui se pode perceber que o programa partidário do PSDB está bem incompleto ao compará-lo com os dos dois partidos. Verifica-se, também, que há a existência de propostas e uma retórica verde construída como programa de governo, o que será buscado na página do jornal no capítulo seguinte, de análise do conteúdo das notícias ambientais durante a Eleição Presidencial de 2010. Apesar de constar nos programas de governo os itens acima não foram pautados na esfera pública midiática.

As propostas de políticas e programas de governo voltados para o meio ambiente não aparecem no noticiário da *Folha de S. Paulo*. Dos textos analisados, uma quantidade ínfima menciona qualquer proposta que pode ser tomada como ação do poder público, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, as agendas 21, ou qualquer outra política nacional e internacional.

Da mesma forma, os veículos deixaram em segundo plano, assuntos como educação, políticas de equidade, gênero, saúde pública e demais assuntos que compõem o leque de propostas gerais. A campanha se baseou em picuinhas entre candidatos, na polarização de ataques pessoais entre PSDB e PT, com comentários esporádicos e pouco relevantes do PV, como poderá ser visto a seguir na análise.

3 METODOLÓGICO E ANALÍTICO

Neste capítulo será descrita a trajetória metodológica utilizada durante a pesquisa. Será, portanto, detalhado o aporte metodológico utilizado para a coleta, análise e compreensão dos dados. Para tanto, o capítulo foi subdividido em cinco partes. A primeira parte relata os procedimentos metodológicos pesquisa. A segunda refere-se à escolha do jornal para a análise. A terceira trata da análise de conteúdo nas pesquisas sociais e de comunicação. Na quarta parte será descrita a escolha das variáveis e frequências da coleta e, por último, a análise dos dados propriamente dita.

3.1 TRAJETÓRIA DE PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente realizou-se um levantamento bibliográfico para compor as bases teóricas e posteriormente o aporte metodológico. A pesquisa documental se deu em um segundo momento com a leitura de documentos oficiais, como cartas da ONU, programas de governo, plataformas eleitorais e, também, relatórios oficiais das conferências globais, como a Agendas 21, além da leitura do jornal *Folha de S. Paulo* para a coleta dos dados de pesquisa.

O presente trabalho se utilizará da análise do enquadramento, a qual, segundo Porto (2004), permite salientar o caráter construído da mensagem, revelando a sua inclinação implícita, em textos aparentemente objetivos, imparciais e com função meramente referencial. Esse tipo de análise, além de referir-se à natureza do texto jornalístico em geral, numa perspectiva sociocultural e política, não implicando um questionamento da atuação profissional dos autores das matérias.

Porto (2004) observa que, desde 1994, esse tipo de análise recebe atenção crescente de pesquisadores brasileiros, relacionando diversos trabalhos realizados, principalmente sobre a cobertura jornalística de eleições e de movimentos sociais.

Para esta pesquisa três tipos de enquadramentos elaborados por Porto (2001) irão ser utilizados. Elas foram construídas para serem usadas em disputas eleitorais, assim no caso no material coletado, referente diretamente à política e às eleições eles serão classificados como três tipos: o enquadramento “Temático”, quando as reportagens se encaixam em padrões interpretativos, apresentando

posições e propostas dos candidatos, em um jornalismo mais crítico, que faz uma análise daquilo que está sendo publicado; o segundo é o enquadramento 'Factual, o qual trata do relato mais simplificado da notícia, com matérias mais descritivas, que podem gerar reações individualistas ao serem recebidas - não há neste caso, argumentos para gerar fatores sociais ou estruturais mais amplos; o terceiro é o enquadramento "Personalista", que traz uma descrição da personalidade do personagem da reportagem em questão, atentando para a vida do mesmo, sem ligação com a eleição ou a campanha. (PORTO, 2001).

3.1.1 Escolha do jornal para análise

A escolha do jornal *Folha de S.Paulo* se deu por este ser o impresso de maior circulação no território nacional em formato *standard* com média de 301.299 exemplares ao dia.

A *Folha de S.Paulo* segue as normas estabelecidas em seu Manual de Redação, que foi desenvolvido desde os anos 1970, com edições subsequentes atualizadas. Fundado em 1921 por Pedro Cunha e Olival Costa, com o nome de *Folha da Noite*, possui classes médias urbanas e operárias como público alvo. Os negócios foram ampliados após quatro anos, com o surgimento da *Folha da Manhã*. O jornal foi vendido em 1931 e os novos donos realizaram mudanças na linha editorial. A *Folha da Manhã* defendia os interesses dos produtores rurais paulistas. Em 1949 foi lançada a *Folha da Tarde* e, em 1960, os três jornais foram agrupados em apenas um, se tornando a *Folha de S.Paulo*. A linha editorial é destinada a atender interesses das classes médias urbanas de São Paulo, conforme consta no Manual de Redação da *Folha de S.Paulo* (2010). Em 1986, o jornal se tornou o veículo de maior circulação nacional.

O Manual da *Folha de S.Paulo* descreve como função do jornalismo a produção de textos de alta qualidade, com capacidade selecionadora didática e de análise. Conta o Manual que a edição deve-se utilizar de recursos apropriados pelas tecnologias para o desenvolvimento gráfico, uso de imagens de qualidade e para o auxílio a pesquisa. Abramo (1991) coloca que este periódico é o que mais se preocupa com a projeção de imagem. O jornal traz alusões aos processos executados para o levantamento e tratamento das notícias. Abramo (1991) escreve,

ainda, que o jornal demonstra grande necessidade de legitimação através de sua linha editorial, dizendo-se “crítico, pluralista e apartidário”. Assim, de acordo com lógica do periódico, a atitude não partidária obriga o jornalista a manter tratamento distanciado de interesses que atuam sobre os fatos (MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA DE S.PAULO, 2010).

Abramo (1991) aponta que o jornal justifica sua posição editorial por meio das regras mercadológicas, a qual é legitimada pelo leitor que consome o jornal todos os dias. Assim, a posição apartidária e pluralista da *Folha* é criticada por Abramo (1991) com a alegação de ser falaciosa, pois os hábitos de consumo não possuem objetivo de incentivar a racionalidade crítica do consumidor, mas sim fazê-lo consumir.

No Manual da *Folha de S.Paulo* descreve-se o tratamento dispendido às matérias, com todas as notícias devendo mostrar dois lados da questão ali apresentada. Assim, ao tratar o tema meio ambiente as matérias deveriam ser compostas por aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos, entre outros, com maior pluralidade de fontes e informações aprofundadas da questão ambiental, em todos os cadernos em que a informação é publicada. Da mesma forma, em relação à questão política no Manual é dito que há a produção de informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade, baseadas nos princípios editoriais do Grupo Folha, os quais seriam: a independência, o espírito crítico, o pluralismo e o apartidarismo. Aqui, ressalta-se, que a posição descrita do Manual sobre o próprio jornal, não reflete necessariamente a realidade, como pode ser verificado através da análise de conteúdo e, posteriormente, a dos dados coletados logo abaixo.

3.1.2 A análise de conteúdo nas pesquisas sociais e da comunicação

Para o desenvolvimento da pesquisa empírica utilizou-se a metodologia da análise de conteúdo. Anterior a análise foi construído o embasamento teórico do estudo, através de pesquisa sobre demais estudos e teorias subjacentes a área, o que foi usado para nortear e demonstrar o que é tratado acerca do assunto. Para tanto, nesta pesquisa percorreu-se a identificação bibliográfica pertinente aos estudos até findar a apresentação da sistematização textual como um todo.

O método da análise de conteúdo pode ser utilizado em pesquisas, tanto quantitativas como qualitativas, por mesclar ambos e ser considerado uma técnica híbrida (BAUER, 2002). Nas pesquisas de comunicação política, a análise de conteúdo é de ampla utilidade, ao permitir a análise da quantidade de aparições, quer dizer, a frequência com que os temas, pessoas, situações irão se mostrar nos meios de comunicação; com isto, há a possibilidade de comparar o conteúdo midiático com dados referenciais (HERSCOVITZ, 2007), como programas de governo dos candidatos ao pleito de 2010.

Esta metodologia segue um rigoroso sistema de amostragem e de atribuição de sistemas, fornecendo um exame sistemático de diversos assuntos, diminuindo interpretações dúbias, as quais podem surgir no decorrer da pesquisa. No primeiro momento se aponta para a concepção do modelo instrumental da pesquisa qualitativa, o qual não se importa com a mensagem, mas sim o que ela mostra logo a vista, de acordo com o contexto a que se inseriu. Aqui serão observados itens (ver Quadro 3) que auxiliam na explicação dos dados coletados, como a exemplo do tamanho da notícia, o que pode gerar valores para índices de visibilidade. O local onde a informação foi publicada, como a primeira dobra do jornal, local de maior visibilidade, segunda dobra, página inteira, primeiro quadrante, segundo quadrante, lado esquerdo ou direito e demais quadros.

O tipo de matéria, informativa ou opinativa, também é aqui descrito. Em casos de matéria de opinião leva-se em conta quem é o autor da mensagem. Já o modelo representacional da análise de conteúdo irá se preocupar com os léxicos onde há um maior aprofundamento na análise da mensagem, observando o tipo de informação veiculada, conforme tratado o assunto específico da mesma.

Cervi (2009) descreve que apenas é quantificável aquilo que é sabido da existência no objeto pesquisado. A análise quantitativa aqui faz referência ao número de matérias coletadas no jornal, a quantidade de aparições do Tema Geral e do Específico, o número de vezes em que determinado partido é citado e sua abrangência nacional, regional e local.

Bardin (1977) menciona a utilização de indexadores, assim a comparação de textos que são submetidos a um determinado conjunto de categorias permite que os resultados sejam interpretados de forma relativa. Em um index, a classificação das palavras se dará através de conceitos chave. A classificação dos conceitos, sua codificação e categorização são procedimentos indispensáveis na utilização desse

método. Desse modo, seguindo o que propôs Bardin (1977), ao longo do processo de investigação deve-se atentar a: descrição analítica, uma espécie de tratamento da informação contida nas mensagens e análise categorial, que pode ser definida como um tipo de análise que pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento. Carvalho e Toni (2009) expõem que tal análise pode ser vista como uma das mais importantes técnicas de pesquisa empírica na área das ciências sociais, especialmente em assuntos ligados ao jornalismo e à Comunicação.

Segundo Fonseca Júnior (2006), em uma concepção ampla, figura como um método de ciências humanas e sociais destinado à investigação de fenômenos simbólicos através de várias técnicas de pesquisa. No

[...] contexto dos métodos de pesquisa em comunicação de massa, a análise de conteúdo ocupa-se basicamente com a análise de mensagens, o mesmo ocorrendo com a análise semiótica ou análise de discurso (CARVALHO; TONI, 2009, p. 231).

Referente à organização do método, Bardin (1977) cita três momentos que compõem as fases da análise de conteúdo, sendo a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos. A primeira fase é a de escolha dos documentos a serem submetidos a análise, neste caso o jornal e o período de análise; a segunda fase, é a da análise em si através da codificação por meio de regras formuladas, por fim na terceira fase permite o estabelecimento de quadros de resultados, com estatísticas simples como das porcentagens, por exemplo.

3.1.3 Escolha das variáveis e frequências

O período analisado compreende as matérias publicadas entre julho a outubro de 2010. Na coleta das notícias que se relacionavam ao meio ambiente e a campanha eleitoral foram considerados os gêneros jornalísticos informativos - como reportagens, entrevistas, títulos, notícias, notas e chamadas; e o gênero chamado de opinativo - que são aqueles subjetivos, como colunas assinadas, editoriais, textos que trazem a opinião explícita daquele que escreve, podendo ser o próprio veículo ou uma pessoa.

As variáveis analisadas e categorizadas foram definidas e citadas no Quadro 3 abaixo juntamente com o número de textos que apresentaram o tema meio ambiente ou ao menos citaram alguma referência a questão ambiental. Pela própria natureza do objeto de estudo, foram utilizadas técnicas básicas de pesquisa quantitativa e qualitativa, sendo a primeira fundamental no processo de categorização do material coletado, ao oferecer uma visão panorâmica, com base nos números (quantidade de referências e percentuais correspondentes). A análise qualitativa se dá no momento da interpretação e avaliação das matérias frente ao cenário político ambiental, com base comparativa das plataformas ambientais de governo.

O quadro a seguir aponta as variáveis escolhidas para a análise com a descrição de cada uma das variáveis, exemplos das mesmas e as categorias compreendidas em cada uma delas.

Quadro 3 - Quadro de variáveis utilizadas na análise do jornal Folha de S.Paulo

Variável	Descrição/Exemplo	Categorias
Caderno do jornal	Indica em qual caderno do jornal está a informação.	Poder, Opinião, Mundo, Ciência, Mercado, Especial Eleições 2010, Cotidiano ou primeira página
Espaço ocupado	Medido em CM ³ e analisado junto a posição da informação para produção de um Índice de Visibilidade.	Baixo, Médio e Alto
Posição do texto na página	Indica o local na página onde a informação foi publicada.	Página inteira, metade superior, metade inferior, metade direita, metade esquerda, quadrante superior direito, quadrante superior esquerdo, quadrante inferior direito ou quadrante inferior esquerdo.
Abrangência geográfica da informação	Região a qual a matéria faz referência	Regional, nacional ou internacional.
Tema Geral da matéria	Aponta a qual área a informação pertence.	Economia, Política e Natureza
Tema Específico	Assunto mais relatado no decorrer da informação.	Código Florestal, Sustentabilidade, Aquecimento Global, Preservação Ambiental, Eleições, Desastres Ambientais, Sem assunto específico ou Outros
Enquadramento	Observa o enquadramento dos textos de acordo com a definição de Porto.	Episódico, Factual ou Temático
Gênero da matéria	Aqui se distingue entre o texto jornalístico, apurado através de processos noticiosos e os opinativos.	Informativo ou Opinativo

FONTE: Próprio autor (2012)

No tópico abaixo será iniciada a análise dos dados coletados de acordo com as categorias elencadas no quadro acima.

3.2 MEIO AMBIENTE E O DISCURSO POLÍTICO NO JORNAL *FOLHA DE S. PAULO*: ANÁLISE DOS RESULTADOS.

Nesse tópico são expostos os resultados de 120 dias de coleta de informações em todos os cadernos do jornal *Folha de S. Paulo*. Foram analisadas todas as páginas em todos os dias compreendidos como campanha eleitoral - meses de julho, agosto, setembro e outubro. No total esta pesquisa analisou 157 textos que possuíam o meio ambiente como eixo principal de assunto ou pelo menos usavam alguma referência relacionada. Como já era esperado, a maior parte das matérias, são de abrangência nacional, dado a escolha do próprio veículo e do momento político em especial.

3.2.1 A questão ambiental nos cadernos da *Folha*

Logo na Tabela 1 pode-se verificar a disposição das matérias divididas pelos cadernos do jornal. A disposição dos cadernos funciona para guiar o leitor pelo conteúdo jornalístico do próprio veículo, dando o tom principal das notícias que estão presentes naquelas páginas compreendidas dentro de um mesmo caderno.

Ao se atentar à Tabela 1, observa-se que o assunto meio ambiente aparece com maior frequência (número de matérias) dentro do caderno Ciência, isso demonstra que a questão ambiental possui uma visibilidade muito maior dentro de temas que não trazem um conflito social. O jornal apresenta a temática com a mesma roupagem já trabalhada há muitas décadas, dissociando ser humano e natureza, e repetindo velhas fórmulas de enquadramentos das notícias ao visibilizar o tema. Dessa forma, já se percebe que o jornal não cumpre com as três funções do jornalismo ambiental, descritas por Bueno (2007), que seriam a informativa, a pedagógica e a política.

Tabela 1 - Distribuição da temática Meio Ambiente por caderno no período da Campanha eleitoral para presidência da república em 2010 no Jornal F. de São Paulo

		Frequência	Porcentagem
	Ciência	49	31,2%
	Cotidiano	9	5,7%
	Eleições 2010	21	13,4%
	Mercado	20	12,7%
	Mundo	7	4,5%
	Opinião	21	13,4%
	Poder	28	17,8%
	Primeira Página	2	1,3%
	Total	157	100,0

Fonte: próprio autor

No do caderno Ciência as informações não trazem nenhum conflito social. Nele as informações aparecem, principalmente, pela voz do especialista - aquele gabaritado e reconhecido socialmente para falar sobre o assunto. As vozes presentes nas reportagens são a dos considerados cientistas das áreas biológicas e exatas. Segundo o próprio veículo de comunicação, o Grupo Folha (2013), o Caderno de Ciência leva ao leitor as últimas descobertas e pesquisas mais recentes e importantes no país e no mundo. Ainda, segundo o veículo, há nesse caderno uma atenção especial ao didatismo o que, leva ao entendimento de que trata o meio ambiente de modo similar aos padrões escolares e disciplinares do antigo ensino fundamental.

É no caderno científico da Folha que se pode encontrar boa parte de toda a informação produzida pelo veículo relacionada ao debate da implementação do novo Código Florestal Brasileiro. Apesar de o tema ser de grande importância para o debate público, ele foi tratado a partir de um enquadramento factual, superficial e despolitizado, a exemplo disso a matéria publicada no dia 06 de julho **“Pressionado, relator tira poder de Estados para reduzir florestas”** ou matéria do dia 07 de julho **“Comissão Flexibiliza Código Florestal”**.

Dentro do caderno Ciência, o Código Florestal aparece representado apenas pelo viés da natureza. Foi verificado apenas um caso em que é colocada a existência de divergências entre a bancada ruralista e ambientalista, porém não

aprofunda seu conteúdo e nem mesmo faz emergir o porquê de um desentendimento entre esses dois grupos, em relação ao Código Florestal.

No total 31,2% de toda a informação relacionada à questão ambiental está publicada no caderno Ciência. Isso representa que cerca de um terço de tudo que é tratado sobre o meio ambiente não traz consigo nenhum tipo de conflito social ou compõe o discurso político. Na matéria que foi publicada no dia 6 de julho, sob o título “**Comissão flexibiliza Código Florestal**” é citado que Aldo Rabelo (do PCdoB) - então relator do projeto - havia conversado com ambientalistas, mas não cita o conteúdo da conversa ou o motivo dela ter acontecido. A fonte oficial utilizada na produção da matéria foi um deputado da bancada ruralista, Valdir Colato (do PMDB-SC), o qual afirma que a conversa com ambientalistas é um retrocesso – o jornal não traz informações adicionais para que o leitor entenda porque Colato afirma que a conversa é um retrocesso.

Esse foi um dos únicos momentos durante todo o período de coleta em que uma reportagem do caderno Ciência aparece relacionada à política, porém com o enquadramento factual. Isso certamente remete/evidencia a premissa discutida na primeira parte desse trabalho em relação à chamada retórica verde. Como visto no Capítulo 2, a retórica pode ser entendida como uma estrutura discursiva onde as palavras tentam seduzir o cidadão, através de apelos à emoção, ou com uso de dados numéricos e porcentagens, para convencer o leitor de algo que na prática não acontece. Nesse caso, trata-se de algo que Mulhlahusler (2006) chama de “deslocamento interdiscursivo”, pois há uma transferência do conteúdo de um assunto importante ao debate político para o discurso científico e competente. Outra evidência disso refere-se, ainda, ao caso do novo Código Florestal Brasileiro, que é um dos temas específicos da coleta. Ele é enquadrado em sua totalidade no factual e no superficial, esse tema específico verificado no Caderno Ciência, não compõe, desse modo, o discurso ou a estrutura retórica dos candidatos à Presidência da República em 2010, pois ele é categorizado no programa de governo dos partidos PT e PV, mas não é sequer mencionado pelos candidatos em suas campanhas. As evidências acima mostram que em relação a divisão por cadernos o meio ambiente permanece enraizado nas ciências biológicas.

De acordo com o Grupo Folha (2013) o caderno de Poder é o que se dedica à vida política, institucional e aos movimentos sociais. Ainda, segundo o próprio veículo, é nesse caderno que se encontram as matérias que levam “informações

pluralistas e apartidárias, para que o leitor exerça sua cidadania” (GRUPO FOLHA, 2013). Nesse caderno se encontraria toda a pauta política do jornal onde, segundo a análise aqui realizada, estão apenas 17,8% de tudo que foi publicado em relação à questão ambiental.

Somados o caderno de Eleições e Poder, que tratam da política, tem-se 31,2% de matérias publicadas que ao menos relatam algum assunto da área política relacionado ao meio ambiente. Nota-se que foi preciso somar as publicações de dois cadernos (sendo o de Eleições um caderno especial), para que o tema alcançasse no debate político o mesmo número de informações do debate estritamente da natureza física. No caderno de Opinião foram encontrados alguns artigos assinados por personalidades como Alfredo Sirkis (PV), ou ainda o então candidato a Senador Osmar Dias (PDT).

Em quantidade, a retórica, presente nas reportagens que tratam à política consegue se igualar à ciência. O enquadramento dado às matérias publicadas também é em quase 85% dos casos como factual. Na Tabela 2, como se verá a seguir, a qual traz a divisão por Tema Geral, a questão ambiental é tratada em 37,6% das matérias com cunho político.

3.2.2 Grandes enfoques em que a questão ambiental aparece no jornal

Tabela 2. Tema Geral das matérias coletadas no Jornal Folha de S.Paulo

Tema Geral	Frequência	Porcentagem
Economia	47	29,9%
Política	59	37,6%
Ciência	51	32,5%
Total	157	100,0%

Fonte: próprio autor

A tematização é uma nova maneira de observar os efeitos cognitivos dos meios de comunicação, porque leva ao estudo de um conjunto de consequências que são resultados da ação comunicativa que vem ao encontro das formas do conhecimento do cotidiano (GONÇALVES, 2009). A função da tematização é

selecionar os temas nos quais a audiência concentrará sua atenção e formará uma opinião a respeito.

O número de matérias publicadas que tratam a questão ambiental com o enfoque político aparece em menos da metade dos casos. Segundo Wolf (2006) um assunto pode ser publicado diversas vezes nos jornais sem mobilizar a população ou governantes para tomada de decisão, isso porque não necessariamente, o número de publicações influencia no conteúdo da mesma. Isso pode ser notado na análise comparativa com os programas de governo, posto que em nenhuma das 157 entradas houve a discussão ou apresentação clara de propostas ambientais dos candidatos à eleição 2010.

A retórica verde ocorre na construção dessas matérias elencadas na categoria política; elas não necessariamente têm algo a dizer, ou a contribuir de forma efetiva ao debate público e a formação da opinião pública. Segundo Charaudeau (2007), comunicar e informar são escolhas. Neste caso, trata-se de escolher estratégias discursivas com efeitos de sentido que busquem influenciar o outro. Dado o alto nível do enquadramento factual dessas notícias pode-se observar que aquilo que se diz no jornal, na categoria política, está mais relacionado ao cotidiano dos candidatos. Um exemplo de material coletado que se enquadra nesse tema geral é: **“Marina critica Dilma e Serra e reclama de copo descartável”**, publicada em 29/08 – no caderno Poder.

No caso dessa matéria ela envolve a retórica verde ao mostrar que a candidata do PV não é conivente com o uso de copos plásticos, mas é factual já que não trata nenhuma outra informação de cunho ambiental, focando a narrativa em dizer que Marina Silva é contrária a posição dos outros dois candidatos (em relação a estratégias de campanha). Isso acontece, devido ao cenário midiático das eleições - ataques pessoais e acusações entre Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) devido, nesse caso, à quebra do sigilo fiscal de Verônica Serra (filha de Serra), o que tomou boa parte das publicações referentes ao pleito.

Ricardo Kotscho¹⁹ em uma entrevista a rede BBC de Londres chegou a ressaltar como o jornal pode construir alguns fatos reportados, como o do caso do sigilo fiscal, que segundo ele já ocorria desde 2009. Ele destacou também que os problemas com a Casa Civil já aconteciam anteriormente às eleições, mas somente

¹⁹ Autor, entre outros livros, de A prática da reportagem. Editora Ática, 2000.

durante a cobertura do pleito é que eles foram denunciados na *Folha de S. Paulo*. Na entrevista ele afirmou que houve uma cobertura ostensiva de escândalos pelo jornal (e que isto precisa mesmo acontecer), mas deve haver espaço também para propostas e debates, segundo ele a imprensa não tem que disputar a eleição e, sim, cobrir a mesma, relatar, testemunhar.

Na Tabela de Tema Geral (de enfoque) tem-se que 62,4 % do total de matérias publicadas no jornal, sobre o meio ambiente, estão relacionadas à economia e a natureza física, como novas tecnologias de uso e aproveitamento do solo para o agronegócio, a produção de biodiesel ou, no caso do tema “natureza”, descobertas de novas espécies da flora e fauna.

Prosseguindo na análise o tema Política se faz mais perceptível ao tratar a retórica nos artigos de opinião. Nesse caderno específico aparecem os maiores textos relacionados à questão ambiental. Isso não significa, ainda, que os mesmos possam ser enquadrados como temáticos aprofundados, pois em um texto opinativo a visão daquele que escreve se sobressai, não deixando espaços para discussão ou a contraposição de ideias.

O jornal deixa a responsabilidade do debate para o sujeito, nesse caso aquele que assina o artigo de opinião, como em coluna do dia 6 de outubro “**Marina no Segundo Turno**”, assinada por Alfredo Sirkis. O então companheiro de partido de Marina Silva trata em seu artigo sobre a votação conseguida pela candidata e a responsabilidade de seu partido nas eleições. Ao fim do primeiro turno, o PV deveria se posicionar a favor de algum candidato, Sirkis então tratou de defender o seu partido colocando que o mesmo ficaria ao lado daquele que melhor discutisse, segundo o mesmo, “investimentos públicos e sistema tributário para a sustentabilidade, para uma nova economia ‘verde’ de baixo carbono; ameaças a legislação ambiental; educação; saneamento básico; prevenção de acidentes e outros”. No entanto, fazendo uso da retórica, ele tenta seduzir o eleitor pelo leque de propostas sem se posicionar a favor de um partido ou de outro, para o segundo turno.

O enquadramento desse artigo não é destoante da maioria dos enquadramentos encontrados no jornal. Ele necessitou de um fato – o 1º turno e a derrota de Marina Silva e uma posição a ser tomada pelo partido – para ser publicado. No artigo, há uma única possibilidade de interpretação e apresenta o que deveria ser uma proposta de campanha dos demais partidos, ele permanece no

factual, posto que apresenta assuntos a serem debatidos nas campanhas, mas não os debate ou os situa frente a questão ambiental.

Esse artigo aparece no primeiro quadrante superior esquerdo da página de opinião, o que segundo Silva (1995) faz com que o mesmo tenha um alto valor de visibilidade. Ainda nesse artigo o Tema Específico trata das Eleições, por ser o conteúdo em maior parte relacionado estritamente a abordagem eleitoral. Ele é categorizado como tema específico “Eleições”. Trata-se de um texto eleitoral com abordagem ambiental, com tema geral político e que fala sobre eleições a partir de questões pontuais, mesmo que através da composição retórica ele tente se travestir de uma análise conjuntural do segundo turno eleitoral. Na Tabela 3 estão relacionados os temas específicos dos dados coletados.

3.2.3 Enfoques específicos

Tabela 3 - Tema Específico – temas da questão ambiental que mais apareceram na retórica verde – Jornal Folha de S. Paulo

	Frequência	Porcentagem
Código Florestal	14	8,9%
Sustentabilidade	34	21,6%
Aquecimento Global	13	8,3%
Preservação de Florestas	33	21,0%
Eleições	43	27,4%
Desastres Ambientais	10	6,4%
Outro	10	6,4%
Total	157	100,0

Fonte: próprio autor

A Tabela 3 mostra que 27,4% das matérias que discutem a questão ambiental têm uma abordagem eleitoral, isto é, são predominantemente relacionadas às eleições 2010. Os demais temas específicos como “Preservação de Florestas” com 21%, ou o “Código Florestal” com 8,9% compõem o tema geral Natureza em sua maioria. Com os dados da tabela pode-se observar que “Eleições” ao lado de “Sustentabilidade” são os temas específicos mais tratados dentro da questão ambiental no jornal. O índice de coleta do tema Sustentabilidade se aproxima muito da retórica verde, esse tema é elencado pelo jornal principalmente

para tratar assuntos ligados a economia. O jornal utiliza o termo sustentabilidade para matérias como **“Privados discutem custo da biodiversidade” (28/09)**. Nessa reportagem, de exemplo do uso do termo, o jornal publica que as empresas privadas devem assumir o papel de liderança na discussão da sustentabilidade. Ela se encontra no caderno Mercado, o que já indica o contorno econômico que dá a tona ao conteúdo da matéria.

Na matéria o economista indiano Pavan Sukhdev é usado como fonte e, segundo o mesmo, as empresas continuam a destruir a biodiversidade do planeta por não perceberem os benefícios econômicos de sua preservação. Em seguida, são usados números oficiais (como artifício retórico de convencimento) onde aponta que a humanidade perde mais de US\$ 2 trilhões ao destruir a biodiversidade, que deveria ser utilizada de forma sustentável para gerar maiores ganhos econômicos. Com enquadramento factual o conteúdo fala sobre a discussão que iria ocorrer na COP-10 (Conferência da Diversidade Biológica), que aconteceu em Nagoya (Japão), quando líderes de diversos países iam discutir como tornar “a biodiversidade sustentável”, conforme explicita a reportagem. Em demais matérias coletadas a maior parte que é categorizada como sustentabilidade foi verificada no caderno de Mercado (33%), por tratar muito o termo atrelado ao agronegócio. Em nenhuma das matérias há uma tematização que possa situar o leitor sobre a complexidade do termo, para além do agronegócio, colocando o mesmo fora do debate político.

Os dados coletados nessa pesquisa mostram que a retórica sobre sustentabilidade é construída no jornal de modo a convencer o leitor que o tema deve ser olhado por seu caráter econômico. Como coloca Silverstone (2004) ao ser analisada a retórica midiática verificou-se como as informações ali dispostas constroem a realidade. O jornal trata a sustentabilidade quase estritamente em seu aspecto econômico, deixando os conflitos sociais invisíveis, por exemplo, em matéria do dia 27 de julho **“Produto sustentável ainda gera confusão”**, publicado no caderno Mercado. A notícia em questão traz ao leitor(a) o que seriam produtos “ecologicamente corretos” e sua crescente oferta, tratando como foco o *marketing* de produtos verdes. Na formação da opinião pública o termo sustentabilidade foi tão marcado em seu aspecto financeiro que a maior discussão na Rio+20 foi sobre a chamada “economia verde”.

A análise da retórica midiática, aqui nesta pesquisa, mostra que não basta observar os aspectos básicos do tema, mas sim, como eles estão colocados pela

mídia. O reducionismo escamoteia o fato de que o meio ambiente é também uma construção social e a questão ambiental é de natureza social (LEFF, 2001), o que não aparece na construção retórica da sustentabilidade no jornal. Como afirma Alves (2002), a imprensa brasileira dificilmente trata dos problemas ambientais com profundidade e clareza na pauta das discussões públicas.

A presença do tema Preservação de Florestas em 21% do total de dados coletados se justifica devido ao alto índice de publicações relacionadas ao meio ambiente em cadernos como Ciência, onde ocorre a maior incidência de matérias com essa categoria. Exemplos de notícias com esse tema são da extinção de espécimes da fauna ou flora, que deixa a informação com característica biológica da necessidade de preservação de determinada espécie de planta ou de animal. Em suma as matérias apenas colocam que preservar é preciso para que determinada espécie não deixe de existir. Destacam-se, ainda, nessas publicações as ações do IBAMA, Ministério do Meio Ambiente e outros órgãos oficiais, tais como multas, apreensão de animais, entre outros trabalhos executados e também, são considerados como ação dentro de políticas para o meio ambiente e a preservação florestal.

3.2.4 Cruzamento das informações entre os grandes temas e a especificidade temática

Tabela 4 - Cruzamento de dados entre a variável de enfoque Geral e a variável de enfoque Específico

Tema Específico		Código Florestal	Sustentabilidade	Aquecimento Global	Preservação de Florestas	Eleições	Desastres ambientais	Outros	Total
Tema Geral	Economia	3	25	1	11	0	2	5	47
	Política	4	3	0	5	43	0	4	59
	Natureza	7	6	12	17	0	8	1	51
Total		14	34	13	33	43	10	10	157
porcentagem		8,9%	21,6%	8,3%	21,0%	27,4%	6,4%	6,4%	100%

Fonte: próprio autor

Como pode ser verificado na tabela de dados cruzados entre os temas Geral e Específico, a sustentabilidade representa 21,6% do total, mas 73,5% das informações referentes ao tema específico da sustentabilidade estão categorizados em Economia como tema Geral. Isto acontece, ainda, porque o jornal usa o termo sustentabilidade para tratar de assuntos ligados ao comércio. Outro exemplo é **“Loja ‘Verde’ usa luz natural e reaproveita água de chuva”** (13/06), na qual a reportagem coloca o termo para tratar a inauguração de uma loja da Rede Wal-Mart. O discurso da sustentabilidade misturou-se ao jargão dos negócios e tornou-se uma palavra de ordem.

Como o foco dessa pesquisa é a retórica ambiental na política, com ênfase nas eleições, passa-se à análise específica das publicações do jornal categorizadas pelo tema Política e com escopo eleitoral. Como se pode observar mesmo se tratando de um período de campanha eleitoral o jornal não tende a dar maior destaque às causas ambientais junto à política.

Isso acontece, também, na reprodução do discurso dos candidatos e candidatas dentro do jornal. Foi verificado que 27,4% de tudo que foi publicado no jornal, relacionado a meio ambiente, está tematizado especificamente pelas eleições presidenciais. O que se espera é que os candidatos/candidatas e o jornal utilizem esse espaço para debater propostas de seus planos de governo, algo que não foi observado nas matérias jornalísticas coletadas.

O jornal faz uso desse espaço para publicação de material relacionado ao cotidiano dos candidatos. Uma hipótese que pode ser levantada para a questão ambiental não ser debatida nas eleições é a clara preferência a temas como segurança, saúde e educação. Cada um deles tratado de forma isolada e sem que haja uma conexão entre todos. O meio ambiente ainda fica estampado como distante do cidadão. Na *Folha de S.Paulo* não há um espaço destinado à discussão ambiental no jornal, dessa forma ela aparece subdividida em várias editorias, desde uma abordagem política até policial, em casos de apreensão de animais silvestres ou questões ligadas à devastação. Observa-se que há um padrão: os mais presentes são ações para a sustentabilidade e para a preservação de áreas ambientais.

3.2.5 O que está e quanto está ao alcance de nossos olhos

Ao verificar o local da página onde as matérias sobre meio ambiente foram publicadas junto ao tamanho das mesmas, pode-se construir o índice de visibilidade. Trata-se de uma variável criada a partir do conjunto de quatro indicadores: tamanho categórico (medido em centímetros), formato, presença de elementos gráficos e localização na página. Segundo Weaver, McCombs e Spellman (1975) é a forma de valorização dos temas pelos jornais, através do tamanho do título e da sua localização em termos de paginação, que definem grande parte do impacto no debate. Nele pode-se observar que 58,1% (Tabela 5) do conteúdo estava publicado naquilo que foi considerado como de “Alta Visibilidade”.

Para calcular a visibilidade²⁰ das matérias publicadas na *Folha de S.Paulo*, referentes à questão ambiental, foram utilizados o espaço que essas matérias ocupavam e a posição das mesmas na página. Isso porque os olhos humanos possuem uma tendência natural a dar maior atenção ao quadrante superior esquerdo de uma publicação.

Tabela 5 - Índice de visibilidade das matérias relacionadas a política e meio ambiente

	Frequência	Porcentagem
Baixa Visibilidade	4	9,3%
Média Visibilidade	14	32,6%
Alta Visibilidade	25	58,1%
Total	43	100,0%

Fonte: próprio autor

O índice de visibilidade é usado para que se possa observar que existem matérias publicadas no jornal que estão em locais considerados nobres. Elas são normalmente matérias de meia página localizadas na primeira dobra da folha, local mais atrativo ao olhar do leitor(a). O fato das matérias terem sido em sua maioria de tamanho grande e em local mais visível ao leitor (a) não significa que tenham

²⁰ O índice de visibilidade permite agregar informações de variáveis: tamanho dos textos, presença de elementos gráficos e localização na página. Para a construção deste indicador, dá-se peso para as categorias dessas variáveis, os quais são somados e posteriormente divididos em três categorias de acordo com a escala de Likert. Portanto, esse índice leva em consideração, essas três características das notícias, sendo que notícias com foto, que estão na primeira dobra do jornal e que de acordo com o tamanho categórico (medido em CM2) pertencem a categoria grande representam a maior pontuação a ser alcançada na soma das categorias, sendo classificadas como Alta Visibilidade. Já o oposto, os textos de tamanho pequeno, na segunda dobra do jornal, sem elementos gráficos e que são carta dos leitores, representam a menor pontuação estando na categoria de Baixa Visibilidade.

pautado o debate. A posição do texto na página (tanto nos quadrantes quanto nas dobras) é analisada para verificar a localização da notícia nos quadrantes e está relacionada com as zonas de visualização. Assim, quando

[...] alguém recebe uma comunicação escrita, intuitivamente sua visão se fixa no lado superior esquerdo do papel, uma vez que estamos culturalmente condicionados a saber que o início do texto está ali (SILVA, 1995).

A posição de um texto indica se ele tem potencial para ser lido por um número maior ou menor de pessoas. Ao se analisar esse espaço verifica-se, ainda, que há um enquadramento factual dado aos assuntos, quase sempre ligados a acontecimentos.

Como já verificado anteriormente, os planos de governo dos candidatos/candidatas a presidência não são levados a público pelo jornal e nem mesmo pelos candidatos/candidatas, quando os mesmos são utilizados como fontes para as matérias ambientais. Exemplo claro da retórica verde nessa referida eleição estão principalmente no material coletado no segundo turno, após derrota de Marina Silva, os demais passaram a adotar estratégias de se mostrarem como favoráveis à questão ambiental. Na dinâmica que envolve o processo de mudança da sociedade, a balança das normas sociais começa a se inclinar mais para o lado da sustentabilidade e do meio ambiente. Nesse sentido, apoiar essas causas torna-se signo de prestígio e, o contrário, não apoiá-las, torna-se um símbolo negativo.

O alto índice de visibilidade mostra como a retórica se faz presente nas matérias, posto que os discursos apresentados não promovem um aprofundamento ou esclarecimento sobre a questão ambiental. Não é suficiente que o assunto esteja presente nos jornais para informar a sociedade sobre as ações dos candidatos para o meio ambiente, mas também, se faz necessário que o debate apresentado pelos meios de comunicação possua pluralidade de atores falando sobre o assunto, o que possibilita maior diversidade de aspectos e pontos de vistas para os(as) leitores(as).

Outro fato a ser elencado é que mesmo que o tema tenha sido pautado e tido uma alta visibilidade, não foi através da esfera pública midiática que o cidadão pode se informar sobre os programas de governo, já que os mesmos não foram discutidos. Dessa forma, o(a) leitor(a) necessita buscar em outras fontes a informação relacionada ao programa de governo, a retórica no jornal induz, leva a refletir de forma superficial e factual sobre o meio ambiente na política. Em um

momento em que se discute sobre meio ambiente e ações sustentáveis, é desejável que a população tenha mais informação a respeito daquilo que a elite política discute e propõe sobre o assunto para poder formar sua opinião e ter conhecimento a respeito das políticas que candidatos pretendem implantar. Atores políticos dialogam com atores políticos, não havendo contraposição de fontes dentro das matérias.

Em coluna publicada em 09 de outubro **“Eleições com sustentabilidade”**, assinada por Roberto Rodrigues²¹, observa-se o que é categorizado como “Alta Visibilidade”. Sua coluna ocupa toda a metade superior da página e foi publicada no caderno Mercado. Além do espaço ocupado e o local onde está a coluna ela conta com elementos visuais, como duas ilustrações, uma primeira de uma urna e ao seu lado algumas árvores, com fundo verde, o que representaria o sustentável em sua retórica. Em sua coluna Rodrigues traça o que foi percebido, também nessa coleta, que Marina Silva conseguiu pautar o tema meio ambiente somente no segundo turno eleitoral, isso devido aos mais de 20 milhões de votos obtidos por ela e sua sigla (PV) no primeiro turno.

Segundo o artigo assinado por Rodrigues, a candidata Marina teve um discurso à frente do tempo dos concorrentes. Mas, ele prossegue em sua análise e coloca que a questão da sustentabilidade é hoje uma “unanimidade universal: não há um terráqueo que não se preocupe com o aquecimento global, com a preservação dos recursos naturais, especialmente a água” (nas palavras de Rodrigues). A coluna categorizada com um alto índice de visibilidade ainda traça projeções do que será o restante da campanha eleitoral. Para Rodrigues, Marina Silva “terá papel preponderante na campanha, e a temática ambiental também, sobretudo pelo amplo debate que se estabelecerá”. Apesar da expectativa de um debate ambiental na campanha ele acabou não acontecendo.

A coluna que trata da eleição, mas com viés econômico, defende ainda que a revisão do Código Florestal possibilitará a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável para o país, exatamente a partir de políticas que qualifiquem o agronegócio. Assim, como já visto no caderno Ciência, o debate é despolitizado, a voz aqui é do especialista que assina a coluna, nela há números que seduzem o leitor, como o de “nos últimos 20 anos a área plantada com grãos no

²¹ Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp -Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula).

Brasil cresceu 25%, a produção 157% e isso significa uma economia de 42 milhões de hectares de florestas ou cerrados” (segundo fala do autor da coluna). Com isso, a coluna encerra sua projeção colocando que o debate ambiental se dará oportunamente na campanha e que isso seria “**a sustentabilidade nas eleições**”. A retórica verde, propagada nas falas, constitui uma das principais estratégias discursivas institucionais. Há uma tentativa de repercussão para um suposto processo de construção de cidadãos dispostos a criar um mundo melhor, um estilo de vida mais saudável e melhores condições humanas

3.2.6 O recurso do enquadramento no Jornal *Folha de S. Paulo*

Como se verifica na Tabela abaixo (Tabela 6), o enquadramento que é dado às matérias indica que elas são construídas de modo muito mais a relatar acontecimentos que a problematizar o debate.

Tabela 6 - Tabela de categorização dos dados coletados sobre política e meio ambiente e seus enquadramentos no jornal *Folha de S. Paulo*

		Frequência	Porcentagem
Enquadramento	Temático	18	31,0%
	Personalista	6	10,3%
	Factual	34	58,7%
	Total	58	100,0%

Fonte: próprio autor

Na Tabela 6 verifica-se que as informações publicadas pelo jornal dentro da cobertura eleitoral pautam o meio ambiente; em mais de 58% dos casos, de modo estritamente factual.

Os Programas de Governo dos candidatos deveriam constituir uma ferramenta de comunicação pública e transparente, amplamente divulgada pelos meios de comunicação, no entanto nas eleições presidenciais em 2010, muitos outros acontecimentos ganharam destaque na mídia, frente aos planos de governo. As matérias levavam ao público disputas do cenário político, como o confronto direto entre o então presidente Lula e os maiores grupos jornalísticos do país, que ficou evidente durante a cobertura política e escalou ao ponto de a mídia brasileira dar

pouco destaque à eleição em que pela primeira vez duas mulheres eram fortes candidatas à presidência do quinto maior país do mundo.

Enquanto o então presidente Lula reclamava do excesso de liberdade de imprensa, os jornalistas transformaram a questão em um dos principais focos da cobertura política. De certa forma, viraram a pauta e deixaram de cobrir aspectos essenciais sobre as posturas dos candidatos e os seus planos de governo. As pautas centraram-se muito na cobertura do caso Erenice²² na Casa Civil. Mais um substrato quem compôs a campanha eleitoral em 2010, na *Folha de S.Paulo* que publicou matérias como **“Dilma se distancia de Erenice e chama Serra de caluniador”** (13/09), ou **“Novas acusações derrubam ex-braço direito de Dilma”** (Erenice) em (17/09). As matérias que se processam com o enquadramento temático ambiental ocorrem em grande maioria no segundo turno das eleições. O que se pode observar foi que toda a cobertura midiática eleitoral do pleito presidencial de 2010 se baseou em manifestações polarizadas entre os candidatos do PT e PSDB, em todo o 1º turno, enquanto ambos trocavam acusações sobre escândalos as propostas e os programas eleitorais foram deixados de lado. O jornal a *Folha de S.Paulo* só passou a discutir mais amplamente a questão ambiental nas eleições a partir do 2º turno, quando o candidato e a candidata que trocavam acusações perceberam que o numero total de votos conquistados pela candidata do PV, Marina Silva, poderia definir a eleição.

O jornal passou a partir do 2º turno a dar maior espaço para notícias de cunho ambiental, isso porque a agenda política exigiu que o meio ambiente fosse pautado no segundo turno, na tentativa de conquistar os votos, que supostamente foram para Marina Silva devido à pauta ambiental da candidata e de seu partido. Notadamente, o enquadramento temático, que é aquele onde há um maior aprofundamento do tema, aparece em número equiparável entre os espaços de maior visibilidade. Mais da metade está entre o índice médio e alto de visibilidade, mostrando que o jornal tende a mostrar o assunto ao leitor e levar o debate ambiental até o(a) leitor(a), fomentando o debate público. No entanto, são matérias que possuem uma construção temática, saindo do factível e por esse motivo

²² Ex-ministra Erenice Guerra, era braço direito de Dilma Rousseff na Casa Civil, assumiu o cargo em março de 2010, quando Dilma Rousseff deixou a pasta para se candidatar. Em setembro, Erenice Guerra foi bombardeada por uma série de denúncias que implicavam diversos de seus parentes em crimes como tráfico de influência. No dia 16 de setembro ela foi forçada a pedir demissão. (fonte: Folha de S.Paulo)

demandam um espaço maior para convencer o leitor de sua retórica, diferentemente daquelas enquadradas como factual, que dependem quase exclusivamente de um acontecimento para existirem.

Um exemplo de enquadramento factual usado no 1º turno foi uma matéria publicada no dia 13 de agosto que afirma: **“Marina diz que o mundo esta próximo de um armageddon ambiental”**. A fala de Marina Silva aconteceu durante debate onde apenas ela e Plinio Arruda compareceram. O discurso ambiental aparece apenas no título da notícia, todo o corpo de informação se destina apenas a narrar o que aconteceu no debate em questão, de forma absolutamente superficial. O jornal afirma que o Armageddon ambiental a que Marina Silva se referiu é uma parte da Bíblia. Quer dizer, houve uma tentativa de tensionar o debate público para questões ambientais, já que o tema em questão estava focado no desenvolvimento do país, conforme posto na plataforma do PV para o desenvolvimento sustentável - já que toda a política econômica do partido vem acrescentada da “sustentabilidade para o desenvolvimento” - no entanto na forma como está posto trata-se apenas de um discurso legalmente constituído, isto é ele acaba sendo representado pela estrutura retórica do apelo para a ciência ecológica e do respaldo do texto jurídico que define metas na ordem política e econômica mundial, trazendo em si o fundamento da sustentabilidade como unidade planetária. O programa de governo de Marina Silva faz uso da palavra ‘sustentabilidade’ como constituinte de toda e qualquer ação a ser tomada no campo político e econômico.

O meio ambiente aparece neste discurso como se fosse um regime disciplinar de algo que impõe uma visão planetária como meta comunitária, obrigatória e institucionalizada, talvez pela ONU, na figura do PNUMA, uma vez que, sob a alegação de que há o risco de barbárie - catástrofes ambientais capazes de desestabilizar o sistema econômico e financeiro hegemônico - a noção da sustentabilidade impõe-se como solução lógica e “óbvia”, o armageddon ambiental se insere nesta lógica. O que seria tal armageddon a que Marina Silva se referiu senão a óbvia discursiva sobre o meio ambiente.

Ao final do 1º turno, no dia 3 de outubro a *Folha de S.Paulo* publicou **“Campanha não teve discussão de propostas”**. O próprio jornal reconhece que a eleição presidencial de 2010 foi marcada por uma falta de apresentação, debate e discussão dos programas de governo dos candidatos. Na notícia em questão afirmou-se que: “Difícilmente, porém, poderá dizer o eleitor que os 90 dias de

campanha serviram para deixá-lo mais esclarecido a respeito das diferenças entre os programas dos principais candidatos à Presidência”.

A reportagem elencada pelo próprio veículo ainda aponta a falta de um programa eleitoral registrado no TSE, já que José Serra nem mesmo apresentou um programa. A falta de discussão dos programas e propostas dos partidos remete a despolitização da esfera pública midiática. Ao avaliar de forma geral o conteúdo da campanha eleitoral fica marcado o esvaziamento político e o apelo a escândalos, na composição retórica deste pleito, ao se focar à propostas em relação a questão ambiental, torna-se ainda mais difícil de encontrar nas reportagens informações que demonstrem algum nível de aprofundamento, tanto em conteúdo como em seu enquadramento, que visa muito mais levar o leitor ao descrédito de determinado candidato, que ao conhecimento de suas propostas para o que seria um modelo de governo para o Brasil.

Já no 2º turno das eleições 2010 os candidatos apressaram-se em defender posturas ambientalistas e adequar suas retóricas a da candidata do PV, Marina Silva. Com a expressiva quantidade de alinhamento ao discurso do meio ambiente a partir do 2º turno (mais de 50% das entradas), percebe-se a retórica ambiental como um componente do *marketing* político, onde se diz qualquer coisa em busca do voto.

Em uma matéria do dia 6 de outubro: **“Não sou ambientalista de ‘última hora’, afirma Serra”**, o candidato do PSDB profere o seguinte: “As minhas posições são muito conhecidas e eu as explico de maneira muito clara, não fico mudando toda hora segundo a conveniência eleitoral [...] Eu sou ambientalista convicto não apenas na teoria, mas na prática”. Esta reportagem é um dos melhores exemplos da retórica verde presente nesta campanha, o que é o ambientalista na prática para José Serra, vem, na verdade, na sequência da mesma matéria onde o candidato do PSDB menciona que sua posição frente a Usina de Belo Monte é igual a de Marina Silva, colocando a candidata do PV como a figura defensora do meio ambiente por excelência, ao referir-se a ela como exemplo de ambientalista na prática. No programa de governo registrado pelo candidato, no entanto, a retórica se mostra igual a apresentada por ele mesmo ao debate na esfera pública, onde existe um apelo retórico à causa ambiental, um discurso inflamado de que um novo Brasil é possível, nem argumentos ou qualificação de uma proposta.

Tanto no programa de governo quanto em seu discurso, nesta matéria, há apenas, um conjunto de falas estruturadas que buscam um convencimento pela

sedução, onde não há argumentação que sustente a posição discursiva. Ao olhar o discurso de Serra no jornal pode-se comparar a um trecho de seu programa de governo sobre meio ambiente onde diz: “A maioria dos brasileiros quer um meio ambiente saudável, cada vez mais limpo, onde o ar que respiramos e a beleza de nossas terras e florestas sejam protegidos. Eu também quero” (p.11).

Nessa mesma matéria há um subtítulo **“Discurso Ambiental”**, o conteúdo presente nele informa que Serra afirma ter afinidades com o PV e mencionou a aprovação da Lei Estadual de Mudanças Climáticas, a qual foi criada em sua gestão como governador e elaborada com apoio de Fabio Feldman, candidato do PV. Isto demonstra que a comunicação política desenvolvida, nessas situações eleitorais, não tem a intenção de informar e de comunicar-se com os atores sociais, mas sim, no máximo de persuadi-los, para tanto a utilização do leque de propostas, onde se defende tudo, inclusive parcerias e similaridades com demais atores políticos.

A disputa eleitoral aparece como uma disputa de marketing político e o discurso do meio ambiente é um componente publicitário, muito mais do que um argumento, notadamente há no discurso apenas uma tentativa de comparar-se ao PV e com isto supostamente ser um defensor do meio ambiente. Em cada momento os sujeitos assumem um papel dependendo do contexto a que são inseridos.

Tudo isto mostra um contrassenso, pois se for observado na Tabela 5, índice de visibilidade, pode-se ver que o jornal tem dado espaço para o debate na esfera pública, porém não há uma ação argumentativa presente neste espaço. Uma vez que, as propostas políticas e o programa ambiental não estão na pauta do debate, mas apenas como assuntos relacionados ao factual. Como foi assumido aqui que a mídia escolhe aquilo que vai publicar, através de critérios noticiosos pré-estabelecidos, pode-se afirmar que não foi apresentada uma complexidade e riqueza que poderia tornar o debate sobre o meio ambiente mais próximo do coletivo, tanto pelas escolhas midiáticas do que e como noticiar, como pela falta de interesse do próprio discurso atrelado a campanha política, que se propõe há um leque de propostas, ataques e qualquer outra coisa que não a argumentação discursiva em si.

Isto também foi verificado em matéria do dia 13 de outubro intitulada **“Greenpeace quer debate sobre temas ambientais entre presidenciais”**. Nessa matéria factual, a *Folha de S.Paulo* informa que o Greenpeace propôs aos dois candidatos que concorriam ao segundo turno das eleições um debate que teria

como foco os temas ditos ambientais. A proposta do *Greenpeace* era de promover o confronto dos candidatos sobre assuntos como o Código Florestal e sobre o uso de fontes renováveis de energia (este último é um dos que compõe a agenda 21 brasileira). O *Greenpeace* afirmou na ocasião que os dois candidatos estavam lutando para atrair os eleitores de Marina Silva, porém nenhum deles chegou a dizer o que realmente pensam sobre as propostas defendidas pela candidata do PV. O diretor da ONG, Marcelo Furtado, afirmou que até aquele momento apenas haviam sido ditas propostas muito vagas (nenhuma delas nas páginas da *Folha de S. Paulo*). Ele afirmou que dessa forma, isto é, como as campanhas vinham sendo conduzidas, não estava claro ao eleitor(a) o que de fato os partidos/candidato(a) pretendiam fazer. Furtado destacou: "Não basta dizer que é ambientalista desde criancinha. É preciso se comprometer". Disse isso, em clara referência ao discurso feito por José Serra alguns dias antes.

A retórica verde aparece novamente em coluna assinada, por Juca Ferreira, que em 11/10 escreve "Marina Silva se apresentou como uma terceira via numa disputa eleitoral polarizada entre duas candidaturas". Para ele, além da aritmética e da existência de outras motivações mais circunstanciais para o voto em Marina Silva, o resultado do primeiro turno trouxe para o primeiro plano a questão ambiental. Ou, ainda, em coluna assinada por Marcelo Leite, em 12/10, há o seguinte: "De repente, parece que o único problema do país, ou o mais importante, é o aborto. Uma agenda retrógrada, se não uma cortina de fumaça nos olhos do eleitorado." Leite defende que a campanha de Marina Silva foi a única coisa nova o cenário político brasileiro em 2010, e assim como os demais ataques que polarizaram as campanhas esse teria sido mais uma jogada de *marketing* político, que durante as eleições em 2010 optaram por não discutir propostas e programas de governo.

Já quando a informação é construída pelo jornal, há uma tendência à desqualificação da candidata petista, o jornal publica matérias como do dia 10 de outubro: "**PT tenta apagar fama 'antiverde' de Dilma**". Na reportagem, que possui um alto índice de visibilidade, o objetivo é mostrar ao eleitor que Dilma Rousseff e Marina Silva tiveram frequentes embates na área ambiental quando ambas eram ministras. A *Folha de S. Paulo* afirma que para conquistar os votos dos eleitores de Marina Silva, o PT iria dar início a uma operação que começaria com ataques à reforma do Código Florestal.

Em toda a matéria de meia página, a *Folha de S.Paulo* constrói uma estrutura retórica para deixar claro que Dilma Rousseff é antiambientalista e a causa de Marina Silva ter deixado o PT. Um tracejo histórico que se inicia em 2005, busca a credibilidade da informação ali publicada. Segundo a reportagem, os problemas entre as então ministras teriam começado antes do lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), ainda de acordo com a reportagem, Dilma Rousseff “Manobrou contra Marina num ponto chave para a conservação ambiental: a criação de áreas protegidas”. A reportagem conclui que devido à postura da candidata petista a criação das áreas protegidas havia caído pela metade desde que o PAC fora lançado. A reportagem em questão demonstra a postura do veículo de comunicação, que se diz imparcial, mas não faz uso de nenhuma fonte para confrontar ou confirmar esta reportagem em questão.

Como foi visto até aqui, grande parte das reportagens realizadas sobre a questão ambiental e a política no jornal se encaixam no enquadramento episódico. O número total é bastante superior à metade das publicações. Esses dados revelam, principalmente, que o meio ambiente é um tema disperso, tanto nas matérias elencadas fora do cenário político, quanto no próprio discurso político partidário dos três candidatos.

Encaminhou-se até o jornal com o intuito de verificar se o caso Marina Silva havia pautado a questão ambiental no debate, através da esfera pública midiática. Os dados revelam outro fato, na realidade construída pelo jornal não há o comprometimento efetivo com o socioambiental. Em casos extremos como o do então candidato José Serra a verificação foi ainda mais contundente, pois o candidato sequer apresentou um programa de governo, além de enfatizar em discurso **“Eu sou um ambientalista”**.

O uso do enquadramento transparece ao desviar a atenção, ou dirigir a atenção, do leitor para outros assuntos ou por menores que não as causas principais da degradação ambiental. Importante ressaltar que em todas as 157 entradas coletadas, há um apelo que ganha contornos românticos de um ambientalismo que não acontece nas práticas políticas, nem sequer foram debatidas na esfera pública midiática do jornal. O meio ambiente ainda é atrelado ao viés econômico estrito.

Tabela 7 - Total de votos por assunto nas casas legislativas em 2010.

Assunto	Câmara	Senado	Total	%
Outros	350	151	501	37,9%
Economia, Trabalho e Meio Ambiente	215	56	271	20,5%
Segurança Pública e Justiça	145	29	174	13,2%
Sociedade	118	29	147	11,1%
Eleições e Política	87	42	129	9,8%
Saúde e Ação Social	51	22	73	5,5%
Educação	18	8	26	2,0%
Totais	984*	337	1.321	100,0 %

Fonte: IPEA

Na tabela de material apreciado pelas casas legislativas do Brasil verifica-se que até agora se vislumbrou como reflexo no jornal. O tema meio ambiente entra na pauta de votação e na agenda política quando ele está atrelado a um fator econômico. Essa tabela também permite visualizar os temas mais pautados nas campanhas eleitorais tendo o trabalho e segurança pública como os principais eixos debatidos nas campanhas, deixando em segundo plano a questão ambiental.

Há presente nas páginas da *Folha de S. Paulo* a cobertura factual de toda a campanha eleitoral, e também ambiental. Com isso pode-se traçar um panorama geral da política ambiental brasileira, quando há uma grande quantidade de tematização do meio ambiente, porém com escopo econômico. Pode-se responder aqui como o meio ambiente e a política estão pautados na esfera pública midiática e estão estruturados de forma a atender os princípios econômicos do sistema capitalista.

Verificou-se, ainda, que há textos sobre meio ambiente no jornal que contém contornos políticos, mas o meio ambiente por si só aparece em maior quantidade pautado por desastres e acontecimentos pontuais. Algo que se pode concluir e inferir na análise aqui apresentada é que se não fosse pela presença de Marina Silva e a quantidade de votos conquistados pelo PV, a pauta ambiental nem mesmo faria parte da agenda político-eleitoral. Isso porque, dos 58 textos sobre meio ambiente durante a campanha política 60% só foram publicados após o 1º turno e em sua grande maioria na busca por votos “verdes” dos eleitores da então candidata do PV.

Um exemplo disto é uma matéria publicada no dia 6 de outubro **“Aliados de Dilma preparam carta aberta e ato para receber artistas e intelectuais que embarcaram na Onda Verde”**. Data do mesmo dia a campanha **“Não sou ambientalista de última hora”** de José Serra. Quer dizer, o agendamento midiático relacionado ao meio ambiente só aparece neste momento, quando PT e PSDB vão ao 2º turno em busca do que seria o voto de eleitores “Verdes”, toda a exacerbação ambiental se configura neste caso na retórica verde.

Na análise percebeu-se que a imprensa não tem sido capaz de esclarecer os pontos que interessam no debate eleitoral. Isso pode ser explicado em partes porque não há uma investigação, apuração e checagem das propostas de cada candidato com independência e honestidade. Pelo que foi analisado em todas as matérias coletadas o jornal não compara propostas, não submete o discurso do candidato à realidade e com isto, não auxilia o eleitor a comparar, propostas, candidatos e planos para o país.

O jornal *Folha de S. Paulo* não se põe a serviço de que o cidadão forme livremente o seu ponto de vista, mas se move apenas com o propósito de doutriná-lo a favor de um lado, apesar da declaração contínua do apartidarismo. Ao ler o noticiário, os artigos de opinião e os editoriais, o cidadão não consegue perceber se ali há boa-fé ou pressente agendas ocultas, não declaradas, que o deixam delimitam o pensamento de modo a desviar o eleitor de conclusões mais realistas.

Entende-se que, nenhum jornal pode assumir o dever de publicar igualmente todas as opiniões e todos os pontos de vista de todas as pessoas. Uma fórmula editorial é sempre um corte, uma escolha. Porém, mesmo dentro do seu corte, da sua escolha editorial, um órgão de imprensa há de saber que sua credibilidade decorre justamente do respeito que reserva às opiniões divergentes. O objeto de pesquisa ora apresentado mostrou apenas pontos de vista a partir de jogos políticos, quer dizer, o meio ambiente e mesmo as propostas políticas em geral não ganham fôlego suficiente a ponto de serem apresentadas, contrapostas, checadas sobre suas possibilidades.

Enquanto a esfera pública midiática não discutiu propostas, cedeu espaços para o marketing político atuar. Para que José Serra bradasse sua tradição ambientalista ao se comparar à Marina Silva. Questões contundentes como a construção da Usina Belo Monte, ou ainda, o então Novo Código Florestal, que

estavam nas propostas, não apareceram nem mesmo para que o cidadão pudesse tomar conhecimento sobre a posição dos candidatos em relação a esses temas.

A suposta neutralidade e objetividade da linguagem jornalística não se concretizam ao se analisar as páginas do jornal. Apesar do veículo não se declarar favorável a um, ou outro candidato, o enquadramento das matérias que aparece em cada um deles torna visível em nesta análise como há uma tentativa de guiar o leitor ao ambientalismo de José Serra, como aliado do Partido Verde.

Ao se declarar ambientalista, em um primeiro momento e, num segundo, afirmar não o ser de última hora, José Serra ganhou um espaço para seduzir o eleitor de Marina Silva. Nesse momento ele proferiu que uma de suas propostas de campanha em relação à usina de Belo Monte seria a mesma da candidata Marina Silva, sem citar qual seria essa proposta.

A análise de todos os dados coletados levou à conclusão de que as Eleições Presidenciais de 2010 foram marcadas por desvios de atenção, quer dizer, assim como exposto por Neumann (1995), o jornal preteriu as propostas e confrontos de ideia em favor de fatos sem grande importância para a campanha eleitoral e, conseqüentemente, o fortalecimento democrático. Em 120 jornais, apenas 58 matérias relacionadas ao meio ambiente no discurso político e nenhuma de fato se relacionou às propostas e programas de governo.

Ao se confrontar com as matérias políticas de cunho ambiental como objeto principal desta análise, percebe-se que suas representações revelaram dois pontos principais de análise, que imbricados ofereceram a possibilidade de reconhecer imagens da realidade em disputa, manifestada/construída por meio do discurso eleitoral no jornal.

Em um primeiro momento verificou-se que existe uma tematização ambiental no jornal, o assunto é pautado em diferentes cadernos e espaços, com enfoques diferenciados. Mas, isto em uma leitura transversal das notícias coletadas, pois, no segundo momento, quando se passou dos títulos e seguiu ao texto das matérias percebe-se que o meio ambiente não recebe a atenção que sua complexidade exige.

As matérias ambientais são retratadas economicamente, com uma visão muito arraigada às bases capitalistas, fundantes de nossa atual sociedade. A questão ambiental aparece de uma forma ainda romântica, quando o jornal mostra esforços de cientistas que descobrem uma nova espécie, ou por esforços de uma

ONG que luta pela preservação da vida de um animal em extinção. Ou ainda, categorizado no caderno Ciência **“Desmate cai 47% na Amazônia em agosto, afirma governo”** (08/10).

Outro grande enfoque da questão ambiental está no jornalismo de catástrofes. As notícias, neste caso, cobrem em grande parte acidentes causados na natureza. Aqui, se verificou a pauta do derramamento de óleo no Golfo do México, de responsabilidade da British Petroleum, publicado no caderno de Ciência. Ou ainda, o desastre tratado como cotidiano, caso de queimada no Cerrado, na mata do entorno de Brasília, publicado no caderno Cotidiano.

Na área econômica o meio ambiente é visado pelo agronegócio, as pautas são sobre royalties, desempenho ambiental de fazendas, que recebem verbas para preservação de áreas e o próprio desenvolvimento agrícola, como “Pantanal terá índice de Sustentabilidade” (11/10), trata-se de um software que avalia o desempenho ambiental, econômico e social de cada propriedade e emite uma nota que diz se a fazenda é sustentável ou não, segundo conta nessa matéria o coordenador da parte econômica do projeto que era Urbano de Abreu. Nenhuma informação sobre sustentabilidade, economia ambiental e social foi mencionado.

Uma tentativa de aproximar a questão ambiental à campanha eleitoral aconteceu em 17/10, no caderno Mercado, com viés econômico, **“Usinas gigantes são passado, afirma ambientalista”**, nessa matéria a Folha afirma ser importante ao Brasil investir em eficiência energética, que a discussão de grandes usinas atende interesse de grandes construtoras e que estes podem gerar muitos recursos. A tentativa de aproximação fica ao fim da notícia de seis parágrafos, quando o jornal afirma que o tema, em questão, foi ignorado na campanha eleitoral.

Nesta reflexão, após um atento olhar a todos os dados coletados, pensa-se que a partir da leitura da esfera pública midiática, através da Folha de S. Paulo, a construção ambiental ainda chega ao cidadão com o apelo retórico. O jornal clama por propostas dos candidatos, mas, o mesmo não pauta e nem divulga essas propostas. Pelo fato deste veículo estudado fazer parte da grande mídia hegemônica ele adota alguns enquadramentos tendenciosos onde esconde as propostas eleitorais e o debate político e faz uso de escândalos, apelando aos atores políticos e suas vidas pessoais, com falsos dossiês e intrigas.

Em relação aquilo que se publica sobre a questão ambiental e a preocupação financeira, Santos (2012) escreve que a mídia hegemônica cobre

completamente, grandes conferências globais que discutem economia e crise financeira, apesar de nada de novo ser discutido nelas. Segundo Santos (2012) as análises gastas sobre a crise europeia e a mesma insistência em ruminar sobre os sintomas da crise, ocultam as suas verdadeiras causas. Ao mesmo tempo, a mídia hegemônica omite, discussões sobre os problemas que mais decisivamente condicionam o futuro da humanidade: as mudanças climáticas, o acesso à água, a qualidade e a quantidade dos alimentos disponíveis ante as pragas da fome e da subnutrição, a justiça ambiental, os bens comuns da humanidade e o consumismo excessivo. De acordo com Santos (2012) esta seletividade midiática mostra bem os riscos que se corre quando a opinião pública se reduz à opinião sobre o que se publica.

4 CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção com esta pesquisa foi observar o debate ambiental nas campanhas políticas eleitorais do pleito presidencial de 2010, através da esfera pública midiática. O motivo desta observação foi para denotar a possibilidade de apontar se a presença de Marina Silva pudesse alterar concisamente o debate em favor do meio ambiente.

O modo que se encontrou para isto foi pela análise do jornal *Folha de S.Paulo* durante os quatro meses de campanha eleitoral, entre os meses de julho a setembro, em relação ao primeiro turno e o mês de outubro, sobre a cobertura midiática do segundo turno das eleições. Durante todo o período de coleta observou-se que as informações jornalísticas sobre meio ambiente muito pouco colaboravam para uma visão mais ampla e dialética da realidade ambiental. A natureza ainda é vista como objeto e romantizada com uma aura mítica, quando cientistas das áreas biológicas ainda precisam dominá-la, estudar e proteger a “mãe Natureza”.

As disputas políticas e de poder são permeadas por ataques pessoais entre candidatos que polarizam a campanha eleitoral e o jornal corrobora em larga escala para que isto ocorra. Com isso, ele consegue desviar a atenção daquilo que de fato interessa ao eleitor: o debate de propostas e de planos para o país. O que distingue uma matéria jornalística de um relato científico, de um texto didático ou de um relatório policial é o fato de que se dirige a pessoas que não tem obrigação de ler aquilo. Em consequência, procura de alguma forma aliciar as pessoas para que se interessem por aquela informação, através de técnicas narrativas e dramáticas. Observa-se com essa pesquisa o quanto a questão ambiental ainda é uma retórica. Essa afirmação se dá após compreender-se que mesmo quando a ex-ministra do meio ambiente, disputando uma eleição pelo Partido Verde, com uma bagagem histórica de lutas ambientais muito forte não foi capaz de pautar o jornal para debater o assunto.

Após o levantamento de todos os dados, e o cruzamento dos mesmos, observa-se que o meio ambiente só ganhou um apelo político após a saída de Marina Silva do pleito. Os candidatos que foram para o 2º turno passaram a disputar seus votos, fazendo o apelo ao eleitor verde, elencando questões ambientais de seus respectivos programas de governo. Em alguns casos, o apelo se aproximava ao alinhamento de uma possível trajetória pessoal dos candidatos com a questão

ambiental. Do total de entradas relacionadas a meio ambiente nas eleições, 60% delas só apareceram durante o 2º turno, quando restava apenas um mês de campanha. Isto demonstra que durante os três meses de campanha do 1º turno, o meio ambiente foi deixado de lado, concentrando-se em assunto de importância apenas no mês de outubro.

Assim, foi possível verificar aqui, através dos dados, que a complexidade ambiental é dotada de racionalidades, das quais a econômica é preponderante no jornal e na formação da opinião pública. Com o afastamento do público das decisões, a esfera pública só é mobilizada periódica, temporária e transitoriamente para as eleições. Porém, a rigor, nem aí se organiza uma esfera pública argumentativa, mas uma esfera “estatuída de modo demonstrativo e manipulador”, (HABERMAS, 2006); daí, a força que obtém os grupos de mídia e o marketing político como instrumento para vender a política apoliticamente. Como pelo caminho percorrido da história da degradação ambiental e da preocupação com a natureza, desde o capítulo 1, o tema tem ganhado maior destaque mundial e, principalmente, em épocas de grandes conferências globais sobre o meio ambiente.

Há 20 anos, a ONU teve um papel importante em alertar para os perigos que a vida humana e não humana corre se o mito do crescimento econômico infinito continuar a dominar as políticas econômicas (e de governança) e se o consumismo irresponsável não for controlado; o planeta é finito, os ciclos vitais de reposição dos recursos naturais estão a ser destruídos e a, segundo Santos (2012) “vingar-se-á” sob a forma de mudanças climáticas que em breve serão irreversíveis e afetarão de modo especial as populações mais pobres, acrescentando assim novas dimensões de injustiça social às muitas que já existem.

Algumas questões elencadas na análise de conteúdo da campanha eleitoral de 2010 podem permear agora esta reflexão sobre um panorama de repetição para eleição que ocorrerá no próximo ano (2014). O cenário político atual delineia que a disputa será marcada por uma candidatura a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, em confronto com o Aécio Neves - PSDB e novamente Marina Silva e seu novíssimo partido político (ainda sem nome). Com os resultados desta pesquisa foi possível comparar, se nos últimos quatro anos houve ou não alguma mudança no marketing político, se candidatos estão mais interessados no debate de propostas, na questão ambiental, ou se a campanha será mais uma vez dominada por ataques pessoais e relatos das vidas dos candidatos.

5 REFERÊNCIAS

ABRAMO, C. W. **Império dos sentidos**: critérios e resultados na Folha de S.Paulo. Novos Estudos CEBRAP, nº31, outubro de 1991, p. 4.

ACOT, P. **História da ecologia**. Rio de Janeiro: Campus, (1988) 1990. 213p.

ALSINA, M. R. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.

ALVES, J. M. R. O papel da mídia na informação Ambiental. In: **Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação**, 25., 2002, Salvador. Anais... São Paulo: Intercom. 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M.; GASKELL, G. (org). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Tradução de Pedrinho Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção Social da Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BEZERRA, H. D.; MUNDIN, P. S. **Qual foi o papel das variáveis midiáticas na eleição presidencial de 2010?**.In: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 17, no 2, Novembro, 2011, p.452-476.

BUENO, W. da C. **Jornalismo Ambiental**: explorando além do conceito. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007. Editora UFPR.

CAREY, J. **Papel dos meios informativos nas lutas da cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007.

CAMARGO, A.; CAPOBIANCO, J. P. R.; OLIVEIRA, J. A. P. de (orgs.). **Meio Ambiente Brasil: avanços e obstáculos pós- Rio-92**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

CARVALHO, C. O. G.; TONI, F. Análise da cobertura da grande imprensa sobre o desmatamento da Amazônia. In: ALMEIDA JUNIOR, Antonio Ribeiro de (Org.). **Mídia e meio ambiente**: estudos e ensaios São Paulo: Hucitec, 2009, p.225-255.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CASTELLS, M. O verdejar do Ser: o movimento ambientalista In: **O Poder da Identidade - Economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

CERVI, E. Métodos quantitativos nas ciências sociais: uma abordagem alternativa ao fetichismo dos números e ao debate com qualitativas. In: **Pesquisa Social**: reflexões teóricas e metodológicas. Jussara Ayres Bourguignon (Org.). Toda Palavra, Ponta Grossa, 2009.

CIMADEVILLA, G. Información ambiental, espectacularización y desconexión. In: MATO, D. (Coord.), **Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización**. Caracas: Faculdade de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 111-130, 2005.

CONFERÊNCIAS da ONU. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/geografia/desenvolvimento-sustentavel.jhtm>>. Acesso em: 20 mar 2012.

CUNHA, I.H.O; FERREIRA, A.D.D; SCHIMANSKI. É. Movimento Ambientalista e lutas sociais. IN: **Sociedade civil e democracia**: expressões contemporâneas. Danuta E. Cantoia Luiz, (Org). São Paulo: Veras Editora, 2010.

DOBSON, A. **Green Political Thought**. London: Routledge, 2000.

ENTMAN, R. **Framing**: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. Journal of Communication, nº43, 1993, p.51-58.

FERNANDES, F. A. M. **O papel da mídia na defesa do meio ambiente**, 2002. Disponível em: <<http://site.unitau.br/scripts/prppg/humanas/download/opapelmidia-N2-2002.pdf>> Acesso em: 2 abr 2012.

Fontcuberta, Mar de. **A notícia: pistas para compreender o mundo**. Lisboa: Editori Notícias, 1993.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008, 80p.

GIRARDI; LOOSE; BAUMONT. **Ecos do Planeta**: Estudos sobre informação e Jornalismo Ambiental (p. 47-62). Porto Alegre, RS, UFRGS, 2012.

GÓES, I. **Movimentos ambientalistas**: Trajetória Histórica. Disponível em: <www.juvenioterra.com.br/virtual/texto_ambientalistas.doc> Acesso em: 20 set 2011.

GONÇALVES, C. D. Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas. **Revista PRISMA.COM**, n. 9, 2010.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário, 1984.

_____. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995

HANSEN, M. R. **Esfera pública, democracia e jornalismo**: as representações sociais da cidadania em Veja e Isto é. São Cristóvão: UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2007.

HARCUP, T.; O'NEILL, D. What is news? Galtung and Ruge revisited. **Journalism Studies**, vol. 2, n. 2, 2001, p.261-280.

HERCULANO, S. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz In: **Ecologia, Ciência e Política**, Mirian Goldenberg (Coord). Rio de Janeiro: Revan, 1992, p. 9-48).

HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M.(orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

JUNTOS PELO BRASIL QUE QUEREMOS. Plano de Governo PV. 2010

LAGO, A., PÁDUA, J.A. **O que é ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Tradução de Carlos Walter Porto Gonçalves. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009.

_____. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3. ed. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ. Vozes 2001.

LEIS, Héctor Ricardo. **A Modernidade Insustentável**: As críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Montevideo: Coscoroba, Claes, 2004.

MAGALHÃES, Gildo. **Projeto História**. São Paulo, n. 34, p. 27-47, jun, 2007.

MANUAL DE REDAÇÃO: **Folha de S.Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2006

MCCOMBS, M. **Building Consensus**: The news media's agenda-setting roles. University of Texas at Austin. Political Communication, v. 1, n. 4, p. 433-443, 1997.

_____. **A teoria da Agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. **The agenda-setting fuction of mass media**. Public Opinion Quartely, 1972, XXXVI, 2, vol. 36, p.176-187

McCORNICK, John. **A historia do movimento ambientalista**. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1999.

MEDITSCH, Eduardo, **O Jornalismo é uma forma de conhecimento?** Conferência na Arábia, Cursos de Verão. UFSC. [S/D].

MHÜLHAÜSLER, Peter. Environmental Discourses. **Annu. Rev. Anthropol**, 2006. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.anthro.35.081705.123203>>. Acesso em: 20 mar 2011.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

MUNEIRO, Lílian; OLIVEIRA, Merilyn Escobar de. **Dano Moral ou Caso de Polícia?** O Aquecimento Global e o Discurso Verde. Um Exame Crítico do Filme-Documentário “Uma Verdade Inconveniente”, 2007. Disponível em: <<http://www.historiaimagem.com.br/edicao5setembro2007/12-aquecimento-lilian.merylin.pdf>> Acesso em 20 mar 2012.

MUNIZ, Lenir Moraes. **ECOLOGIA POLÍTICA: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais**. Revista Pós Ciências Sociais. v. 6 n. 12 São Luis/MA, 2010.

NOËLLE-NEUMANN, E. **La espiral del silencio**. Opinión Pública: nuestra piel social. Barcelona, 1995.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 9. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010

O BRASIL PODE MAIS. Plano de governo PSDB. 2010.

PARA O BRASIL SEGUIR MUDANDO. Plano de governo PT. 2010.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PEPPER, David. **The Roots of Modern Environmentalism**. London: Croom Helm, 1984. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/83377863/The-Roots-of-Modern-Environmentalism>>. Acesso em: julho 2011.

PORTO, M. **Mídia Brasileira e a Eleição Presidencial de 2000 nos EUA: a cobertura do jornal Folha de São Paulo**. International Communication Association (ICA): Washington D.C. 2001.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. **Habermas e a Teoria do Jornalismo: a manipulação ideológica no jornalismo como distorção sistemática da comunicação**. Departamento de Comunicação Social da Universidade Católica de Pernambuco. Estudos em Comunicação no4, 41-57, nov. 2008. Disponível em: <http://www.ec.ubi.pt/ec/04/pdf/04-Heitor_Rocha-Habermas_e_a_Teoria_do_Jornalismo.pdf>. Acesso em: 21 jun 2012.

ROSENDO, Daniela. **Olhares ecofeministas à ecologia profunda: Diásporas, Diversidades**, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.

SAMPEDRO, V.; PÉREZ, F. S. **Las elecciones generales españolas de 2008: Bipolarización antagónica fomentada por intereses político-mediáticos y las nuevas tecnologías**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 34, p. 129-135, out, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Pensar nas eleições**. Publicado na Carta Maior em 01/06/2011.

SILVERSTONE, Roger. **¿Por qué estudiar los medios?** – 1. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 1999.

SIRKIS, Alfredo. Apêndice: Enquanto isso, na terra do pau-brasil ... IN: McCORNICK, John. **A historia do movimento ambientalista**. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1999.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOUZA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó/Florianópolis: Argos/Letras Contemporâneas, 2002.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TRAQUINA, Nelson. **Porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VILLAR, Roberto. **Jornalismo Ambiental**: Evolução e Perspectivas. Imprensa e Pantanal, Laboratório Ambiental de Jornalismo Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campo Grande, 29 a 31 de outubro, 1997. Disponível em: <www.agirazul.com.br/artigos/joriental.htm>. Acesso em: 21 jun 2010.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 9a ed. Lisboa: Presença, 2006.

ANEXOS

ANEXO A

LISTA DE TÍTULOS COLETADOS PARA ANÁLISE NO MÊS DE JULHO

Dia 06.

Editoria de Ciência

Pág. A14

Pressionado, relator tira poder de Estados para reduzir florestas – Novo texto de lei florestal desagradou a ruralista e ambientalista.

Dia 07.

Editoria Ciência

Pág. A16

Comissão Flexibiliza Código Florestal – Em sessão tumultuada, deputados aprovam por 13 votos a 5 relatório que modifica lei de proteção às florestas.

Dia 08.

Opinião

Pág. A2

A responsabilidade (Obama e o vazamento no golfo do México)

Pág. A3

Agricultura e Preservação ambiental (opinião)

Página A6

Ibama Investiga Fazenda do Vice de Marina na Bahia – Acusado de alterar paisagem de área protegida, Leal diz ter ‘todas as licenças’ e atribui denúncia à eleição.

Ciência

Pág. A16

Indústria paga técnico ambiental público no PA – Funcionários trabalham no setor de licenciamento de órgão Ambiental(licenciamentos ambientais)

Lei florestal dá anistia de R\$ 10 bi, diz ministra.(código florestal)

Mais uma investigação inocenta cientistas ligados a ‘Climagate’.v(briga interna entre negacionistas do aquecimento global e a favor)

Dia 09.

Ciência

A14

Florestas tropicais são maiores “máquinas” de absorver CO2

Dia 10

Ciência

A14

Estudo Questiona lista oficial de peixes em risco – número de espécies ameaçadas no país pode ser seis vezes maior que o imaginado, diz levantamento.

Dia 11

Dia 12

Capa

É desastrosa a reforma do Código Florestal (opinião, chama para A2)

Dia 13

Ciência

A14

Vento derruba meio bilhão de árvores na Amazônia

Mercado(caderno)

B1

Loja 'Verde' usa luz natural e reaproveita água de chuva.(loja ecoeficiente Wal-Mart)

Dia 14

A8

Campanha Verde usa imagem inspirada em cartaz de Obama (estratégia de Campanha)

A11

Casa e Museu de Chico Mendez são fechados por falta de verba.

Dia 15

Opinião

A3

Gigolôs de Infrator (Código Florestal)

A9

Marina e Aldo batem boa por ação em fazenda de vice – Deputado cita investigação do Ibama sobre Guilherme Leal e candidata o acusa de fazer 'estelionato ambiental' no Congresso. (campanha)

A20

Ciência

Ibama só recebe por 0,2% das multas

Caderno Mercado

B6

Estudo Ambiental pode adiar trem-bala – Início de obras depende de licenças e pode não começar em 2011.

B9

Mercado de carbono já amadurece, afirma Bird.

Em MT, programa de regularização ambiental registra baixa procura.(ruralistas pedem maio prazo)

Dia 16

Capa

BP afirma ter estancado o vazamento(desastre ambiental)(chama para A18)

Caderno Mercado

B2

Investimento da Petrobras na área ambiental fica estagnado

Dia 17

A2

Ibama Podado (artigo sobre Ibama receber apenas 0,2% das multas.)

A8

Ibama isenta vice de Marina de desmatamento na Bahia.

B4

BNDES investe em fundos ambientais – Aplicação de R\$ 389 milhões irá para três fundos: energia renovável é uma das áreas.

B6

Agrotóxicos afetam comunidade em MS – Agricultores de Fátima do Sul Apresentam náuseas, depressão e cometem suicídio após usarem inseticidas.

Dia 18

Dia 19

Ciência A15

Área rica em ferro pode virar reserva – Projetos de parque nacional e de mina da Vale disputam espaço em MG, empresa quer investir R\$ 4 bi no lugar.

Dia 20

Dia 21

Dia 22

Capa

PF acusa grupo de promover caça a onça no Pantanal(chamada para C4)

A21

Petrolíferas criam fundo de US\$ 1 bi para vazamentos (caso golfo do mexico)

A23(ciência)

Dado parcial aponta para redução no desmate

Dia 23

Dia 24

A 22 Ciência

Lei do clima trava no Senado dos EUA

Dia 25

A17

Índios querem criar Estado independente em Roraima, diz Abin – Relatório à presidência do conselho indígena quer formar 'cinturão' de reservas.

Dia 26

A10

Contra construção de hidrelétrica, índios fazem ao menos 200 reféns.

Dia 27

A10

Índios libertam 5 funcionários de usina mantidos reféns desde sábado

B11

Produto sustentável ainda gera confusão – Oferta crescente de bens ecologicamente corretos esconde 'lavagem verde', na qual sustentabilidade é mero marketing

Dia 28

A6

Livro de Marina ataca Dilma e elogia Serra – Biografia autorizada sugere que petista atropelava área ambiental e debocha do sotaque de Mangabeira Unger.

A14 (mundo)

BP tem perda recorde e troca comando (petróleo golfo do México)

Dia 29

Capa – chamada para A20

Em 60 anos, plâncton dos oceanos cai 40%

A4

Marina abandona ideias de campanhas anteriores do PV – Aborto, legalização da maconha e fim do serviço militar deixam programa

Dia 30

Dia 31

A8

‘Com vinda de Marina, mudamos de patamar’- Entrevista com Fabio Feldmann

ANEXO B

LISTA DE TÍTULOS COLETADOS PARA ANÁLISE NO MÊS DE AGOSTO

Dia 01

A23

Ciência

Abate de Ave cria conflito entre biólogos: Punição a pesquisador com licença de coleta que matou guarás acidentalmente recebe críticas de ornitólogos

C5

Cotidiano

Ônibus a biodiesel reduz 30% da poluição – Linha Verde de Curitiba, que opera com 6 veículos, completa um ano.

C6 e C7

Areia é mais suja que água no litoral de SP

Dia 02

Ciência

A17

Pesca de tubarão leva a ação de R\$ 1 bi – ONG acusa empresa paraense de capturar ilegalmente 280 mil animais em um ano para obter suas barbatanas.

Cotidiano

C6 e C7

Associação de delegado da título de 'Sustentável' a cidades miseráveis.

Dia 03

Ciência

A18

Estudos traçam 1º mapa da vida no mar: Censo da vida marinha identificou cerca de 230 mil espécies em 25 áreas do oceano, incluindo águas do Brasil

Mercado B7

Seca na Rússia faz preço do trigo ter o maior aumento desde 1973

C6

Cotidiano

Sancionada nova lei com regras para destinação do lixo: A chamada lei dos resíduos sólidos prevê que todos os lixões do país sejam substituídos por aterros sanitários

Dia 04

Ciência

A17

Novo Código Florestal coloca espécies em risco, afirma grupo: Para cientistas, redação de matas na beira de riachos é erro de proposta na Câmara.

Dia 05

Opinião

A3

Marco regulatório para os resíduos sólidos (Izabella Teixeira)
Espinoza e a legislação florestal (Rogerio Cezar de Cerqueira Leite)

B9

Mercado

ONU compensará Equador por manter área ambiental – País não vai explorar petróleo em reserva, em troca, vai receber doações

Dia 06

Poder

A9 – Cobertura de debate – O que disse Marina Silva – Frase pontual.

“A defesa da natureza é uma luta generosa, ela integra a sociedade. Um capitalista precisa de água potável, terra fértil e ar puro, um trabalhador e uma criança pobre também.

A20

Ciência

Meio Ambiente vai apresentar texto alternativo ao de Rebelo – A pasta quer a revisão de pontos como a anistia a desmatadores.

Dia 07

Ciência

A21

Canola transgênica ‘foge’ de plantações nos EUA – Planta geneticamente modificada se tornou selvagem em grande escala.

B14 – Mercado

Agronegócio discute metas para 2020 em SP

C9 – Cotidiano

Ibama aplica multa de R\$ 90 mil por desova de tartaruga (Pará)

Dia 08

A2 – Opinião

A natureza e a burocracia (Emílio Odebrecht)

Dia 09

Primeira Página

Foto-Legenda – Praia da Armação, em Florianópolis, está sendo tomada pelo mar; obra para evitar destruição é criticada por especialistas (Chamada para cotidiano)

A17- Ciência

Oceanografia sofre carência de gente e de dados confiáveis – Para cientistas, apesar da importância econômica do mar, país forma poucos profissionais para pesquisá-lo

C5 – cotidiano

Paredão é erguido para conter mar em Florianópolis – Para especialistas, no entanto, muro de pedras não resolve problema, atribuído à ocupação imobiliária.

Dia 10

Primeira Pagina chamada de capa

Cheias na Ásia deixam mais desabrigados que Tsunami

Desmate será um dos menores da história em 2010

A7

Campanhas Petista e Verde Estreiam arrecadação via web

A14 – Mundo

Chuvas no Paquistão afetam 13,8 mi, Número é maior que o de afetados pelo tsunami de 2004 e pelos terremotos da Caxemira e do Haiti juntos.

A16

Ciência

Governo e ONG divergem sobre desmate – Inpe aponta queda de 49% entre agosto de 2009 e junho deste ano; Imazon vê alta de 8% no mesmo período

B7 – Mercado

Riscos ambientais fazem bancos adotarem o ‘profissional verde’

C7

Empresas ‘adotam’ áreas para evitar desmatamento

Dia 11

A8

Lula cria ‘agenda positiva’ e se casa a discurso de Dilma

A10

Marina nega conivência com mensalão

B4 – Mercado

Brasil é 2º mercado para a Monsanto

B10

Mato Grosso lançará bolsa para exportação de florestas e rios – Propriedades rurais interessadas no mercado de compensações ambientais serão auditadas.

C6 – Cotidiano

Pais enfrenta ‘Epidemia’ de queimadas este ano.

Dia 12

-

Dia 13

-

Dia 14

-

Dia 15

A23

Ciência

Gato imita macaco para atacar a presa – Biólogos acharam por acaso, felino selvagem capaz de reproduzir gritos dos saguis que caça para atraí-los

Dia 16

A2 opinião

Resíduos sólidos: bom negócio – Ricardo Young
 A16 – Ciência
 Mundo pode ter ‘buraco’ na proteção ao clima
 Brasil teme ‘FMI’ ambiental nas metas de redução

Dia 17
 A16 - Ciência
 Carne do futuro pode ser artificial, afirma cientista.
 B8 – Mercado
 Brasil deve ter a primeira cana transgênica do mundo em 2015
 C7 – Cotidiano
 Queimadas levam a Brasília nível de poluição de SP.

Dia 18
 A7
 Aliados de Serra criticam ‘repeteco’ de imagens na TV (critica ao foco ambiental de Marina)
 C4 – Cotidiano
 Alemanha envia 22 toneladas de lixo para porto gaúcho
 C6 – Cotidiano
 Homem provoca mais queimadas do que o clima, diz pesquisador: Para ele, grande parte dos incêndios é criminosa, para abrir caminho para desmatamento

Dia 19
 A6 – Opinião
 Horário da roubada eleitoral: vou explodir – Hugo Possolo
 A18 – Ciência
 Aquecimento pode estar por trás de secas no Brasil.
 C5 – Cotidiano
 Queimadas causam ‘cegueira’ coletiva em município do Pará

Dia 20
 A10
 Na Campanha, Marina renega tese econômicas que defendia
 A18 – Ciência
 Estudo faz anatomia de desastre da BP

Dia 21
 -

Dia 22
 C1 – Cotidiano
 Grandes obras de combate a enchentes patinam em SP – Reservatórios de água das chuvas na capital do Estado não saem do papel
 No Guarujá ‘Tombo’ busca certificado de excelência (praia com natureza preservada quer bandeira internacional de aprovação de qualidade, preservação e infraestrutura)
 C6
 Impunidade da força a queimadas no sul paraense
 C7

Fora de controle fogo destrói plantações

Dia 23

A17 – Ciência

MT tem última 'queimada científica'

B1 – Mercado

Licenciamento de obras terá novas regras – Ministério do Meio ambiente promete trâmites mais rápidos e fim de exigências 'desnecessárias'; ambientalista reclama.

B4 – Mercado

Ambientalistas dizem temer efeito da mudança- Um dos receios é o da pressa eleitoral para liberar obras de grande impacto.

Dia 24

B7 – Mercado

Usina de Santo Antonio antecipa geração de energia em um ano

B10

Brasil e China devem fabricar biocombustíveis na África

Dia 25

Primeira página

Ar seco deixa 4 regiões de SP com clima de Saara Chamada com foto

B6 – Mercado – Opinião

Licenciamento deveria atestar sustentabilidade das empresas (Assinado por Paulo Camillo Vargas)

C1 – Cotidiano

Ar seco coloca parte de SP em emergência – Seis postos do Inmet do Estado registram umidade do ar abaixo de 12%, perto do nível do deserto do Saara.

C4

Para médicos, ar seco requer medidas do poder público

Dia 26

C6 – Cotidiano

Aumenta numero de incêndios, diz bombeiro

C7

Seca deixa reserva com menor nível desde 2002

Dia 27

A10

A revolução – Coluna Nelson de Sá

Dia 28

Primeira página

Sujo Seco e Pesado – Foto chamada

C4 – Cotidiano

Ibama aplica R\$ 14,5 mi em multas em RO

1,4 t de barbatanas são apreendidas no Pará

C8

Tempo deve ficar seco até segunda-feira

Dia 29

A13

Marina Critica Dilma e Serra e reclama de copo descartável

A26 - Ciência

Chip ajuda a rastrear madeira em MT – Estado começa a testar monitoramento eletrônico em área de manejo florestal sustentável, dificultando fraude.

C4- Cotidiano

Rodízio completa 15 anos com efeito quase nulo sobre ar de SP

Dia 30

A2 – Opinião

Um país em chamas – Ricardo Young

Dia 31

A12

PF acusa Incra de MS de fraudar reforma agrária

A18 - Ciência

Cientistas pedem mudança no painel do clima da ONU

B9 – Mercado

Defensivos contaminam moradores em Mato Grosso

Redes de satélites 'big brother' vai monitorar agricultura brasileira- serão monitorados eventos climáticos, risco de calote e cumprimento de leis ambientais

ANEXO C

LISTA DE TÍTULOS COLETADOS PARA ANÁLISE NO MÊS DE SETEMBRO

Dia 01

A2 – Opinião - Editoriais

Clima transparente

A15 – Ciência

Líder dos céticos do clima muda de ideia – Bjorn Lomborg, mais famoso questionador do aquecimento global, agora pede US\$ 100 bi para combatê-lo

A16

Desmatamento pode ter queda histórica

Dia 02

A12

Aliado de Lula no PR quer reprimir Invasão de terra (entrevista com Osmar Dias)

Dia 03

A3 – Opinião – Eduardo Daher

A agricultura que o Brasil almeja

A14 – Mundo

EUA têm novo acidente com plataforma

Dia 04

C5 – Cotidiano

Litoral do Brasil tem onda atípica de encalhe de baleias

Dia 05

A2 – Opinião – Editoriais

Fogo Cerrado

A3 – Opinião

O esporte pode mudar o Brasil – Raí Oliveira, Magic Paula, Ana Moser e Joaquim Cruz

A12

Eletronorte tenta cooptar índios do Pará – Estatal é acusada de dar presentes a líderes indígenas para que apoiem a construção da hidrelétrica de Belo Monte

Dia 06

A2 – Opinião – Editoriais

10% verde- Candidatura de Marina Silva esbarra nos limites da agenda ambiental, incapaz de romper a onda desenvolvimentista cavalgada por Lula e Dilma

A3 – Opinião

Ecologia e Economia (Carlos Minc)

A9 – Mundo

Após protestos ONU vê risco de alimentar – Órgão fará reunião emergencial, violência matou 10 em Moçambique. (seca eleva preço do trigo na Rússia)

Dia 07

Primeira página

SP tem índice de poluição mais frouxos que o da OMS

A11 – Mundo

Alemanha lança projeto de lei para prolongar energia nuclear

C1 – Cotidiano

SP usa padrão frouxo para medir poluição

Dia 08

A2 – Opinião – Editoriais

Poluição mal calculada

Dia 09

A10 – Mundo

BP culpa parceiras por vazamento de plataforma

C7 – Cotidiano

Seca no Amazonas dificulta trabalho dos recenseadores

Dia 10

A14 – Ciência

Aquecimento de 1,3°C é inevitável, diz pesquisa

Especial 3

O meio ambiente está na moda (Michael Kepp)

Dia 11

C13 – cotidiano

Campus da USP abriga vegetação rara de cerrado

Dia 12

A4

Conflito agrário emperra agropecuária de Dantas

Para MST, eleições podem definir conflito

C8 e C9 – Cotidiano

Vítimas das chuvas de Santa Catarina ainda Vivem em abrigos

Dia 13

A3 – Opinião

Meio Ambiente – Comentário sobre matéria “O meio ambiente esta na moda” publicada no dia 10.

C7 – Cotidiano

Imóveis urbanos preservam área verde em Curitiba

Especial 4 – Eleições

Candidatos ‘esquecem’ suas propostas

Especial 7 – Eleições

Aspas de Marina

“O Código é contrario a natureza do próprio código, porque a mudança não quer proteger a vegetação, quer expandir as atividades produtivas”.

Aspas de Plínio

“O nosso código tem brechas que favorecem a ação do latifúndio e o agronegócio, mas o projeto de revisão é uma excrescência”

Dia 14

Especial 4 – eleições

Aspas

“O MST usa a reforma agrária para uma mudança de natureza socialista. Não quero reprimir. Só sou contra que usem verba pública”. – Serra.

“Considero legítima a luta que os movimentos de sem terra fazem pela reforma agrária, mas essa luta tem de ser feita dentro de estado de direito”. – Marina.

“O MST civiliza a sociedade, por isso apoio o movimento. Se não existisse o MST já teríamos traços de guerra civil no país com tal desigualdade”. – Plínio.

Especial 6 – Eleições

Marina cresce entre eleitores mais ricos

Dia 15

C2 – Cotidiano

Guerrilha verde – opinião – Dimenstein (plantar árvores em SP)

Dia 16

A18 – Ciência

Governo tenta deter desmate no Cerrado.

Dia 17

A14 – Ciência

Camada de ozônio está estável desde 2000

Floresta amazônica usa matéria orgânica para ‘fabricar’ chuva

Especial 5 – Eleições

Aspas

“Vamos estimular a geração de empregos verdes, proporcionando trabalhos decentes com baixo consumo e emissão de carbono”.

Dia 18

Dia 19

A22 – Ciência

Estrada atropela lago subterrâneo na BA.

C8 – Cotidiano

Pedra Baú vai virar monumento.

Dia 20

A12 – Mundo

Poço de petróleo da BP é fechado em definitivo nos EUA.

A13 – Ciência

Fibra de camarão pode despoluir rios

Dia 21

A3 – Opinião

Construindo um futuro verde (Alan Charlton)

C6 – Cotidiano

Fogo arrasa 25% de Parque em Brasília

Lixo toma conta das calçadas e ruas da região central da cidade.(SP)

Dia 22

A3 – Opinião

Desenvolvimento com respeito às pessoas – Zeca do PT

Especial 4 – Eleições

Esperança de água se torna o maior cabo eleitoral do sertão.

Especial 8 – Eleições

Crescer sem desmatar

Dia 23

Primeira página

Foto chamada – Militantes pró-Tetê encenam tomar sol em canteiro da marginal, chamando atenção para a despoluição do rio...

A3 – Opinião

O agronegócio pede nova instituição – José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho

A16 – Ciência

Governo para obra que destruía caverna

C5 – Cotidiano

Dia sem carro tem lentidão usual em SP.

‘Praia’ à beira do Tietê alerta para despoluição do rio

C9

Multa Dobra procura por Ecopontos em SP.

Especial 4 – Eleições

Datafolha anima PSDB e PV; PT se diz tranquilo

Dia 24

Especial 5 – Eleições

Ex-desmatador Chefe (sobre editorial da revista economista)

Dia 25

Dia 26

Dia 27

Primeira Página

Uso de água do subsolo dobrou em 4 décadas

A3 – Opinião

O Movimento das Águas (Osmar Dias)

A15 – Ciência

Mundo dobra o uso de água subterrânea em quatro décadas

Especial 4 – Eleições

Marina ataca; Dilma e Serra evitam embate (Sobre debate na Rede Record)

Especial 5

Petista e tucano mostram preocupação com avanço da verde

Dia 28

Primeira página

Marolinha verde é parte de ressaca da maré vermelha – Fernando de Barros e Silva.

A2 – Opinião

Mais indecisos e ‘marola verde’ (Fernando de Barros e Silva)

A3 – Opinião

O futuro já acontece em Mato Grosso do Sul – André Puccineli

Especial 5 – Eleições

Líder evangélico ataca Marina e anuncia apoio a Serra

Especial 6

Lula e Serra intimidam mídia, diz Marina.

Aliado de verde declara voto em Serra no 2º turno

Especial 10

Aspas

“Eu vou continuar completando a transposição. E não só. É preciso criar sistemas de fornecimento de água para fazer as distribuições” – Dilma

“Não pretendo parar a obra, mas desenvolver paralelamente a recuperação das regiões do vale do São Francisco”- Serra

“Trabalhamos muito para que a licença ambiental da obra fosse dada com qualidade, técnica e respeito ético”- Marina

“Sou contra, por causa da obra o rio São Francisco esta tão assoreado que nem vai ter procissão no dia de São Francisco”- Plínio

Dia 29

Especial 3 – Eleições

Verde diz que preferia que escândalos no governo não tivessem ocorrido.

Especial 4

Marina x Dilma! LUTA NO GEL – José Simão

Dia 30

C7 – Cotidiano

Estação de esgoto reduz poluição no tietê,

Especial 3 – Eleições

Marina acusa Dilma de mudar, por votos, discurso sobre aborto.

Especial 8

Marina quer priorizar educação e evitar temas mais polêmicos. (especial sobre os presidenciais).

ANEXO D

LISTA DE TÍTULOS COLETADOS PARA ANÁLISE NO MÊS DE OUTUBRO

Dia 01

A6

Conflito Agrário provoca mortes no Pará

Especial 6 – Eleições

Verde diz que tucano perderia no 2º turno

Especial 7

Aspas

“é preciso fazer legislação proibindo qualquer queimada, implantar ‘sala de situação’ de combate ao fogo para ações emergenciais e uma Brigada Nacional de Incêndio” – Marina.

“Propomos uma dura fiscalização do manejo de queimadas, que hoje devastam o cerrado porque o agronegócio avança sem controle” – Plínio.

Especial 8

Dilma e Serra evitam confronto no último debate da campanha.

Dia 02

A20 Mundo

Bin Laden Reaparece em versão Ecológica

Especial 6

Sem Marina, PV deve anunciar apoio a Serra.

Ex-patroa de Marina cria comitê para a candidata no Acre e crê na ‘onda verde’.

Dia 03

A3 Poder

Garimpo Clandestino devasta floresta no sul do Amazonas

A16 mundo

China corre para cumprir meta ecológica

B8 Mercado

Meta Ambiental Vira Parte do Salário

C1 Cotidiano

Carágua tem as duas praias mais limpas de SP

Especial 17

Marina diz ser a única capaz de provocar ‘2º turno competitivo’

Especial 19

Marina busca ‘sair maior’ para tentar de novo em 2014

Especial 11

Campanha não teve discussão de propostas

Dia 04

A4 Poder

Madeireiros retornam ao assentamento de Dorothy

A14 Ciencia

Embrapa tenta evitar extinção de raça de gado

Especial 8

Marina, por ora, mantém neutralidade

Análise - Patrimônio acumulado pode dar força a plataforma verde

Dia 05

A2 Opinião

Nova Oportunidade Eleitor Frustra expectativa de triunfo aclamatório do PT, contempla Marina Silva e dá chance a um debate político mais franco e esclarecedor

Especial 6

Tucano exalta proximidade com o PV e corteja Marina

Especial 8

Bolsões de pobreza deram a Dilma mais de 90% de votos

Dia 06

A2 Opinião

Opinião Flexível – Editorial

A3 Opinião

Alfredo sirkis – Marina no Segundo Turno (Alfredo Sirkis)

Mundo A11

Lama Tóxica Mata 4 na Hungria

B2 Mercado

Fumaça de Óleo Diesel

B8 Mercado

Brasil é o 16 mais atrativo para energia renovável

Propostas dos candidatos ao 2º turno deve incluir setor mineral

E16 Ilustrada

Mistérios de Marina – Marcelo Coelho

Especial 4

PT faz manifesto para eleitor de Marina

Não sou ambientalista de “ultima hora”, afirma Serra

Dia 07

A6 poder

Plano de Dilma Foca Ambiente e religião

A10 Poder

Para FHC, Dilma lida com os temas ambientais como Geisel

Mundo

Lama ameaça se espalhar pela Europa

Dia 08

A2 opinião (cartoon)

Levante a mão quem estiver afim de carne vermelha

A23 Mundo

Lama atinge o Danúbio e põe Europa em Alerta

A24 Ciência

Desmate cai 47% na Amazônia no mês de agosto, diz governo

B5 Mercado

Belo Monte Descumpre Regras Ambientais, diz procuradoria

B8 Mercado
Clima incerto dificulta previsão de safra

Dia 09
A2 opinião
Marina contra o "ecobusiness" (Fernando de Barros e Silva)
A17 Poder
Ruralistas ocupam 30% do novo Senado
A27 Ciência
Brasil pode travar acordo global de biodiversidade
B5 Mercado
Preço do Alcool sobe 9% nos postos de SP nesta semana
B13 Mercado
Eleições com sustentabilidade

Dia 10
Primeira pagina
Projeto recompõe mata atlântica no Vale do Paraíba (chamada de capa)
Poder A11
Por votos de Marina, Serra afirma que é ambientalista
Poder A15
PT tenta apagar fama "antiverde" de Dilma

Dia 11
A3 – Opinião
Marina e o Brasil (Juca Ferreira)
A15 Poder
Bancadas Verde e ruralista travarão duelo
A19 – Ciência
Pantanal terá índice de sustentabilidade

Dia 12
A2 – Opinião
20% verde(Marcelo Leite)
A11 – Poder
Greenpeace quer debate sobre temas ambientais

Dia 13

Dia 14
Primeira Página
Governo Revê Plano de Marina para Amazônia
Lei Florestal trava acordo PSDB-PV
A4 Poder
Governo vai revelar plano de Marina para Amazônia
A6 Poder
Código Florestal dificulta apoio do PV a Serra

Dia 15

Primeira Página

Foto Represa Billings

A9 Poder

Verdes criticam revisão de Plano de Marina

C3 Cotidiano

Represa Billings recebe 400 toneladas de lixo por dia

Dia16

A19 Poder

Verdes arrancam promessas, mas não dão apoio a ninguém

Dia 17

A20 Poder

Verde que te Quero Verde

B5 Mercado

Usinas gigantes são passado, afirma ambientalista

C4 Cotidiano

Adesão ao IPTU verde cresce no interior

C8 Cotidiano

Cidade ao lado de rio tem que cavar 80m por água potável

Dia 18

A11 – Poder

Pastores e viúva de Chico Mendes apoiam Serra na TV

A20 Ciência

Dinamarca quer ser verde via imposto

A21 Ciência

Envelhecimento é arma contra mudança climática

Dia 19

Dia 20

Dia 21

Dia 22

Poder

A8

Seca pode bater recorde na Amazônia

Opinião

A3

Vermelho, azul e verde (Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho

Opinião

Dia 23

Poder

A8

Panfleto de Dilma corteja eleitor de Marina

Dia 24

Especial 6 - Eleições 2010

Marina diz que não quer liderar 'manada'

Dia 25
25/out
Ciência
A15
Floresta alugada começa a dar madeira
A9
Pará lança edital para uso de florestas

Dia 26
Mercado
B6
Geração de valor diminui problema do lixo
Ciência
A13
Lei nacional do clima tem regulamentação incompleta ainda

Dia 27
Especial 9
Candidatos distorcem dados em debate
Ciência
A16
Desde 1952 não há animal grande extinto

Dia 28
Dia 29

Dia 30
Especial 5
Serra finaliza, mas não registra programa
Ciência
A22
Países alcançam acordo da biodiversidade

ANEXO E

ARTIGO ANALISADO

Marina no segundo turno

ALFREDO SIKKIS

É de praxe na política brasileira que os candidatos derrotados no primeiro turno operem rápida adesão a um dos remanescentes em gabinetes fechados, almofas ou telefonemas em que são burguesados ministros, feitas de Orçamento, secretarias, direções, superintendências e cargos comissionados.

No jagão recente, não há tais "espaços políticos". Esse não será o caminho dos verdes. Nessa primeira responsabilidade agora é fazer jus aos 20 milhões de votos (quase 20%) obtidos por Marina Silva.

Fique claro: não são votos verdes e nem mesmo Marina pretende que sejam "seus". Conforme ela própria vem colocando insistentemente, são votos dos eleitores.

De qualquer maneira, pairam sobre nós como uma enorme responsabilidade. Exigem que deles sejamos dignos. Não foram tanto votos "de praxe", mas, sim, de diferenciação e de esperança.

Votaram em Marina a classe média iluminista, os jovens e as mulheres pobres, em grande parte cristãs. O voto verde veio incluído nos dois primeiros segmentos. O terreno representa um poderoso vínculo de identificação pessoal com Marina. Um laço de amor.

O segundo turno, de fato, exige uma definição. Dilma, Serra ou o não envolvimento eleitoral. Isso será deliberado em aproximadamente 15 dias, por convenção nacional do Partido Verde, prevista desde o ano passado, na qual se garantirá à posição minoritária o direito de se expressar individualmente.

Nossa responsabilidade imediata é criar canais de participação para os que atuaram intensamente na campanha, mas que não pertencem aos verdes (grupos de programa, Movimento Marina Silva e apólos religiosos), e, sobretudo, condensar um programa mínimo a ser apresentado e discutido de forma séria, transparente e responsável com Dilma e Serra.

Vamos colocar a sustentabilidade socioambiental no câmbio das discussões com ambos, impedindo desenvolvimentistas clássicos.

Mas abordaremos também outros aspectos: garantias de conduta republicana e respeito às instituições (traduzidas em providências práticas), educação, segurança, saúde etc. Será abordagem realista.

Sem faca no pescoço, com direito a discussão aprofundada, clareza de números e fatos. Mas que poderá demandar eventuais mudanças de rota e colidir com outros compromissos por eles já assumidos. Marina, no segundo turno, tor-



Marina torna-se instrumento para a elevação de um debate que tende a virar briga de torcida organizada, na busca da vitória a qualquer preço

na-se uma referência para os questionamentos da sociedade e um instrumento para a elevação de um debate que tende a virar briga de torcida organizada, na busca da vitória a qualquer preço.

Queremos ajudá-la a evitar esse destino. Até porque Marina disse que, caso vencesse, tentaria realinhamento histórico que juntasse o melhor desses dois partidos social-democratas, que disputam entre si a "liderança do atraso".

O Brasil não pode deixar de discutir como direcionar seus investimentos públicos e seu sistema tributário para a sustentabilidade.

Precisa discutir também o que

será uma nova economia "verde", de baixo carbono; as ameaças à legislação ambiental; como a esfera federal poderia contribuir melhor para a segurança nos Estados; e como os terríveis gargalos na educação podem ser vencidos.

Deve ser discutido como o saneamento básico e a prevenção de acidentes podem reduzir dramaticamente a pressão sobre nosso sistema público de saúde; como podemos robustecer as boas práticas republicanas e as garantias individuais dos cidadãos; e como, enfim, reformar um sistema político gravemente enfermo.

A ausência de Marina no segundo turno, por força da decisão soberana dos eleitores, transforma-se, assim, em uma presença ética e programática.

ALFREDO SIKKIS, 59, é jornalista há mais de 40 anos. Foi fundador do Partido Verde (PV) e ex-vice-presidente nacional do partido. É autor, entre outros livros, de "O Carbonífero".